

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**THIAGO VINÍCIUS SILVA DA LUZ**

**TURISMO E PANDEMIA**  
**Uma etnografia sobre as narrativas e experiências de profissionais do setor**  
**turístico do Rio Grande do Sul**

**PORTO ALEGRE**

**2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**THIAGO VINÍCIUS SILVA DA LUZ**

**TURISMO E PANDEMIA**  
**Uma etnografia sobre as narrativas e experiências de profissionais do setor**  
**turístico do Rio Grande do Sul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Jean Segata

PORTO ALEGRE

2022

### CIP - Catalogação na Publicação

Luz, Thiago  
TURISMO E PANDEMIA: Uma etnografia sobre as  
narrativas e experiências de profissionais do setor  
turístico do Rio Grande do Sul / Thiago Luz. -- 2022.  
116 f.  
Orientador: Jean Segata.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia  
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Turismo. 2. Pandemia. 3. Covid-19. 4.  
Antropologia social. 5. Antropologia do turismo. I.  
Segata, Jean, orient. II. Título.

THIAGO VINÍCIUS SILVA DA LUZ

**TURISMO E PANDEMIA**

**Uma etnografia sobre as narrativas e experiências de profissionais do setor  
turístico do Rio Grande do Sul**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Jean Segata

Porto Alegre, 02 de setembro de 2022

Resultado: Aprovado com louvor

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Jean Segata (PPGAS-UFRGS)  
Orientador - Presidente da Banca

---

Prof. Dr. Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias (PPGAS-UFSC)

---

Prof. Dr. Rodrigo Ferreira Toniol (PPGAS-UNICAMP)

---

Prof. Dr. Theophilos Rifiotis (PPGAS-UFRGS)

Dedico essa dissertação a Andressa Caroly, pois sem ela nada disso teria sido possível. Dedico, também, a Sophia, nosso eterno denginho, pelos quatorze anos de alegria compartilhados conosco.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Andressa Caroly, minha companheira a mais de dez anos. Sem ela eu sequer teria iniciado a escrita dessa dissertação e, muito menos, finalizado. Nossos debates intelectuais fizeram dessa dissertação o que ela é. Tu sempre estiveste ao meu lado, nos melhores e piores momentos da minha vida, constantemente iluminando meus caminhos. Se sou quem sou hoje foi por te ter ao meu lado. *If it wasn't for you, I'd be alone / If it wasn't for you, I'd be on my own.*

Agradeço a minha mãe, Rosane. Ela, que nunca teve a oportunidade de finalizar sequer o Ensino Fundamental, hoje, aos 56 anos, volta às salas de aula para conquistar seu sonho antigo de ser técnica em enfermagem. Sem você eu jamais teria sido a primeira pessoa em nossa família a adentrar o Ensino Superior.

Agradeço ao Jean, pela orientação atenta e comprometida.

Agradeço aos Professores que generosamente aceitaram compor minha banca de mestrado.

Agradeço aos meus interlocutores, sem vocês essa pesquisa estaria incompleta.

Agradeço ao CNPq – que vem enfrentando momentos difíceis de sucateamento – pela bolsa de pesquisa durante parte do desenvolvimento dessa etnografia.

Agradeço a Sophia, Pierre, Jô e Olavo, meus parentes multiespécie.

Agradeço às professoras e aos professores comprometidos com o enfrentamento do racismo, da transfobia, da misoginia e do elitismo. Violências que ainda se fazem presentes em nossos contextos educacionais, até mesmo em espaços ditos progressistas, democráticos e seguros. Reconhecer e enfrentar as violências é um compromisso ético-político diário, palavras ao vento não bastam, são necessárias ações concretas.

E se comecei agradecendo a Andressa, devo finalizar agradecendo também, afinal de contas, *you're my wonderwall.*

## RESUMO

A presente pesquisa, de caráter etnográfico, busca analisar os efeitos da pandemia do novo coronavírus no setor de turismo do Rio Grande do Sul. Para tanto, eu discuto, ao longo da dissertação, o binômio pandemia/turismo a partir de três níveis: a) observação-participante em um grupo de *Facebook* voltado para o turismo no RS; b) interlocuções com profissionais do setor turístico gaúcho; e, c) análise de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado para o setor de turismo no contexto da pandemia de COVID-19. A partir disso, reflexões sobre natureza/cultura, pureza/perigo, precarização trabalhista e flexibilidade são elaboradas por mim. A orientação geral dessa etnografia teve como foco, posto isso, contribuir para o mapeamento dos efeitos da pandemia de Covid-19 de forma local, percebendo de maneira qualitativa as materialidades e os desdobramentos dela no contexto do Rio Grande do Sul.

**Palavras-chave:** turismo; pandemia de COVID-19; antropologia do turismo; políticas públicas; ciberespaço.

## **ABSTRACT**

This ethnographic research seeks to analyze the effects of the new coronavirus pandemic on the tourism sector in Rio Grande do Sul. Therefore, throughout the dissertation, I discuss the binomic pandemic/ tourism from three levels: a) participant-observation in a Facebook group focused on tourism in RS; b) dialogues with professionals from the tourist sector in Rio Grande do Sul; and, c) analysis of public policies developed by the State for the tourism sector in the context of the COVID-19 pandemic. Based on this, reflections on nature/culture, purity/danger, labor precariousness and flexibility are elaborated by me. The general orientation of this ethnography focused, therefore, on contributing to the mapping of the effects of the Covid-19 pandemic in a local way, perceiving in a qualitative way its materialities and its unfolding in the context of Rio Grande do Sul.

**Keywords:** tourism; COVID-19 pandemic; anthropology of tourism; public policy; cyberspace.

## **LISTA DE SIGLAS**

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**MTur** – Ministério do Turismo

**FGV** – Fundação Getúlio Vargas

**PMS** – Pesquisa Mensal de Serviços

**FUNGETUR** – Fundo Geral do Turismo

**COVID** – *Corona Virus Disease*

## SUMÁRIO

Introdução .....	10
1 Turismo e Antropologia .....	19
2 Etnografando o grupo de <i>Facebook</i> TRS .....	29
2.1 Etnografia e/no Ciberespaço .....	29
2.2 Campo .....	35
2.3 Ética.....	40
2.4 Reflexividade etnográfica .....	45
3 A pandemia no grupo TRS.....	50
3.1 Natureza/Cultura .....	50
3.2 Pureza/Perigo .....	55
3.3 Disputas em torno da noção de político .....	60
4 Narrativas e experiências de profissionais do setor de turismo.....	74
4.1 Relatos e experiências .....	74
4.2 Reflexões sobre precarização, flexibilidade e políticas públicas .....	82
Considerações Finais.....	101
Referências bibliográficas .....	108

## Introdução

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, novamente, que o mundo estava diante de uma pandemia, desta vez, a de COVID-19, provocada pelo novo coronavírus. Os efeitos de uma declaração desse tipo, obviamente, se alastram de diferentes maneiras pelos países que compõem o que nomeamos de Planeta Terra. Pudemos observar países fechando suas fronteiras, hospitais de campanha surgindo, imigrantes sob suspeita, testes de diferentes medicamentos para combater os efeitos da COVID-19 no corpo das pessoas, medidas de isolamento social mais ou menos rígidas e sistemas de saúde entrando em colapso. Além disso, dados e estatísticas econômicas sobre desemprego passaram a ocupar ainda mais espaço em nossas vidas e projeções sobre perdas econômicas passaram a ser elaboradas por organizações nacionais e internacionais.

As implicações da pandemia de COVID-19, perpassam os âmbitos biomédico e econômico. Porém, é importante frisar que ela também apresenta implicações de ordem social, política e cultural. Embora tenha sido denominada como “democrática” no início, não pode ser encarada dessa maneira. Fomos todos afetados, claro, mas não da mesma forma, pois as iniquidades e desigualdades que compõem nosso mundo implicam diretamente em como as experiências de saúde/doença e seus desdobramentos são vivenciadas (SEGATA, BECK e MUCCILLO, 2020; HELLMAN, 2009; SEN, 2002; RIBEIRO & BARATA, 2012; FLEISCHER, 2017a). Assim, conforme nos lembra Judith Butler (2019; 2020), embora a condição humana seja marcada pela precariedade da vida, tal precariedade se manifesta de forma mais intensa em determinados sujeitos do que em outros. Uma pandemia, embora seja formulada a partir de parâmetros biomédicos e epidemiológicos globais, tendo em vista que seu início foi efetivado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e seus efeitos sejam sentidos a níveis planetários, necessita, também, ser compreendida a partir de parâmetros locais, isto é, como seus efeitos são percebidos e sentidos pelas pessoas em suas vidas cotidianas em diferentes contextos (SEGATA, 2020a).

Esta forma de analisar uma pandemia, entretanto, não é nova. O trabalho que aqui apresento se insere naquilo que Ann H. Kelly, Frédéric Keck e Christos Lynteris (2019) nomeiam como antropologia das epidemias, um campo antropológico em ascensão que busca analisar pandemias e epidemias para além do viés epidemiológico. Dentre as

contribuições desse campo, provenientes de análises em contextos de epidemias/pandemias anteriores à atual como ebola, HIV-Aids, dengue, zika, leishmaniose e gripe H1N1, cito como exemplos de reflexões os trabalhos de Katherine Mason (2015) sobre xenofobia, de Carlo Caduff (2015) e Andrew Lakoff (2019) sobre infraestruturas globais, de Débora Diniz (2016, 2017a) e Soraya Fleischer (2017b) sobre direitos reprodutivos e de Elisa Oberst Vargas (2018) sobre vigilância epidemiológica e tecnologias digitais. Esses trabalhos, sendo assim, evidenciam que essas crises sanitárias desdobram aspectos sociais e políticos que não podem ser negligenciados.

A pesquisa aqui apresentada, portanto, tem como foco contribuir para o mapeamento dos efeitos da pandemia de forma local, nesse caso em relação ao turismo. Ela foi desenvolvida sob escopo do projeto “A Covid-19 no Brasil: análise e resposta aos impactos sociais da pandemia entre profissionais de saúde e população em isolamento” (Convênio Ref.: 0464/20 FINEP/UFRGS), desenvolvido pela Rede Covid-19 Humanidades MCTI do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a coordenação do Prof. Jean Segata. Para além das projeções e estatísticas, ou seja, para além dos números, me interessou perceber, de maneira qualitativa, as materialidades e os desdobramentos da pandemia no contexto do Rio Grande do Sul. Para tanto, vou discutir o binômio pandemia/turismo a partir de três níveis: a) observação-participante em um grupo de *Facebook* voltado para o turismo no RS; b) interlocuções com profissionais do setor turístico gaúcho; e, c) análise de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado para o setor de turismo no contexto da pandemia de COVID-19. Assim, seguindo Donna Haraway (1995), minha tentativa foi conduzir uma etnografia situada, a fim de visibilizar tais materialidades.

Conforme projeção lançada pela *United Nations World Tourism Organization* (UNWTO), em 2020, o setor de turismo deveria no mundo todo, em dados absolutos, apresentar um decréscimo de 20% a 30% em receitas por causa da pandemia do novo coronavírus, colocando em risco entre 100 milhões a 120 milhões de empregos formais. Tal projeção motivou a Organização a declarar que o ano de 2020 apresentaria o pior resultado da série histórica sobre turismo internacional desde 1950<sup>1</sup>. Ainda sobre o decréscimo no setor, um estudo realizado pela Organização Mundial do Turismo, em parceria com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

---

<sup>1</sup> A matéria, no site da UNWTO, pode ser conferida em: <https://www.unwto.org/impact-assessment-of-the-covid-19-outbreak-on-international-tourism>. Acesso em: 12 de ago. de 2020.

(UNCTAD), em 2021, apontou para o fato de que uma retomada aos níveis pré-pandêmicos no setor de turismo, em nível global, só ocorrerá em 2023 (JORNAL DA ONU, 2021).

No Brasil, onde o setor de turismo corresponde a 3,71% do PIB, conforme dados recuperados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) a partir do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), também estiveram presentes projeções e dados estatísticos para o setor em relação às perdas ocasionadas pela pandemia. Conforme dados de 2020 da FGV, se a abertura da economia começasse em junho de 2020 e a estabilização do setor de turismo começasse a ocorrer em outubro de 2020 e se prolongasse até outubro de 2021 as perdas para o setor, se comparadas ao mesmo período do ano de 2019, somariam 161,3 bilhões de reais no biênio 2020-2021 (FGV, 2020). Todavia, o caminhar da pandemia no contexto brasileiro (e os problemas de gestão) não permitiu a abertura da economia em junho de 2020, nem a estabilização do setor se iniciou em outubro de 2020. Como mostram os dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), de março de 2020 a março de 2021 o Brasil apresentou somente retrações (IBGE, 2021). A primeira alta apresentada ocorreu somente em abril de 2021. Entretanto, segundo dados da mesma pesquisa, o setor ainda precisaria crescer 53,1% para retomar ao patamar pré-pandêmico (fevereiro de 2020).

No Rio Grande do Sul, segundo a extinta Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE/RS), o turismo é um importante setor para a economia gaúcha, pois é responsável por 2,6% do Valor Adicionado Bruto (VAB) total no PIB do estado (FEE/RS, 2016). Sendo as regiões das Hortênsias (onde localizam-se as cidades de Gramado, Canela e outras), de Porto Alegre, do Litoral Norte (onde localizam-se as cidades de Tramandaí, Torres e outras) e da Uva e Vinho (onde localizam-se as cidades de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Gabibaldi e outras) as que mais se destacam, respectivamente, no setor turístico gaúcho. Além disso, dados do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (RS, 2020) colocam o RS como o terceiro estado que mais recebe turistas internacionais, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Uma das justificativas para essa posição, como afirma o Atlas, é a localização estratégica do estado em relação aos países do Mercosul, o que o coloca como um grande receptor de turistas, especialmente da América do Sul. Entretanto, a pandemia do novo coronavírus também vem ocasionando contrações no setor. Conforme dados da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) evidenciaram, ao longo do ano de 2020 houve forte retração das atividades

turísticas totais no Rio Grande do Sul (IBGE, 2021). Além disso, dados relativos ao segundo semestre de ano de 2020, divulgados pelo Departamento de Economia e Estatística, vinculado à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, do governo do Rio Grande do Sul, demonstram, em dados absolutos, a retração de 9,9% do setor de serviços, onde localiza-se o subsetor turismo. Na metade de 2021, acompanhando a média nacional, o Rio Grande do Sul teve sua primeira alta no setor de turismo (IBGE, 2021). Todavia, como apontou o “Boletim Coronavírus e a Economia do RS: Acompanhamento de indicadores econômicos”, divulgado pelo Governo do Estado no segundo semestre de 2021, as atividades do setor turístico do RS ainda permanecem 8,5% menor se comparadas ao patamar pré-pandêmico<sup>2</sup>.

Ainda sobre o Rio Grande do Sul, cabe mencionar que de maio de 2020 a maio de 2021, por uma iniciativa do governo estadual, o RS organizou-se através do “Modelo de Distanciamento Controlado” no qual o estado foi dividido em 21 regiões denominadas regiões Covid-19. O estado possui 30 regiões de saúde, sendo assim, essas 21 regiões Covid-19<sup>3</sup> surgiram da concatenação de algumas regiões de saúde tendo como critério a existência de hospitais de referência com leitos de UTI dentro de cada uma das regiões Covid-19. A partir disso, criou-se um sistema de bandeiras que iam sendo atribuídas a cada uma das 21 regiões do estado de acordo com critérios técnicos estabelecidos. Ao todo eram analisados 11 indicadores que estavam sob o escopo de dois grandes grupos: velocidade de propagação da COVID-19 e capacidade de atendimento do sistema de saúde. Assim, conforme o grau de risco epidemiológico, cada região recebia uma bandeira particular semanalmente, isto é, os indicadores eram reavaliados a cada sete dias. Portanto, de uma semana para outra determinada região poderia ser enquadrada em um grau de risco diferente do da semana anterior, ou manter-se no mesmo, sempre a depender da velocidade de propagação da COVID-19 e da capacidade hospitalar. Ao todo eram quatro cores de bandeiras: amarela, onde o risco epidemiológico era baixo, laranja onde era médio, vermelha onde era alto e preta onde era altíssimo. Cada um dos 11 indicadores recebia uma cor de bandeira e a bandeira final da região era definida pelo arredondamento

---

<sup>2</sup> O Boletim pode ser encontrado em: <https://admin-planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/202107/20191918-coronavirus-e-a-economia-do-rs-acompanhamento-de-indicadores-maio-2021-1.pdf>. Acesso: 23 de jul. de 2021

<sup>3</sup> Cada região recebe o nome do município mais populoso onde está inserida e abarca os municípios ao redor desse município mais populoso. Assim, temos a Região Covid-19 de Taquara, onde localiza-se o município de Cambará do Sul e outras cidades, a Região Covid-19 de Caxias do Sul, onde localizam-se os municípios de Gramado e Canela e outras cidades e a Região Covid-19 de Porto Alegre, onde localiza-se a capital do estado e os municípios metropolitanos, para citar alguns exemplos.

da média ponderada das bandeiras dos indicadores. E a partir das definições finais das bandeiras saíram os protocolos obrigatórios gerais que deveriam ser seguidos em todas as bandeiras não importando sua cor, como o uso de máscaras em espaços públicos/coletivos e atendimento diferenciado para grupos de risco. E os específicos de acordo com a cor da bandeira como teto de operação e horário de funcionamento. E, ainda, os critérios específicos para cada setor econômico.

Destaco aqui o Modelo e documento derivado “Protocolos Gerais e Específicos – obrigatórios e setoriais”<sup>4</sup> pois eles tiveram efeito direto no turismo, já que determinada bandeira mobilizava determinados protocolos de biossegurança tais como a ocupação máxima de pessoas que agências de turismo poderiam embarcar em seus transportes – caso realizassem viagens que demandassem locomoções. Assim, uma viagem turística para um município que se encontrava na bandeira amarela, de risco epidemiológico baixo, poderia comportar mais pessoas do que uma viagem para um município que se encontrava na bandeira vermelha, de risco alto. Os parques de aventura são outro exemplo, pois deveriam respeitar o teto de operação de acordo com a bandeira que sua região de localização recebia, assim um parque localizado em uma região de bandeira laranja poderia receber somente 25% de público (de acordo com sua capacidade) e deveria restringir seus trabalhadores a 50% de seu efetivo. Outro ponto, é que os protocolos de biossegurança gerais como o uso contínuo de máscaras e a higienização constante dos ambientes acabava afetando financeiramente os profissionais do turismo, como veremos em alguns relatos no capítulo quatro. E claro, podemos concluir que a própria visualização da cor da bandeira que determinada região estava enquadrada poderia, ou não, desmotivar os turistas a realizarem viagens, gerando, novamente, perdas econômicas aos profissionais do setor.

Importante mencionar que foram rotineiras as disputas entre os municípios e o governo estadual para definição da cor das bandeiras. Não foram raras as vezes onde essas disputas acabaram chegando ao judiciário. E também não foram raras as vezes onde setores econômicos, em especial o terceiro setor, reivindicaram mudanças na coloração da bandeira, sempre para uma cor de menor restrições. Assim, muitas vezes os critérios técnicos – fortemente demarcados no “Modelo de Distanciamento Controlado” – foram tensionados (e muitas vezes dilapidados) por decisões corporativas e políticas quase

---

<sup>4</sup> Documento disponível em: <https://distanciamentoccontrolado.rs.gov.br/>. Acesso em: 15 de dez. 2020.

sempre por meio de discursos que mobilizavam e reafirmavam a dicotomia saúde *versus* economia.

No entanto, a partir de 15 de maio de 2021, o Governo do RS apresentou um novo modelo de monitoramento da pandemia. O novo modelo é conhecido como “3As: aviso, alerta e ação”. Nesse novo modelo, o estado segue dividido nas 21 regiões COVID e os dados epidemiológicos e o acompanhamento do sistema de saúde permanecem como subsidiários das tomadas de decisão. Entretanto, agora passa a existir o GT Saúde, responsável por analisar os dados da pandemia e divulgar boletins diários sobre a situação da pandemia nas regiões COVID. A partir desses dados (ocupação de leitos, velocidade de propagação, velocidade de vacinação, dentre outros) é que o GT Saúde age. Se detectar uma tendência de piora nos dados (atraso nas vacinações e aumento do número de casos, por exemplo) o GT emite um Aviso à região, que deve redobrar a atenção, mas não é obrigada a adotar nenhuma medida. Quando os dados indicam uma tendência grave, o GT decide se emite um Alerta que, antes de ser encaminhado à região, deve ser submetido ao Gabinete de Crise do Governo do Estado que tem a palavra final e decide se a região receberá mesmo o Alerta ou não. Caso o Alerta seja confirmado, a região tem 48 horas para responder sobre o quadro regional em relação à pandemia e apresentar um Plano de Ação (fiscalizações e adoção de protocolos mais rígidos, por exemplo). Se esse plano for considerado adequado, a região o aplica imediatamente, caso não seja considerado adequado, o Governo Estadual pode estipular ações adicionais a serem seguidas. A ideia geral desse novo modelo foi possibilitar maior autonomia para os municípios/regiões COVID, pois há uma transferência de responsabilidade do Governo do Estado para os municípios em relação às normas e regras de combate à pandemia. O Estado, sendo assim, passa a ser apenas o agente que vai monitorar e apresentar os dados para que as regiões COVID tomem as decisões efetivas<sup>5</sup>.

Ainda sobre o novo modelo, quero destacar a perspectiva do então governador do Estado à época, Eduardo Leite (PSDB), em relação ao novo modelo. Segundo ele, esse novo modelo traria mais segurança, impedindo interpretações equivocadas a respeito da situação pandêmica no RS. Essa ideia de “interpretação equivocada” foi afirmada por Eduardo Leite em uma entrevista ao veículo de imprensa gaúcho GZH e diz respeito ao

---

<sup>5</sup> O modelo pode ser conferido em: <https://sistema3as.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 01 de jun. de 2022.

impasse entre o Governo do Estado e o Poder Judiciário Gaúcho<sup>6</sup>. Poucas semanas antes da efetivação do novo modelo, em abril de 2021, todo o Rio Grande do Sul estava sob a bandeira preta, entretanto, o Governo do Estado autorizou a retomada presencial das escolas de educação básica. Esse movimento, no entanto, foi freado pelo judiciário gaúcho que, tomando a bandeira preta e seu significado de altíssimo risco epidemiológico como parâmetro, impediu a retomada do ensino presencial. Como mencionou Eduardo Leite, uma semana antes da divulgação do novo modelo:

A própria decisão judicial demonstra o equívoco de interpretação que algumas pessoas fazem, inclusive o Judiciário, que se apegou à cor da bandeira para definir a sua própria lógica de distanciamento. Foi uma utilização equivocada do modelo [...].

Por fim, cabe mencionar que poucos dias após a decisão liminar proferida pelo judiciário gaúcho de impedir o retorno presencial das escolas, o Governo do Estado alterou a cor da bandeira via decreto, de preta para vermelha, pois na bandeira vermelha havia a possibilidade de volta às aulas. Essa atitude, claro, foi criticada por especialistas. No decorrer das semanas seguintes, como já explicitarei, o Governo do Estado elaborou e implementou o novo sistema, extinguindo as bandeiras e suas restrições<sup>7</sup>.

\*\*\*

A pesquisa aqui apresentada tem viés qualitativo e foi efetivada através de uma etnografia *online* empreendida em um grupo de *Facebook* voltado para o turismo no Rio Grande do Sul que será nomeado aqui como TRS para manter seu anonimato.

De outubro de 2020 a maio de 2021 realizei meu trabalho de campo no referido grupo. Acho importante registrar, entretanto, que o TRS não foi o único grupo que cogitei realizar minha etnografia. Antes de estabelecer minha pesquisa no grupo, realizei uma busca no *Facebook* com intuito de encontrar grupos cuja temática fosse o turismo no Rio Grande do Sul. Encontrei cerca de seis grupos, sendo alguns voltados para regiões específicas do RS e outros para categorias profissionais (um grupo se apresentava como

---

<sup>6</sup> Essa entrevista pode ser conferida em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2021/05/novo-modelo-de-distanciamento-no-rs-tera-parametros-mais-simples-e-gestao-compartilhada-com-prefeitos-ckoa5dmne003i01809gjs1qht.html>. Acesso em: 02 de jun. de 2022.

<sup>7</sup> Essa disputa entre o Governo do Estado e o Poder Judiciário gaúcho pode ser conferida em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/coronavirus-servico/noticia/2021/04/governo-publica-decreto-que-coloca-rs-em-bandeira-vermelha-e-permite-retomada-das-aulas-presenciais-cko0pgcxw009o01983azohx3o.html>. Acesso em: 02 de jun. de 2022.

específico para guias de turismo). Passei a participar dos grupos para conhecê-los melhor. O TRS é o grupo com o maior número de pessoas; em outubro de 2020, quando comecei a participar, o grupo contava com cerca de 230 mil pessoas. Em abril de 2021, o grupo já ultrapassava a marca de 260 mil pessoas. Esse foi um dos motivos pelos quais optei por conduzir minha pesquisa nesse grupo, o alto contingente de pessoas. Outro fator relevante foi que, diferente dos outros grupos, o TRS apresentava uma participação ativa de seus membros, era um grupo muito dinâmico. Além disso, seu público era bastante diverso. E claro, o TRS é um grupo voltado a todo Rio Grande do Sul, não apenas para determinadas regiões. Assim, decidi realizar minha etnografia junto ao TRS. Minha entrada no campo empírico se deu por meio de uma postagem no grupo na qual apresentarei minha pesquisa e seus objetivos. A ideia geral foi acompanhar as postagens do grupo de modo a encontrar discussões que envolvessem direta ou indiretamente os efeitos da pandemia na vida dos profissionais, assim como encontrar profissionais que atuam no setor de turismo que estivessem dispostos a conversar sobre suas experiências em relação à pandemia.

No primeiro capítulo, eu apresento um panorama geral dos debates sobre turismo na antropologia, localizando e historicizando sua gênese. Discuto a controvérsia a respeito da existência da antropologia do turismo que aparece em algumas abordagens. Traço em linhas gerais como o turismo vem, desde a década de 60, sendo objeto de análises antropológicas, nesse primeiro momento de forma esparsa e principalmente entre pesquisadores anglófonos, mas a partir da década de 1970 de forma mais sistemática. Por fim, eu foco no contexto brasileiro, de modo a refletir sobre como o turismo é visto pela antropologia brasileira.

No segundo capítulo, eu discorro sobre os empreendimentos antropológicos em ambientes digitais. Para tanto, eu apresento em linhas gerais o campo da antropologia do ciberespaço em diálogo com minhas experiências enquanto pesquisador. Apresento a conformação de meu campo empírico, discuto meus procedimentos éticos e reflito sobre reflexividade etnográfica e sobre os desafios enfrentados ao longo de meu percurso etnográfico.

No terceiro capítulo, eu apresento propriamente o grupo TRS, discorrendo sobre sua finalidade, organização e as pessoas que participam dele. Ao longo do capítulo, busco expor como a pandemia de COVID-19 foi tema de discussões do grupo TRS e, a partir disso, elaborar algumas reflexões antropológicas. Mobilizo as noções de natureza/cultura

e pureza/perigo como ferramentas analíticas para pensar sobre as discussões que presenciei no grupo. Reflito, ainda, sobre como a noção de política foi acionada algumas vezes por participantes do grupo e quais as implicações disso no TRS.

Por fim, no quarto capítulo eu apresento as experiências de cinco pessoas interlocutoras em relação à pandemia de Covid-19, provenientes de entrevistas semiestruturadas conduzidas de maneira *online*. As entrevistas foram conduzidas por meio de um roteiro contendo oito perguntas-chave cujo intuito foi, justamente, mapear os possíveis efeitos da pandemia na vida dessas pessoas trabalhadoras do setor de turismo, havendo espaço, claro, para considerações dos profissionais que ultrapassassem o roteiro pré-estabelecido. As entrevistas foram efetivadas por meio das plataformas *Messenger* (textos e áudios), *WhatsApp* (textos e áudios) e *e-mail*. Importante salientar que tais empreendimentos antropológicos em meios digitais já têm sido desenvolvidos a pelo menos duas décadas e assim indicaram um campo seguro e consolidado para pesquisas sociais (SEGATA & RIFIOTIS, 2016; HINE, 2015). Reflito, também, sobre os posicionamentos de figuras públicas a respeito da pandemia e dos possíveis efeitos disso no setor. Analiso também as políticas públicas para o setor turístico.

# 1

## Turismo e Antropologia

As discussões apresentadas ao longo dessa dissertação relacionam-se com o turismo, para tanto cabe recuperar a existência de uma preocupação antropológica sobre o turismo nas suas mais variadas formas, ou seja, evidenciar o turismo enquanto objeto de estudo da antropologia. Nesse sentido, neste capítulo eu apresento um panorama geral sobre os estudos antropológicos sobre o turismo, passando por suas origens na década de 1960, sua sistematização na década de 1970 e sua expansão nas décadas de 1980 e 1990.

Como apontei em outro trabalho (LUZ, 2021) uma de minhas surpresas ao iniciar meu percurso na temática do turismo foi a descoberta de uma discordância entre pessoas antropólogas que trabalham com turismo a respeito da existência ou não de uma antropologia do turismo. Para Saskia Cousin & Thomas Apchain (2019), por exemplo, uma antropologia do turismo não existe. Essa é, também, a posição sustentada pela pesquisadora brasileira Patrícia Ramiro (2019, p. 07) que diz que “não há uma antropologia do turismo, mas sim, inúmeros trabalhos antropológicos sobre o turismo”. Como aponta a autora, esse é o motivo do nome da coletânea organizada por ela, no ano de 2019, se chamar “Antropologia e Turismo: coletânea franco-brasileira” e não Antropologia do Turismo: coletânea franco-brasileira. Mas qual a diferença entre “trabalhos antropológicos sobre o turismo” e “antropologia do turismo”? Como afirmam a pesquisadora e o pesquisador, ambos franceses, não há uma base epistemológica ou um corpus teórico comum que una os trabalhos antropológicos sobre turismo. Como escrevem: “realizar trabalhos sobre sociedades locais ou turistas, empresas ou políticas públicas, redes virtuais ou microinterações não implica os mesmos métodos ou teorias” (COUSIN & APCHAIN, 2019, p. 13). Tendo em vista a falta de uma base epistemológica comum entre as pesquisas antropológicas sobre o turismo, os pesquisadores tomam como hipótese que a questão da alteridade pode vir a constituir essa base já que “se situa tanto no centro do método antropológico quanto na relação turística” (COUSIN & APCHAIN, 2019, p. 14). O texto dos pesquisadores franceses é muito interessante em vários pontos, mas esse em especial me chamou atenção. Esse tipo de cisão entre uma coisa e outra só é possível, pois, ao longo de sua escrita, eles parecem lançar mão de uma divisão entre etnografia, etnologia e antropologia nos moldes de Claude Lévi-Strauss (2008) – embora tenham críticas ao autor. A etnografia, desse ponto de vista, é a “observação e análise de grupos humanos tomados em sua especificidade [...], visando a restituição, tão fiel quanto

possível, do modo de vida de cada um deles” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p.13). Ao que a etnologia corresponde a um primeiro nível de abstração já que “utiliza de modo comparativo [...] os documentos apresentados pela etnografia” (LÉVI-STRAUSS, 2008, p. 13). E, por fim, como destaca François Laplantine (1988, p. 16) refletindo sobre a obra de Lévi-Strauss, “a antropologia, finalmente, consiste em um segundo nível de inteligibilidade: construir modelos que permitam comparar as sociedades entre si”. Olhando por esse ângulo, é possível estabelecer uma diferença entre “trabalhos antropológicos sobre turismo” e a “antropologia do turismo”, pois a primeira corresponde a etnografia e a segunda utiliza-se da etnografia para construção de modelos comparativos. Dito de outro modo, o que Saskia & Cousin (2019) parecem afirmar é que existem inúmeras observações sobre o turismo, mas não há um modelo interpretativo sobre o turismo. Então, o que eles estão propondo é, justamente, um modelo interpretativo, nesse caso tendo como base epistemológica a noção de alteridade. Essa diferenciação, entretanto, não aparece em outros pesquisadores.

Para Agustín Santana Talavera (1997) antropologia do turismo é sinônimo de estudos antropológicos do turismo e vice-versa. Não há uma diferenciação hierárquica como fazem Cousin & Apachain (2019). Para o pesquisador, o turismo é um fenômeno que rompe as barreiras disciplinares, não podendo ser analisado apenas pela antropologia (ou por qualquer outra disciplina exclusivamente). Como ele afirma

Considero que el turismo representa un terreno que cruza transversalmente los campos disciplinares y, por tanto, referimos a sus estudios como ‘Antropología del Turismo’ debe entenderse exclusivamente como abreviatura y sinónimo de ‘estudios antropológicos del turismo’ [...]. La antropología dispone, pues, de la capacidad para abordar cualquier nueva situación creada por el genero humano pero, como es lógico, su objeto es compartido por otras disciplinas. El turismo, la actividad turística y sus actores, no constituye una excepción y su comprensión se realiza con el esfuerzo conjunto de antropólogos, sociólogos, geógrafos, economistas, psicólogos y otros, careciendo, sobre todo en sus comienzos, de los corsés impuestos por las barreras disciplinares (SANTANA TALAVERA, 1997, p. 09-10).

Para Xerardo Pereiro e Filipa Fernandes (2018) também não há essa cisão. Além disso, o pesquisador e a pesquisadora, ambos portugueses, utilizam duas categorizações: antropologia dos turistas e antropologia do turismo. A primeira, foca em analisar os turistas enquanto sujeitos (suas motivações para a realização de viagens, por exemplo, recebem destaque nesse tipo de análise). A segunda, tem um foco analítico mais amplo, se interessando pelas imbricações entre o turismo e as esferas cultural, econômica, social e política da vida. Para os autores, o turismo também pode ser analisado por outras

disciplinas como direito, economia, geografia, sociologia e administração, mas na abordagem antropológica o turismo é entendido enquanto “um fenômeno sociocultural complexo que possibilita a turistas e residentes a vivência da alteridade. O turismo é um espaço de encontros entre locais e visitantes, produtores e consumidores de bens turísticos” (PEREIRO & FERNANDES, 2018, p. 205). O pesquisador brasileiro Roque Pinto também se utiliza do termo antropologia do turismo em seus trabalhos e, além disso, afirma que a antropologia do turismo “se tornou uma subárea consagrada da antropologia, dispensando escusas ou apresentações” (PINTO, 2021, p. 85), ainda que apresente diferentes enfoques analíticos, como analisar as relações de poder, compreender os desdobramentos simbólicos do turismo, compreender a influência na política local, analisar as mudanças socioeconômicas nas comunidades receptoras, dentre outros. Nelson Graburn (2019 [2009]) está mais inclinado a posição de que existem inúmeras “antropologias do turismo” e isso se deve ao fato de que “os antropólogos abordam o turismo com base em um amplo espectro de interesses antropológicos [...]. Não há uma perspectiva teórica única que amarre a pesquisa antropológica sobre turismo [...] (GRABURN, 2019 [2009], p. 09).

A posição de Cousin & Apchain (2019), posto isso, parece ser uma posição minoritária entre as pessoas antropólogas que se dedicam a estudar o turismo. Que há uma resistência dentro da antropologia a estudar o turismo todos concordam, mas que a antropologia do turismo inexistente porque os trabalhos antropológicos sobre turismo não compartilham de um corpus teórico comum não se apresenta da mesma forma. Resumidamente, o que parece se apresentar aqui é que, de um lado “antropologia do turismo” é utilizada como uma nomenclatura técnica, ou seja, é o nome de um campo antropológico que aglutina diferentes pessoas, com diferentes abordagens e enfoques teórico-metodológicos e do outro, corresponde a uma forma de interpretar o turismo a partir de uma base epistemológica comum. Eu tendo a me filiar mais a primeira perspectiva.

Fico pensando se de um ponto de vista antropológico faz sentido clamar por uma base epistemológica comum. A antropologia em si mesma é múltipla e plural, pois diferentes teorias e métodos de análise fazem parte de seu arcabouço, inclusive teorias e métodos não propriamente surgidos na antropologia. E isso está posto em todos os campos de atuação antropológica. Análises antropológicas sobre gênero e sexualidade, parentesco e família, relações humano-animal, cibercultura, urbanidade, corpo e saúde

apresentam diferentes enfoques e é justamente isso que possibilita análises cada vez mais complexas da vida social. Aqui mesmo em minha pesquisa, embora eu apresente um fio condutor, eu aciono diferentes perspectivas teórico-metodológicas ao longo dela.

Saindo para fora da antropologia isso também é evidente. Eu sou licenciado em Ciências Sociais e ao longo de minha formação tive contato com análises sobre planejamento docente que partiam de diferentes pontos como as perspectivas tradicional, crítica e pós-crítica (SILVA, 2019). Claro que uma abordagem ou outra pode expandir ou limitar horizontes (a abordagem tradicional do planejamento limita, diga-se de passagem). A pluralidade é constituinte da ciência, ainda mais das ciências humanas. Afirmar a inexistência de algo devido a essa pluralidade me parece contraditório. Se há pluralidade, há vida pulsando. Mesmo se pensássemos de um ponto de vista institucional, essa base epistemológica comum de que falam Cousin & Apchain (2019) não garante que haveria, por exemplo, mais recursos financeiros via agências de fomento para nossas pesquisas. E, aliás, acredito que nem é essa a discussão que os pesquisadores estão levantando. Enfim, me parece mais pertinente e profícuo refletirmos sobre como produzir, cada vez mais, pesquisas atentas às realidades sociais vividas cotidianamente pelos sujeitos. Se há força na antropologia, essa força vem da complexificação do mundo, através de diferentes aportes e enfoques.

Referi acima que há uma resistência dentro da antropologia em estudar o turismo, acho necessário, portanto, aprofundar melhor esse ponto. O turismo não é uma unanimidade na antropologia. Essa talvez seja a única unanimidade na disciplina. Historicamente, o turismo tem ficado às margens da antropologia, sendo rechaçado e repellido a maior parte do tempo, principalmente antes da década de 1960. Graburn (2019 [2009], p. 11) destaca “a histórica resistência dos antropólogos a reconhecer a presença do turismo nos ‘seus’ locais de pesquisa – e a serem confundidos com turistas [...]”. Esse ponto é salientado, também, por Pinto (2021, p. 34) quando ele afirma que “muitos etnógrafos buscavam inclusive evitar que seus objetos de pesquisa fossem ‘contaminados’ com a presença de turismos ou de turistas”. Esse desdém pelo turismo tem diferentes motivações, como salientam pesquisadores do campo. Como apontam Pereiro & Fernandes (2018), o turismo inicialmente não era visto como um bom objeto de análise pela antropologia, tendo em vista a compreensão de que ele estava vinculado apenas à diversão, não apresentando grande relevância em termos sociais. Saskia & Cousin (2019, p. 18) demarcam como o turismo era entendido enquanto um objeto banal

já que “longe do Estado e dos grandes negócios culturais, políticos ou religiosos, o turismo seria uma questão pequeno-burguesa, de pequenos comerciantes, pequenos territórios e, por conseguinte, de pequenos pesquisadores”. Pinto (2021) sublinha, ainda, que o fato do turismo ser associado ao ócio e ao prazer também contribuiu para esse rechaço. No contexto brasileiro isso não foi diferente. Aqui, além do que foi citado acima, o turismo também foi, inicialmente, repellido por dois motivos. O primeiro, diz respeito ao fato dele ser entendido enquanto “um objeto destituído de qualquer correspondência com um comprometimento político” (PINTO, 2015, p. 300). E o segundo, diz respeito ao fato do turismo estar associado às áreas de negócios (administração, economia, *marketing*) (PINTO, 2021; BARRETO, 2019 [2009]). Assim, tem-se que a frivolidade, a banalidade e o ócio, todos associados ao turismo, contribuíram sobremaneira para o evitamento do turismo pelas pessoas antropólogas no contexto mundial e, claro, no contexto brasileiro.

A partir da década de 1960, entretanto, o turismo passa a figurar nas discussões antropológicas enquanto um objeto em si, porém, de forma tímida, isolada e predominantemente entre pesquisadores anglófonos (COUSIN & APCHAIN, 2019; GRABURN, 2019 [2009]). Como destaca Nelson Graburn (2019 [2009]), a década de 60 foi marcada por tentativas de analisar o turismo à luz dos modelos antropológicos pujantes nessa época, assim, conceitos como aculturação e ritual faziam parte do repertório desses primeiros pesquisadores. Nessa mesma linha, o autor destaca, também, a forte presença de conceitos oriundos das reflexões dos pioneiros das ciências sociais nos primeiros trabalhos antropológicos sobre turismo, tais como alienação em Karl Marx, *communitas* em Durkheim e reciprocidade em Marcel Mauss. Um trabalho marcante desse primeiro momento, lançado em 1963, é “Tourism, tradition and acculturation: weekendismo in a mexican village”, de Theron Núñez, no qual o autor discute os impactos ocasionados por mexicanos ricos em vilarejos tradicionais (COUSIN & APCHAIN, 2019; PINTO, 2021b; GRABURN, 2019 [2009]). Como destaca Graburn (2019 [2009]) – para além dos conceitos propriamente ditos utilizados pelos pesquisadores da década de 60 – o impacto do turismo (social, cultural e ambiental) nas localidades anfitriãs vai ser uma chave interpretativa muito presente nesses primeiros trabalhos.

É na década de 1970, porém, que o turismo passa a ser analisado pela antropologia de forma mais ampla e sistemática (PINTO, 2021b). Em 1973, o antropólogo Jafar Jafari

funda o periódico científico *Annals of Tourism Research* no intuito de aglutinar análises sobre o turismo por uma perspectiva das ciências sociais (PINTO, 2021; COUSIN & APCHAIN, 2019). No ano seguinte, em 1974, na Cidade do México, em um congresso da *American Anthropological Association*, um grupo de pessoas antropólogas se reuniu, pela primeira vez, para discutir o turismo enquanto um objeto de análise antropológica propriamente dito (PINTO, 2021; 2021b; GRABURN, 2019 [2009]; COUSIN & APCHAIN, 2019; BARRETO, 2019 [2009]). Aqui é onde a antropologia expande seus horizontes e perspectivas em relação ao turismo, passando a analisá-lo enquanto um fenômeno complexo e processual, com implicações econômicas, mas, também, políticas, simbólicas e sociais (PINTO, 2021). Todavia, esse processo de expansão epistemológica se dá, sobretudo, nos Estados Unidos e na Europa (PINTO, 2021b). É nas décadas de 1980 e 1990 que presenciamos um crescimento vertiginoso de análises antropológicas sobre o turismo “com a presença de antropólogos e sociólogos no desenho do produto turístico, no esforço para buscar soluções práticas para minimizar os efeitos negativos da atividade e na busca de uma ativação patrimonial sustentada nas comunidades receptoras” (PINTO, 2021, p. 91). Além disso, é a partir desses trabalhos que, como aponta a pesquisadora Rosana Eduardo da Silva Leal (2011, p. 57)

[...] a antropologia tem percebido que há relações bem mais complexas existentes no interior do turismo. As pesquisas mostram que a indústria turística não se constitui apenas como força externa que atua livremente em contextos locais, pois muitas comunidades anfitriãs têm deixado o papel de receptores passivos do mercado turístico para transformar-se em agentes atuantes no interior dessa indústria, conforme suas necessidades e interesses.

É nesse período que trabalhos fundamentais para análises socioantropológicas emergem como “Antropología y Turismo: nuevas hordas, viejas culturas?”, de Agustín Santana Talavera, “O olhar do turista”, de John Urry, “Anthropology of Tourism”, de Dennison Nash e “The anthropology of tourism”, de Nelson Graburn para citar apenas alguns. Daí em diante, a rejeição ao turismo por parte da antropologia vem sendo paulatinamente superada – embora ainda persista entre alguns pesquisadores (PINTO, 2021b).

No Brasil, entretanto, o turismo enquanto objeto de análise antropológica torna-se pujante somente a partir da década de 1990. Conforme Margarida Barreto (2019 [2009]), o ano de 1999 foi um marco para os estudos antropológicos sobre o turismo. Nesse ano, pela primeira vez, um espaço para se discutir o turismo foi construído, em parceria com pessoas pesquisadoras da turismologia, na III Reunião de Antropologia do

Mercosul (RAM), sediada em Posadas, na província de Misiones, na Argentina. Tratou-se da “Comissão Antropologia do Lazer e do Turismo - Comisión Antropología del Ocio y del Turismo” (BARRETO, 2019 [2009]). A partir dessa data, o turismo passou a figurar em diferentes congressos antropológicos como na Reunião de Antropologia do Mercosul (RAM), na Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) e na Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) (BARRETO, 2019 [2009]; PINTO, 2015). Em um primeiro momento, as pesquisas antropológicas brasileiras enfocavam processos de aculturação e a questão da autenticidade, porém, no decorrer dos anos passaram a focar, também, relações de gênero e representações sociais (BARRETO, 2003; 2019 [2009]). É interessante apontar que, embora a década de 1990 seja um marco para os estudos antropológicos sobre o turismo, assim como no resto do planeta, estudos isolados envolvendo o tema já se faziam presentes na antropologia brasileira. Como aponta Barreto (2003), na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) há várias dissertações, com as de Carmen Rial e Mara Lago, ambas da década de 1980.

Hoje, embora ainda incipientes na antropologia brasileira (PINTO, 2015; 2021), muitos estudos antropológicos sobre o turismo vêm sendo desenvolvidos. Em pesquisas bibliográficas realizadas no buscador eletrônico de pesquisa “Google Scholar” e na biblioteca eletrônica “SciELO” podemos visualizar enfoques variados como: turismo em favelas (FREIRE-MEDEIROS, 2007, 2009, 2014), turismo rural (TOMAZIN & RAMIRO, 2016; RAMIRO & ROMERO, 2012), turismo em terras indígenas, etnoturismo (LIMA, 2018; GRUNEWALD, 2003, 2015; SANTOS, 2015), turismo religioso (STEIL & CARNEIRO, 2008), ecoturismo (STEIL & TONIOL, 2011, 2016) e souvenirs turísticos (SOUSA, 2019) para citar apenas alguns exemplos. Aqui no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, embora não exista uma linha de pesquisa própria para o tema, estudos antropológicos sobre o turismo também se fazem presentes, porém, novamente, de forma incipiente se comparados a outras temáticas de pesquisa. Aqui, destaco cinco trabalhos que apresentam interlocuções com o turismo: 1) “Turismo ecológico e gestão ambiental: diagnóstico ambiental, programa de gestão e zoneamento dos espaços naturais em Torres-RS”, dissertação de 1999 de José Alberto Chemin, sob orientação da professora Cornélia Eckert; 2) “O uso dos recursos naturais e os desafios para a conservação da biodiversidade marinha: mudanças e conflitos em uma comunidade pesqueira na Ilha de Santa Catarina”, tese de 2008 de Alexandre Guimarães Só de Castro, sob orientação da Professora Cornélia Eckert; 3) “No

rastró das caminhadas: etnografia de uma política de turismo rural no Vale do Ivaí, Paraná”, dissertação de 2012 de Rodrigo Ferreira Toniol, sob orientação do Professor Carlos Alberto Steil; 4) “Em busca do frio: o turismo na região serrana de Santa Catarina”, tese de 2014 de Felipe José Comunello, sob orientação do Professor Ruben Oliven; e, 5) “Turismo de galpão: uma etnografia sobre o acolhimento do fenômeno do turismo, nos festejos/festivais tradicionalistas, em Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul”, dissertação de 2014 de Laís Góis Soares, sob orientação da Professora Denise Jardim.

Todavia, no contexto brasileiro, quando olhamos para o âmbito institucional, alguns pesquisadores nos chamam atenção para o fato de que ainda persiste a “falta de reconhecimento acadêmico e de recursos para pesquisa em turismo pela via das Ciências Sociais no Brasil [...]” (PINTO, 2021, p. 93). Nesse sentido, como argumenta Carlos Steil, em entrevista concedida aos pesquisadores Roque Pinto e Zara Simões Pinto-Coelho na Revista Lusófona de Estudos Culturais,

[...] embora o turismo atravessasse a totalidade da vida social moderna, ele não se configurou como um campo temático autônomo de estudos nas Ciências Humanas e Sociais no país, com uma produção específica relevante, com centros de referência de formação de pesquisadores ou linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação das Ciências Humanas e Sociais (PINTO & PINTO-COELHO, 2018, p. 496).

Essa é também a análise de Pinto (2021, p. 93) quando reflete que permanece no Brasil a “necessidade de implementação de núcleos fortes de investigação [...]”. Barreto (2019 [2009]) também sublinha esse ponto. Durante entrevistas com pessoas antropólogas, a respeito da pesquisa sobre turismo no âmbito da antropologia brasileira, ela pontua que “há casos que parecem confirmar que ainda existe nas instituições a ideia de que o turismo não deve ser objeto da antropologia. Há antropólogos que deixaram de pesquisar turismo por falta de apoio institucional [...]” (BARRETO, 2019 [2009], p. 76). Entretanto, acho interessante demarcar a assertiva de Steil de que apesar disso “há uma produção de excelência sobre turismo que permanece quase que invisível [...]” (PINTO & PINTO-COELHO, 2018, p. 496). O Brasil, portanto, se apresenta como um caso emblemático, pois, a antropologia brasileira vem produzindo muitos trabalhos sobre o fenômeno turístico, porém, com pouco apoio institucional.

Ainda sobre a resistência da antropologia em relação ao turismo, é interessante perceber como essa relação conturbada é contraditória. Conforme Cousin & Apchain (2019) os estudos antropológicos, embora rechacem o turismo, contribuíram

sobremaneira para a constituição de diversas localidades turísticas. Como apontam os pesquisadores, o turismo cultural<sup>8</sup> vem crescendo cada vez mais e, em parte, isso se deve às inúmeras etnografias realizadas nos séculos XIX e XX que passam a ser reapropriadas comercialmente como forma de estabelecer destinos turísticos. Como elucidam,

[...] é inegável que, em seus (raros) momentos de difusão leiga, a antropologia teve um impacto direto no fenômeno turístico, e isso por duas razões. Antes, independentemente do que se possa dizer sobre seu método, a antropologia contribuiu para aumentar o conhecimento dos homens que povoam o planeta e constituiu um convite à viagem para inúmeros leitores [...]. Em seguida, ao longo de toda a sua história, a antropologia contribuiu para a produção de etnias, identidades coletivas identificáveis ou, em todo caso, para fazer com que fossem conhecidas em escala mundial (COUSIN & APCHAIN, 2019, p. 28).

O trabalho de campo antropológico, portanto, constrói imaginários sobre lugares, paisagens e pessoas, como fica evidente. Claro que o turismo cultural não é uma invenção direta da antropologia, nem se constitui somente a partir dela, mas como percebe-se, ela tem um papel importante nesse processo, mesmo que historicamente tenha relegado o turismo a um lugar de menor destaque. Dar-se conta disso é importante, pois, faz com que percebamos como nossos trabalhos podem transpassar os muros da academia, adentrando outros circuitos e, portanto, precisamos estar preparados para isso e para os possíveis desdobramentos disso.

Por fim, quero pensar em como o turismo se relaciona com nossa vivência enquanto antropólogos. Conforme os autores supracitados, a antropologia apresenta um papel relevante no que tange a constituição/difusão do turismo cultural. Entretanto, os autores focam em como o mercado e pessoas leigas, ou seja, pessoas não antropólogas, passam a interessar-se pelas localidades/culturas/comunidades que aparecem nas etnografias. Todavia, quero pensar em como nós mesmos, pessoas antropólogas, muitas vezes nos interessamos também pelas obras (em sentido amplo) antropológicas para além da teoria. Penso que isso ocorre em dois níveis. O primeiro advém das próprias etnografias. As descrições de Bronislaw Malinowski, Edward Evans-Prritchard, Margaret Mead, Clifford Geertz, Tim Ingold, Roberto da DaMatta ou Anna Tsing sobre o campo onde realizam suas pesquisas, para além do que já foi discutido sobre autoridade etnográfica (CLIFFORD, 1998), certamente despertam nosso desejo de deslocamento até esses lugares. Comigo isso costumava acontecer com frequência, pelo menos nos

---

<sup>8</sup> De forma simples, o turismo cultural “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 2006, p. 13).

primeiros semestres do curso de Ciências Sociais. As descrições densas, para utilizar o termo de Clifford Geertz (1989), dessas pessoas antropólogas, sendo assim, não cumprem apenas um papel metodológico, mas criam o interesse em conhecer pessoalmente seus campos. O segundo ultrapassa a obra escrita. Imagine-se o leitor na França, por exemplo, para um congresso antropológico. Agora imagine-se com a possibilidade de conhecer a universidade onde Claude Lévi-Strauss ministrou suas aulas, a cafeteria que Philippe Descola costuma frequentar ou então, visitar o túmulo de Marcel Mauss. O que estaríamos fazendo senão turismo? Este último tipo de atividade, inclusive, já tem uma categoria própria e denomina-se *dark tourism*<sup>9</sup>. Visitas a túmulos de personalidades famosas já não são mais coisa de outro mundo a bastante tempo, diga-se de passagem – pensemos nas visitas aos túmulos de Karl Marx, Fidel Castro, Émile Durkheim, Che Guevara, Vladimir Lênin, dentre outros. A vida da pessoa antropóloga – e tudo que ela representa para a antropologia – passa, então, a suscitar um interesse turístico eu argumento. Como pondera Steil “prefiro pensar que o turismo é uma dimensão da vida social que atravessa nossa experiência no mundo [...]” (PINTO & PINTO-COELHO, 2018, p. 494). Posto isso, é possível entender que mesmo quando a antropologia se mantém alheia ao turismo ele pode vir a manifestar-se, mesmo que indiretamente, pois a escrita antropológica populariza entre as pessoas leigas localidades e povos, como sustentam Cousin e Apchain (2019), ao mesmo tempo que suscitam desejos e práticas entre pessoas antropólogas, e isso se deve ao fato do turismo ser um fenômeno amplo e complexo.

Ao longo desse capítulo quis demonstrar, por meio da revisão das principais abordagens, da nomeação dos principais autores, da exposição de pesquisas pioneiras e atuais e da identificação dos principais marcos institucionais, como a antropologia vem se envolvendo com o turismo ao longo dos anos. De um objeto inicialmente mal visto, o turismo tem gradualmente conquistado espaço na tradição antropológica mundial e mais especificamente brasileira. Diferentes pesquisas vêm sendo empreendidas por pessoas antropólogas, incluindo eu mesmo, como forma de aprofundar nosso entendimento sobre esse fenômeno tão característico dos dias atuais.

---

<sup>9</sup> Como destaca Tércio Pereira (2020, p. 219) “visitas a campos de batalha, cemitérios, mausoléus, museus, antigas casas de celebridades mortas e locais de morte em massa também representam o *dark tourism*”. Ao realizar uma pesquisa bibliográfica nos buscadores *online* supracitados eu não encontrei nenhum trabalho antropológico brasileiro sobre o tema. Em compensação, a hotelaria e a turismologia vêm desenvolvendo muitos estudos sobre o *dark tourism* no contexto brasileiro.

## Etnografando o grupo de *Facebook* TRS

Neste capítulo, pretendo apresentar detalhadamente o percurso etnográfico que realizei no grupo de *Facebook* TRS<sup>10</sup>. Para tanto, inicialmente apresentarei uma breve contextualização sobre etnografia em/com meios digitais cujo propósito é evidenciar como a antropologia vem, a alguns bons anos, rompendo com a ideia de campo enquanto restrito a um espaço territorial físico no qual a pessoa pesquisadora realiza sua pesquisa. Minha ideia com essa contextualização é demarcar – como outras pessoas já fizeram antes de mim – a efervescência de uma antropologia do ciberespaço (SEGATA & RIFIOTIS, 2016). Durante essa apresentação, pretendo abordar algumas discussões teórico-metodológicas e éticas sobre pesquisa em/com meios digitais, sempre em um movimento dialógico que oscila entre as reflexões do campo e minha própria experiência enquanto pesquisador. Realizo esse movimento dialógico por compreender a importância de produzir um saber etnográfico contextualizado, ou seja, que se insere nos circuitos de discussão antropológica mais amplos, porém, sem negligenciar a singularidade de minha experiência.

### 2.1 Etnografia e/no Ciberespaço

A etnografia é reconhecidamente a espinha dorsal da antropologia, pelo menos desde as clássicas elaborações de Malinowski a respeito das Ilhas Trobriand<sup>11</sup>. A partir disso, “estar em campo” passa a compor o imaginário comum da prática antropológica, ao lado de outras ideias centrais como “nativo” e “observação participante”. Cabe destacar, porém, que o “estar em campo” sempre parece vir acompanhado do epíteto fisicamente. Fazer etnografia foi – e talvez para algumas pessoas ainda seja – uma espécie de vai-e-vem corporal entre localidades, espaços e/ou territórios. Realizar uma etnografia digital, ao invés de uma etnografia presencial parece, assim, não fazer sentido. No limite, podemos inclusive questionar se determinada pessoa pode reconhecer-se e ser reconhecida como etnógrafa se sua pesquisa for conduzida em meios digitais. Entretanto,

---

<sup>10</sup> Por motivos éticos, escolhi suprimir o nome completo do grupo e deixar apenas uma abreviação.

<sup>11</sup> Como sabemos, antes de Malinowski outros antropólogos já realizavam trabalho de campo. Lewis Morgan e Franz Boas são dois exemplos notáveis. Entretanto, foi Malinowski quem redigiu as bases da etnografia em seu livro “Os Argonautas do Pacífico Ocidental”.

Christine Hine (2015) sem negligenciar que a etnografia foi originalmente erigida sob a premissa da recusa às mediações, nos oferece uma perspectiva que privilegia, ao contrário, o caráter adaptativo da etnografia. Como aponta a autora, uma pesquisa etnográfica, mesmo tendo como princípio soberano a presença física da pesquisadora em campo se desenvolve de maneiras diferentes de acordo com cada contexto local. Cito, por exemplo, como minha etnografia sobre turismo na pandemia sendo realizada no Rio Grande do Norte, ao invés do Rio Grande do Sul, muito provavelmente se desenvolveria de uma maneira diferente. Essa diferença se relaciona, claro, com o fato do contexto da pesquisa ser outro. Meus interlocutores e minhas estratégias metodológicas seriam diferentes das apresentadas nessa pesquisa, por exemplo. Isso porque as pesquisas antropológicas são contextuais, são engendradas a partir de parâmetros localizados, situados e conjunturais. A prática antropológica não se pauta por uma receita pronta. Etnografia não é mero CTRL C + CTRL V, ela é feita de forma processual, levando em conta as nuances do objeto em questão. Porém, esse fato não me impediria de realizar uma etnografia fosse no RS ou no RN, justamente, por sua plasticidade e adaptabilidade. A etnografia não é um método fechado. Ademais, como aponta Mariza Peirano (2014), a própria ideia de reduzir a etnografia unicamente a um método de coleta de dados é problemática, pois nossa escrita é uma “formulação teórico-etnográfica” (p.383), devido ao caráter reflexivo da etnografia. Há, portanto, na etnografia, uma dimensão teórica indispensável<sup>12</sup>. Assim, embora Hine (2015) e Peirano (2014) estejam escrevendo em contextos muito diferentes, ambas as autoras nos convidam a repensar a prática etnográfica. Ambas, nos ajudam a visualizar a ferrugem que cobre a etnografia e que, muitas vezes, faz com que o movimento, tão característico dela, seja freado, nos fornecendo alguns *insights* para que possamos limpar essa ferrugem e reativar sua dinamicidade.

Outro ponto sublinhado por Hine (2015), e que acredito merecer destaque nessa discussão, diz respeito a como a presença física do pesquisador em campo é interpelada pelos limites humanos. O pesquisador não é onipresente no campo, ele não estabelece relações com todas as pessoas, não está em todos os lugares ao mesmo tempo e, muito

---

<sup>12</sup> Essa é também a posição de Sarah Pink, Heather Horst, John Postill, Larissa Hjorth, Tania Lewis e Jo Tacchi, em seu livro “Digital Ethnography: principles and practices” (2016). Essas pesquisadoras e pesquisadores, entretanto, não unem a etnografia a nenhuma teoria científica em particular. Porém, sublinham como é indispensável a união entre a etnografia e uma perspectiva teórica sobre o mundo.

menos, é onisciente, pois é humanamente impossível dar conta de tudo que o rodeia: algo sempre escapa. Fora claro, toda nossa subjetividade que nos acompanha em nossas pesquisas e que, não raras vezes, modula nossas percepções em campo (Malinowski que o diga)<sup>13</sup>. A etnografia presencial, portanto, apresenta rasuras, rachaduras, incompletudes – e isso é ótimo, diga-se de passagem, pois lança luz sobre a necessidade de abrir-se mão da fixidez de nossas afirmações, convidando-nos a escutar outras pessoas pesquisadoras e, claro, nossos interlocutores. Nota-se, portanto, que a etnografia presencial já impõe ao pesquisador desafios. Aqui eu citei apenas três, embora não sejam os únicos. Entretanto, assim como faz Hine (2015) quero focar na adaptabilidade da etnografia, delineando, portanto, que os desafios ao longo do caminho são constituintes de seu exercício. Não somos onipresentes, não podemos deixar nossa subjetividade de fora de nossas pesquisas, não podemos etnografar diferentes contextos e imaginar que nada mudará, entretanto, não descartamos a etnografia, nós insistimos em suas potencialidades, pois ela nos auxilia a compreender “em profundidade, como as pessoas dão sentido às suas vidas” (HINE, 2015, p. 1, minha tradução).

Os desafios que um/a etnógrafo/a enfrenta ao conduzir sua etnografia em meios digitais, entretanto, não podem ser negligenciados. Como discute Hine (2015) outras complexidades etnográficas emergem em ambientes digitais, como o sentimento de insegurança geográfica em relação a nosso objeto de estudo. Além disso, os etnógrafos não se mantêm alheios às preocupações mais gerais da sociedade, por exemplo, de que as comunicações mediadas podem não ser tão boas quanto as “reais”, ou sobre o quão robusto pode ser o conhecimento elaborado através de meios digitais. A princípio, então, podemos possuir muitas dúvidas e sentir que estamos em uma “situação muito incômoda” (HINE, 2015, p. 4, minha tradução) quando nos deparamos com ambientes digitais. No entanto, nossa vida contemporânea é permeada pelas mídias e tecnologias digitais, sendo importante que etnógrafos e etnógrafas estejam atentos a isso para que sejam capazes de tecer análises complexas. Além disso, precisamos prestar atenção em como as mídias e as tecnologias digitais não constituem uma esfera a parte da vida humana, mas são parte da vida cotidiana das pessoas (HINE, 2015; PINK *et al.*, 2016). A esse respeito, cito como o grupo TRS não se apresenta como algo extraordinário, ao contrário, é algo cotidiano.

---

<sup>13</sup> Faço essa brincadeira com Malinowski tendo em vista as elaborações de Marilyn Strathern (1995) a respeito de como o autor, permeado por uma subjetividade euro-americana, analisou e compreendeu o fenômeno do nascimento nas Ilhas Trobriand, justamente, a partir de uma visão eurocentrada. Para um debate aprofundado remeter-se ao texto supracitado.

No TRS as pessoas interagem entre si, apresentam eventos turísticos, localidades do Rio Grande do Sul, as trilhas que realizaram com suas famílias. Empreendedores apresentam seus *campings*, suas pousadas, seus cafés coloniais. As pessoas trocam experiências e sugerem roteiros turísticos umas para as outras. O grupo faz parte da vida daqueles sujeitos. Certamente não faz parte da vida de todos os sujeitos da mesma forma. Porém, ao longo de minhas observações no grupo, pude observar como as fronteiras entre o “real” e o “virtual” eram cotidianamente rompidas pelas pessoas. Arrisco dizer que essa dicotomia sequer fazia sentido, pois o grupo estava presente em suas vidas, e as vidas de muitas pessoas estavam rotineiramente presentes no grupo. De algumas pessoas estava ostensivamente presente no grupo, inclusive. Lembro-me de um membro que frequentemente realizava mais de 20 postagens em apenas um dia. Eram fotos de suas viagens passadas, dicas de roteiros, curiosidades históricas das cidades que já tinha visitado em algum momento de sua vida. E praticamente todas as suas postagens apresentavam engajamento de outras pessoas do grupo. As curtidas e os comentários se avolumavam com muita rapidez.

Assim, embora novos desafios se apresentem, a proposta de Hine (2015) – que é a que sigo nesse trabalho – é que, tendo em vista o caráter maleável e adaptativo da etnografia, podemos conduzir estudos etnográficos em meios digitais, assim como conduzimos estudos etnográficos em contextos não digitais. A tarefa da etnógrafa que realiza seu trabalho de campo em ambientes digitais, passa, então, pelos mesmos procedimentos teórico-metodológicos e éticos daqueles que realizam seus trabalhos em contextos não digitais, a saber, a conformação de um campo empírico, a escolha de interlocutores, a escrita de notas de campo, a escolha de métodos de coletas de dados, a imersão em campo, a busca do consentimento, dentre outros. Certamente uma etnografia realizada em um grupo de *Facebook* será diferente de uma etnografia realizada em páginas do *Twitter*, assim como também será diferente de uma etnografia realizada em uma cidade interiorana de Santa Catarina, de uma etnografia com coletivos urbanos da cidade de São Paulo, ou de uma etnografia com Povos Indígenas da Amazônia. Todas, porém, são etnografias, pois estão balizadas pelas discussões antropológicas, embora apresentem interlocutores diferentes, contextos diferentes, épocas diferentes, paisagens diferentes. Seguindo Hine (2015), portanto, o que apresento nesse trabalho não é outra coisa senão uma etnografia.

A essa altura de minha argumentação, entretanto, acho necessário apontar a existência de diferentes nomeações em relação às etnografias realizadas em ambientes digitais. Hine (2015) prefere a expressão etnografia *para a internet* (*Ethnography for the Internet*), se contrapondo, por exemplo, à expressão netnografia (KOZINETS, 2010). Destaco como a autora se contrapõe, também, à expressão etnografia *da internet* (*Ethnography of the Internet*), pois a internet não pode ser apreendida enquanto um objeto de pesquisa, porém, objetos de pesquisa podem ser compreendidos a partir da internet. Já Pink *et al.* (2016) preferem a expressão etnografia digital (*digital ethnography*), devido a presença constante do digital no mundo contemporâneo. No Brasil por outro lado, as expressões mais comuns são ciberespaço e cibercultura. Assim, podemos observar diferentes combinações, tais como etnografia do ciberespaço ou etnografia da cibercultura, ou, ainda, expressões que remetem a um campo mais amplo, como antropologia do ciberespaço ou antropologia da cibercultura (FREITAS & GOMES, 2015; SEGATA & RIFIOTIS, 2016; SEGATA, 2016; RIFIOTIS, 2010, 2016). Um ponto de convergência, entre esses autores e essas autoras, apesar da diferença de nomenclatura, é que todas e todos partilham, justamente, da ideia do caráter adaptativo da etnografia, assim como recusam a dicotomia real/virtual e a compressão da internet enquanto um fenômeno extraordinário. Hine (2015), inclusive, aponta a não separação entre real e virtual como um dos motivos para que continuemos na trilha metodológica da etnografia “tradicional”.

Eu mesmo venho usando ao longo desse texto duas expressões diferentes, a saber, etnografia “presencial” e etnografia “digital”. Utilizei essas duas expressões em um primeiro momento para facilitar a escrita e o entendimento. Entretanto, acho necessário pontuar que tais expressões, tendo em vista meu posicionamento de seguir Hine (2015) não fazem sentido. Minha etnografia no grupo de *Facebook* TRS é presencial, mesmo sendo conduzida em um ambiente digital. Eu estou presente no grupo, acompanho suas discussões e converso com as pessoas, minha presença nesse ambiente é constante (mesmo não tendo corrido da polícia pelas ruas de Bali). E, além disso, ambas estão balizadas pelo que Claudia Fonseca (1999) nomeia como reflexividade antropológica, isto é, o vai-e-vem entre ambientes simbólicos, um dos pressupostos chave da antropologia. No entanto, como aponta Heather Horst (2016), a teorização inicial sobre o virtual negava a dimensão corporal do pesquisador que realiza sua pesquisa em contextos virtuais. Todavia, o pesquisador sente, no corpo, os efeitos da sua etnografia. A autora

cita, por exemplo, fadiga ocular, dor no pescoço e no pulso enquanto sensações corporais que nos acompanham durante nosso processo de pesquisa. Eu acrescentaria a isso dores nas costas, nos dedos e nos ombros<sup>14</sup>. Quero dizer com isso, então, que os efeitos corporais do processo etnográfico também estão presentes. São outros, certamente; porém, esses efeitos advêm precisamente de minha presença em campo. E isso faz parte do processo de pesquisa.

Certa vez li um texto de Sandra Corazza que afirmava que “uma prática de pesquisa é um modo de pensar, sentir, desejar, amar, odiar, uma forma de interrogar [...]” (CORAZZA, 2002, p. 124). Corazza não se referia à antropologia, nem à etnografia, seu texto diz respeito às análises pós-críticas no campo da educação, porém, acredito profundamente em suas palavras. A prática etnográfica de pesquisa é, justamente, isso: “um modo de pensar, sentir, desejar, amar, odiar, uma forma de interrogar”. Em especial, acho muito interessante e pertinente como Corazza coloca lado a lado amor e ódio. Acho incrível como ela não esconde as nuances e ambiguidades, mas as expõe<sup>15</sup>. Pesquisar, para mim, é isso: um movimento difícil, árduo, cansativo, que nos causa ódio, mas, ao mesmo tempo pode ser algo prazeroso, satisfatório, encantador, que nos traz alegria; em suma, um momento de muitas sensações. Como apontei em um texto, minha pesquisa me trouxe muitos desafios, mas, ao mesmo, muita alegria (LUZ, 2021). Retomando, gostaria de reafirmar que tanto a etnografia realizada em contextos virtuais/digitais, quanto a realizada em contextos não digitais/virtuais são presenciais, pois se não fossem presenciais não seriam etnografias. Faço aqui, posto isso, uma *mea-culpa* em relação ao uso dessas expressões. No restante desse texto passo a referir-me ao meu trabalho apenas como etnografia.

Passei algumas páginas desse capítulo defendendo a prática etnográfica em contextos digitais/virtuais. Balizado em pesquisadoras e pesquisadores do campo, tentei apresentar pontos relevantes que essas pessoas destacam em seus trabalhos, embora não todos. Tentei estabelecer como caráter intrínseco da etnografia sua adaptabilidade. Sublinhei como alguns desafios enfrentados pelas etnógrafas que não realizam suas

---

<sup>14</sup> Acredito que atualmente grande parte das pessoas também experimentam essas sensações. O contexto pandêmico intensificou nossa presença em frente às telas: são aulas, reuniões e eventos que migraram para ambientes digitais. Os efeitos que sentimos no corpo são produzidos, diretamente, por nossa presença.

<sup>15</sup> Sandra Corazza ocupa um lugar privilegiado em minha formação enquanto professor. Sua escrita era debochada e ácida, ao mesmo tempo que era sensível e acolhedora. Sua imagem representa, para mim, uma amiga e uma mentora. Sandra nos deixou em 2020, entretanto, sua potência criadora nunca nos deixará. Sua vida merece ser celebrada!

pesquisas em contextos digitais são, também, os desafios que etnógrafos que realizam suas pesquisas em contextos digitais enfrentam em seu processo. Apontei como alguns são diferentes. Espero ter feito isso de maneira convincente (ou que, pelo menos, tenha ganhado um voto de confiança a esse respeito para seguir adiante). Entretanto, talvez tenha apresentado essas ideias de forma muito abstrata. Seguirei minha narrativa destacando aquilo que Hine (2015) nomeia como agência do etnógrafo. Acredito que essa ideia de agência sintetiza o trabalho etnográfico, independentemente de seu espaço de efetivação. Como apontei acima – talvez de forma tímida – esse é um dos argumentos centrais de Hine (2015): a etnografia *na* internet guia-se pelos mesmos procedimentos metodológicos que as etnografias *fora* da internet, até por isso o nome deve permanecer o mesmo. Assim, a seguir, concentro-me em abordar três pontos: a) meu campo empírico; b) ética em pesquisa; e, c) reflexividade etnográfica. Escolho seguir esse caminho para, mais uma vez, tentar demonstrar como os pressupostos etnográficos clássicos permaneceram presentes em meu trabalho de pesquisa.

## **2.2 Campo**

Como a muito tempo se sabe nas Ciências Sociais e, em especial, na antropologia, a formulação de nosso objeto de pesquisa, assim como a delimitação de nosso campo empírico são dois empreendimentos necessariamente atrelados à agência da pessoa etnógrafa. Isto é, não são entidades predeterminadas, antes são produzidas por meio de nosso trabalho teórico-metodológico. No entanto, nosso campo, por vezes, pode sofrer reveses diversos.

Como apontei em um trabalho anterior (LUZ, 2021), a delimitação de meu campo empírico passou por alguns desafios até se estabelecer no grupo TRS. Nesse trabalho, conto como minha ideia inicial para o mestrado era realizar uma etnografia junto a pessoas que realizam trilhas de longo percurso pelo Rio Grande do Sul. Minha intenção estava em dialogar com a antropologia do corpo (refletindo sobre a produção do corpo que caminha por longos percursos) e a antropologia ambiental (refletindo sobre as relações que se estabelecem entre as pessoas e as paisagens). No entanto, cerca de uma semana após iniciar meu percurso no PPGAS/UFRGS, a OMS decretou o início da pandemia e as atividades acadêmicas foram suspensas. Os deslocamentos entre ambientes por meio do caminhar eram o cerne de minha pesquisa, contudo estava impossibilitado

de realiza-los. A partir disso, até conseguir minimamente colocar a cabeça no lugar, a ansiedade e a insegurança me acompanhavam cotidianamente. Não sabia muito o que fazer, até que tomei coragem e entrei em contato com o professor Jean Segata, que me aceitou como seu orientando. Expliquei minha ideia inicial para ele e a partir disso começamos a conversar. Ele me contou que estava coordenando a Rede Covid-19 Humanidades MCTI e dialogamos sobre algum denominador comum entre sua experiência antropológica, meus interesses de pesquisa e a proposta da Rede. Chegamos em duas possibilidades: realizar uma pesquisa com os trabalhadores da educação (tendo em vista minha formação em licenciatura) ou realizar uma pesquisa com profissionais do turismo (tendo em vista meus interesses de pesquisa). Escolhi a segunda opção e daí em diante comecei a desenhar uma nova pesquisa. Com a nova pesquisa em mente cogitei a possibilidade de realizar trabalho de campo em duas cidades do RS: Cambará do Sul e Três Coroas para dialogar com profissionais do setor de turismo sobre suas experiências durante a pandemia. Ambas as cidades têm um forte setor turístico: Cambará do Sul apresenta o maior conjunto de cânions da América Latina e Três Coroas possui o maior complexo ecoturístico do Sul do Brasil. A ideia era realizar incursões etnográficas de curta duração nos dois municípios. Nesse momento inicial, o grupo TRS era apenas um meio pelo qual eu poderia encontrar interlocutores nas referidas cidades, nada além disso. Entretanto, as condições sanitárias no contexto brasileiro não se apresentaram como favoráveis para a realização dessas atividades. Assim, minha pesquisa passou por uma nova reconfiguração<sup>16</sup>.

Quero sublinhar, portanto, como circunstâncias externas ao pesquisador também influenciam diretamente na pesquisa. No meu caso foi nosso contexto pandêmico: minha ideia inicial sequer era pesquisar turismo; quando passou a ser, ainda elaborava minha pesquisa tendo em vista um campo face a face com meus interlocutores. Todavia, isso não foi possível. Voltei minha etnografia, posto isso, para o grupo TRS. Agora, além de ser um meio pelo qual seria possível encontrar interlocutores para minhas entrevistas, tornou-se, também, meu campo propriamente dito. Isso, claro, não foi feito apenas por necessidade, mas porque o grupo TRS apresentava discussões relevantes para uma

---

<sup>16</sup> Gostaria de destacar, entretanto, que mesmo se tivesse realizado trabalho de campo em Cambará e Três Coroas, minha etnografia já estaria utilizando-se de aportes do que Pink *et al.* (2016) nomeiam como etnografia digital. Para esses pesquisadores e pesquisadoras, a etnografia digital é processual, isto é, não tem uma forma específica, antes é aberta: uma combinação de abordagens teórico-metodológicas, tanto digitais, quanto não digitais pode ser utilizada. Pink *et al.* (2016) denominam isso como um dos princípios da etnografia digital, nomeando-o como *openness*.

reflexão etnográfica sobre o turismo na pandemia. O grupo mostrou-se um ambiente privilegiado, inclusive, para reflexões que ultrapassam o turismo, como abordarei mais adiante.

A imersão em campo é um dos principais aspectos da etnografia. Essa imersão em campo possibilita que o etnógrafo se sinta seguro para tecer reflexões sobre o que observou, assim como revisar suposições e categorias analíticas (HINE, 2015). Entretanto, Hine (2015) aponta como esse princípio imersivo deve ser visto com cautela em alguns contextos, devido a sua dificuldade. A autora sublinha como em um ambiente multi-situado e difuso, como são as redes sociais, desafios são apresentados ao etnógrafo. Eu experimentei exatamente isso, pois o grupo TRS é extremamente dinâmico. Cito como as pessoas são admitidas e excluídas do grupo com muita frequência. A título de exemplo, em fevereiro de 2021 cerca de 5 mil pessoas se juntaram ao grupo em apenas uma semana. A exclusão de pessoas também faz parte da rotina do grupo e ela advém, por exemplo, da quebra de regras como criar postagens de cunho político ou realizar comentários sobre política em publicações de terceiros<sup>17</sup>. Essa dinamicidade, embora seja constituinte do grupo, me apresentou desafios. Apesar dos problemas e desafios, porém, como argumenta Hine (2015), o etnógrafo, ao invés de abandonar a etnografia deve desenvolver, criativamente, estratégias para realizar uma imersão adequada. Abaixo destaco minhas estratégias.

Uma de minhas estratégias para possibilitar uma imersão adequada foi a de favoritar o grupo, assim eu recebia notificações do *Facebook* em meu perfil e *e-mail* referentes as novas postagens que surgiam ao longo do dia. A partir dessas notificações eu elaborava notas de campo com informações referentes às postagens. Claro que não elaborei notas de campo para todas as postagens do grupo: em um primeiro momento apenas para aquelas que se relacionavam à temática da pandemia (não haveriam cadernos de campo suficientes se anotasse tudo). Discussões que puramente anunciavam produtos não foram levadas em conta, por exemplo. A certa altura de minha imersão, percebi como postagens que solicitavam dicas de roteiros turísticos ou mesmo dicas de cidades para se visitar, mereciam minha atenção. Essas postagens, como discutirei adiante, foram muitas o local de embate entre membros do grupo, principalmente em relação a aspectos políticos. Discutir política no grupo era mal visto, o que não significa que as pessoas não

---

<sup>17</sup> Abordarei essa questão no capítulo três.

discutissem política. Essas postagens rechearam meus cadernos de campo devido aos temas mobilizados pelas pessoas nos comentários.

Outra estratégia foi, claro, o acompanhamento diário das postagens do grupo – assim como a elaboração cotidiana de notas de campo. Essa estratégia me ajudou a elaborar um panorama mais completo sobre as discussões, embora tenha me apresentado desafios também. Se por um lado minha presença constante no grupo me auxiliou analiticamente, por outro isso só foi possível pois um tempo considerável do meu dia a dia foi dedicado ao grupo. Algumas vezes, por exemplo, parecia que estava sempre presente em meu campo<sup>18</sup>. Fonseca (2017) narra uma experiência parecida. A partir de sua pesquisa junto às pessoas atingidas pela hanseníase, ela reflete como seu campo não ficou restrito ao espaço territorial da comunidade que etnografou, mas “estava também aqui (em Porto Alegre), me acompanhado nas rotinas do dia a dia, entrelaçado com minha própria vida familiar” (p. 454). Em meu caso, essa cotidianidade foi necessária, justamente, pela dinamicidade do grupo. As postagens e/ou comentários que envolviam, de alguma forma, aspectos políticos eram rapidamente excluídas pelos moderadores do grupo. Tenho certeza que não consegui acompanhar todas as discussões, pois isso não seria possível (como já apontei anteriormente, não é possível sermos onipresentes em campo, nem oniscientes). Todavia, demarco como essa estratégia metodológica foi importante para conseguir elaborar uma análise mais complexa do grupo, ainda que tenha me apresentado desafios.

E uma terceira estratégia metodológica diz respeito ao uso do *print-screen*. Esse recurso permite a captura em forma de imagem de tudo o que está presente na tela, seja do computador ou celular – as duas ferramentas eletrônicas que utilizei ao longo da pesquisa. Eu utilizei esse recurso por dois motivos principais. O primeiro diz respeito a dinamicidade do grupo. Muitas postagens eram rapidamente apagadas, outras apresentavam em questão de minutos centenas de comentários que, caso a publicação fosse apagada, todos esses comentários também seriam. Assim, sempre tentava capturar esses comentários para uma análise posterior. O segundo motivo diz respeito a uma tentativa de preservar a performance comunicativa dos membros do grupo. Como será possível ver mais adiante, por meio das capturas dispostas em outros capítulos, ao escrever um comentário ou uma publicação no grupo, diferentes recursos linguísticos e

---

<sup>18</sup> Como podem imaginar, os efeitos corporais dessa imersão em campo me acompanharam durante todo meu processo etnográfico.

meta-linguísticos eram acionados pelos membros. Essa estratégia, entretanto, como apontou Jean Segata (2020b) pode ser problemática e até mesmo perigosa. Esse recurso, se usado de maneira indiscriminada, pode apagar as nuances de determinada história. Como aponta o antropólogo, etnografia e mineração de dados não podem ser equalizadas. Sendo assim, sempre que eu utilizar um *print-screen*, ao invés de simplesmente apresentá-lo enquanto um dado que corrobora minhas análises, tento contextualizá-lo de modo a apresentar suas gradações e matizes. Além disso, nomes e datas foram ocultadas dessas capturas como forma de preservar a identidade dos membros do grupo, pois como sublinha Segata (2020b, p.13) “nem tudo o que está publicado é necessariamente público”. Por fim, quero destacar que se uma autovigilância epistemológica é necessária em relação a nossas estratégias metodológicas, precisamos tomar cuidado para que esse processo não nos conduza a uma paralisia (FONSECA, 2004).

Falei acima sobre algumas estratégias desenvolvidas no percurso de minha etnografia *no* grupo TRS. No entanto, durante a etnografia no grupo aproveitei para encontrar pessoas dispostas a conversar comigo sobre suas experiências profissionais em relação à pandemia. Detalho melhor essas narrativas e experiências no último capítulo dessa dissertação, porém, quero enfatizar como meu campo se expandiu para além do *Facebook* com a oportunidade de entrevistar algumas pessoas que encontrei no grupo. O campo, posto isso, foi expandido para o *Messenger* e para o *WhatsApp*. Esse fato me possibilitou escutar algumas experiências de forma mais detalhada e tranquila, tendo em vista não se tratarem de ambientes tão frenéticos quanto o grupo TRS (ao mesmo tempo que, novamente, aumentou a recorrente presença do campo em minha vida diária).

Por fim, considero fundamental frisar dois pontos presentes nas reflexões de Hine (2015). O primeiro diz respeito ao aprender-fazendo (*learning-by-doing*). Para a autora, essa dimensão é um importante componente do repertório etnográfico que nos auxilia no desenrolar da pesquisa. No decorrer de minha pesquisa isso mostrou-se muito evidente, por exemplo, na elaboração de minhas notas de campo: fiz diferentes tipos de notas e a partir delas diferentes tipos de catalogação. Ou então, na escolha das estratégias de pesquisa: a ideia de favoritar o grupo não surgiu desde o início. E claro, a aprendizagem de como comportar-me no grupo também foi desenvolvida ao longo do processo de pesquisa. O segundo ponto diz respeito a como essa conformação de campo de pesquisa refere-se a minha experiência enquanto pesquisador, pois “a forma que o campo assume é altamente única para cada projeto etnográfico, refletindo a enorme variabilidade de

significados e práticas potenciais tecidos através e ao redor da Internet” (HINE, 2015, p. 70, minha tradução).

### 2.3 Ética

A elaboração de parâmetros éticos faz parte de qualquer etnografia. A Associação Brasileira de Antropologia (ABA) dispõe de um código de ética no qual são apresentados os direitos das pessoas antropólogas, assim como suas responsabilidades para com seus interlocutores<sup>19</sup>. Há, também, a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde que determina as diretrizes éticas específicas para as ciências humanas e sociais<sup>20</sup>. Além disso, há uma vasta literatura antropológica sobre o tema. Aqui, destaco três coletâneas: “Antropologia e ética – o debate atual no Brasil”, de 2004, organizada pelas antropólogas Ceres Victora e Maria Eunice Maciel e pelos antropólogos Rubem George Oliven e Ari Pedro Oro, “Ética e regulamentação na pesquisa antropológica”, de 2010, organizada pelas antropólogas Soraya Fleischer e Patrice Schuch e “Antropologia e ética: desafios para regulamentação”, de 2013, organizada pelo antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte e pela antropóloga Cynthia Sarti. Entretanto, as três coletâneas apresentadas refletem sobre o trabalho antropológico face a face, sem mencionar os ambientes digitais. A Resolução nº 510/2016 e o Código de Ética da ABA, embora sejam bastante completos, também não fazem referência aos ambientes virtuais. Pesquisas em contextos digitais, portanto, parecem figurar em uma zona cinzenta, na qual há poucas informações específicas, além das reflexões mais gerais sobre ética em pesquisas científicas.

Certamente uma etnografia no *Facebook* não pode ignorar parâmetros éticos devido a ausência de reflexões específicas. Porém, é necessário compreender que uma etnografia nesse ambiente apresenta suas especificidades. Ao longo de minha etnografia no TRS me deparei inúmeras vezes com a dimensão ética, tão necessária a uma boa condução etnográfica. Meu processo de pesquisa *no* grupo TRS foi o que apresentou maior complexidade. Como apontei, o grupo apresentava uma dinamicidade ímpar, assim, publicações e comentários – pertinentes a minha análise antropológica – eram publicados e excluídos muito rapidamente. Logo, como mencionei acima, tive que

---

<sup>19</sup> O código de ética da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) pode ser consultado em: <http://www.portal.abant.org.br/codigo-de-etica/>. Acesso em: 20 de jun. de 2021.

<sup>20</sup> A Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, pode ser consultada em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 20 de jun. de 2021.

desenvolver estratégias na tentativa de acompanhar essa dinamicidade. Por outro lado, as conversas com meus interlocutores e interlocutoras se desenvolveram de forma mais direta. Em nossas interlocuções eu sempre apresentava minha vinculação acadêmica ao PPGAS/UFRGS, assim como apresentava informações a respeito de minha pesquisa, como seus objetivos e os usos das informações recolhidas por mim. Me apresentava, também, enquanto pesquisador da Rede Covid-19 Humanidades MCTI, informando um pouco sobre a Rede e fornecendo seu endereço eletrônico, caso quisessem conhecê-la. Informava, também, sobre a possibilidade de as pessoas optarem pelo anonimato, bem como poderiam, a qualquer momento, optarem por retirarem sua participação. Agora, quero me deter ao TRS, expondo algumas estratégias éticas desenvolvidas ao longo de minha etnografia.

Como sublinhei, as reflexões éticas sobre etnografias em ambientes digitais são escassas. Entretanto, é possível, claro, encontrar algumas. Quero destacar aqui as reflexões da pesquisadora belga Mieke Schrooten (2016). No referido texto, a pesquisadora apresenta um pouco sobre sua pesquisa sobre migração transnacional de pessoas brasileiras para a Bélgica. Como ela aponta, utilizar-se das mídias sociais para realizar sua pesquisa não fazia parte de seus planos iniciais, entretanto, assim que começou sua pesquisa, percebeu como a internet estava presente no cotidiano de seus interlocutores e interlocutoras que já residiam na Bélgica. Para essas pessoas, as redes funcionavam como um mecanismo de manter-se em contato com parentes que permaneceram no Brasil. Além disso, no desenrolar de sua pesquisa ela mapeou a existência de grupos no *Orkut* e *Facebook* voltados a pessoas brasileiras que planejavam migrar para Bélgica. Para essas pessoas, as redes funcionavam como um mecanismo de estabelecimento de conexões e conhecimento do país antes da migração. A partir dessa contextualização geral, Schrooten (2016) passa a elaborar reflexões éticas sobre pesquisa em contextos digitais, apresentando alguns exemplos de como ela própria conduziu sua pesquisa nesses espaços. Ela cita, por exemplo, como entrou em contato com os administradores dos grupos para informar e solicitar permissão para conduzir sua pesquisa nesses espaços. Após, ela identificou-se aos participantes do grupo, apresentando sua pesquisa e sua filiação acadêmica; nessa apresentação, ela também realizou o convite aos membros para participarem de sua pesquisa enquanto interlocutores. Além disso, para manter o máximo de anonimato possível, ela traduziu todas as publicações em língua portuguesa presentes no grupo que ela utilizou em sua

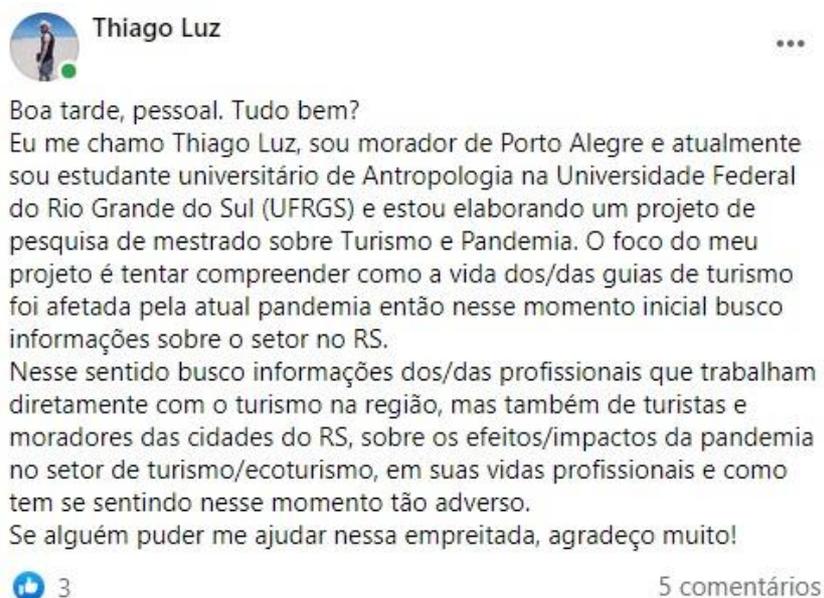
etnografia para a língua inglesa, no intuito de dificultar a busca dessas informações em buscadores *online*, como o *Google*.

Como aponta Schrooten (2016), devido a inexistência de um consenso internacional a respeito dos parâmetros éticos necessários para a realização de etnografias em ambientes digitais – o que ela acredita ser indispensável – cabe ao pesquisador elaborar suas próprias estratégias éticas no decorrer de sua pesquisa. Ao contrário de Schrooten (2016), não sei se um consenso internacional a esse respeito seria a solução para os desafios éticos que enfrentamos. Procedimentos legais – como um consenso internacional sobre parâmetros éticos – podem desdobrar-se em perspectivas legalistas (FONSECA, 2018; SCHUCH, 2013) contribuindo para o cerceamento dos debates sobre ética em pesquisa. Cito, por exemplo, como um consenso internacional pode vir a retirar a autonomia da pesquisadora em elaborar seus próprios parâmetros éticos junto de seus interlocutores. Apesar dessa divergência, as reflexões de Schrooten (2016) foram fundamentais em meu processo etnográfico. Eu me apropriei de algumas estratégias da autora durante minha etnografia, em especial o diálogo com o moderador do grupo TRS e, após sua autorização para participar do grupo, a elaboração de uma publicação me apresentando aos membros. Aproveitei essa publicação também para tecer algumas considerações a respeito de minha pesquisa, assim como realizar um convite aos membros para participarem dela, como fez a autora. Como mencionei anteriormente, eu utilizei como estratégia de coleta de dados o recurso do *print-screen*, diferente de Schrooten (2016), sendo algumas dessas capturas de tela apresentadas nas seções seguintes quando analiso os discursos sobre natureza e política presentes no TRS. Com certeza essa decisão é passível de críticas, entretanto, tomei algumas precauções éticas para apresenta-las aqui. As capturas de tela foram modificadas, sendo apresentadas sem o nome dos membros e quaisquer outras informações personalizadas, como forma de preservar seu anonimato. Certifiquei-me, também, que todas essas publicações já foram excluídas – devido ao seu conteúdo ir de encontro às regras do grupo – o que impossibilita a busca dessas postagens e comentários no *Facebook*. Destaco, além disso, que o grupo TRS é privado, sendo necessário ser aceito, por parte da moderação, para participar, fato esse que adiciona mais uma camada de proteção aos participantes.

Como já me referi, meu trabalho de campo foi realizado entre os meses de outubro de 2020 e maio de 2021. Minha primeira interação com o grupo, através de uma publicação, foi realizada no mês de novembro. Nessa publicação, eu me apresentei

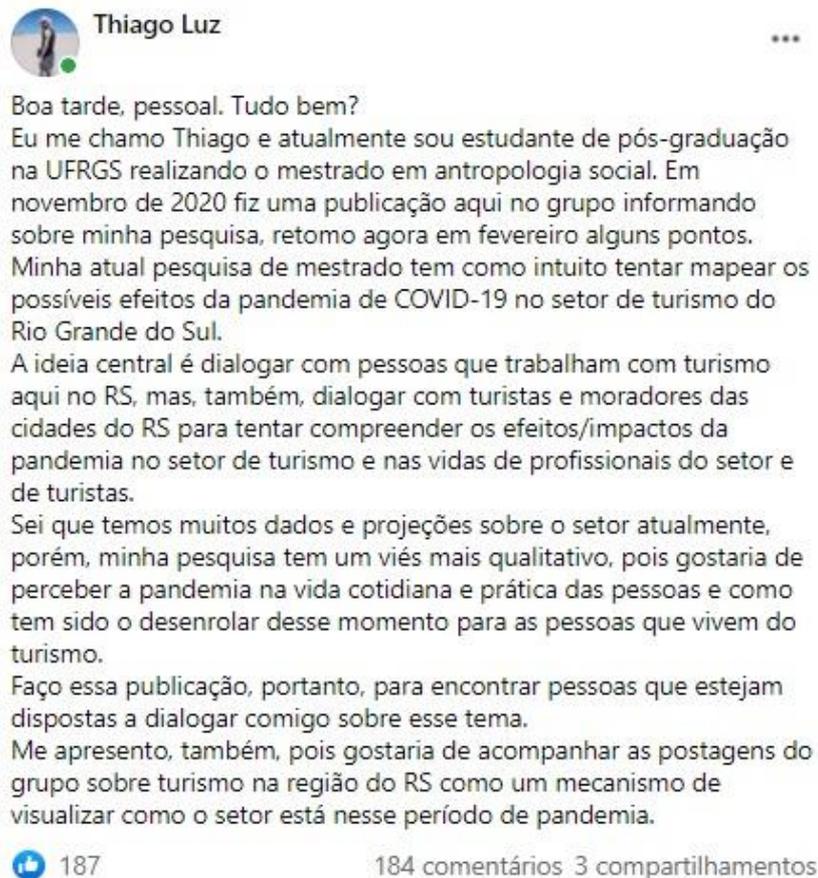
enquanto pesquisador, forneci informações sobre minha pesquisa e, além disso, convidei as pessoas do grupo a participarem como minhas interlocutoras. Minha segunda publicação, na qual segui a mesma abordagem da primeira publicação, foi realizada em fevereiro de 2021, quando já estava conduzindo a etnografia. Abaixo, apresento essas publicações, recuperadas por meio do recurso *print-screen*.

Imagem 1 – Primeira apresentação no grupo, novembro de 2020.



Fonte: Acervo pessoal, 2021.

## Imagem 2 – Segunda apresentação no grupo, fevereiro de 2021



Fonte: Acervo pessoal, 2021

Entre uma publicação e outra, é possível perceber a diferença de engajamento dos participantes. Enquanto a primeira apresentou baixíssima interação, a segunda apresentou uma considerável interação. Além disso, é perceptível a mudança de tom entre as publicações. Na segunda interação com o TRS eu já havia conversado com algumas pessoas que atuam profissionalmente no setor, assim como já estava mais adequado ao meu campo empírico. Em fevereiro de 2021, portanto, eu estava muito mais seguro em relação a minha pesquisa do que anteriormente, o que refletiu, diretamente, na minha reapresentação ao grupo: aqui, remeto-me, novamente, à ideia de aprender-fazendo (*learning-by-doing*) de Hine (2015). No decorrer dos meses de pesquisa, das interlocuções com profissionais do setor e do acompanhamento do grupo, fui desenvolvendo uma confiança etnográfica que antes estava ausente. Não tenho dúvidas que continuei andando em falso em alguns momentos de minha etnografia, porém, estava mais confiante em mim mesmo e em minhas escolhas teórico-metodológicas. Sublinho, além disso, que em minha segunda postagem, realizei o movimento de informar aos participantes que gostaria de acompanhar as postagens do grupo enquanto pesquisador,

movimento anteriormente ausente (pois em novembro o grupo era apenas um meio para alcançar interlocutores, como disse previamente). Nessa segunda postagem, o grupo enquanto campo empírico já era uma realidade, assim, seguindo Schrooten (2016) informei aos participantes sobre isso. Destaco que dentre os mais de 180 comentários nenhuma pessoa se opôs a minha presença enquanto pesquisador.

## **2.4 Reflexividade etnográfica**

Como escrevi anteriormente (LUZ, 2021), o acompanhamento do grupo TRS, assim como os diálogos estabelecidos com meus interlocutores, me possibilitaram expandir meu horizonte analítico. Inicialmente, a pesquisa estava orientada para compreender os efeitos da pandemia de COVID-19 na vida das/dos guias de turismo do Rio Grande do Sul. Entretanto, durante meu processo etnográfico, percebi a importância de produzir um olhar para além dos sujeitos individuais, isto é, as/os guias de turismo. Alguns encontros etnográficos me chamaram atenção para a necessidade de considerar as especificidades das micro e pequenas empresas turísticas em minha etnografia. A partir desses encontros, passei a focalizar minhas energias, também, em explorar como o Estado brasileiro vem atuando em relação ao setor turístico. Para Pink *et al.* (2016), a reflexividade etnográfica refere-se justamente as maneiras pelas quais nós etnógrafos produzimos conhecimentos a partir dos nossos encontros com outras pessoas. Assim, seguindo Pink *et al.* (2016), demarco a importância que os sujeitos com quais realizamos nossas pesquisas têm em nossas trajetórias científicas, pois como muito bem nos lembra Tim Ingold (2019, p. 12) “[...] na antropologia, a observação se dá não pela objetificação dos outros, mas prestando atenção a eles, vendo o que fazem e escutando o que dizem. Estudamos com as pessoas, ao invés de fazer estudos sobre elas”.

Os debates sobre reflexividade, claro, não são novos na antropologia, pelo menos desde as décadas de 1980 e 1990 esses debates se fazem efetivos na disciplina<sup>21</sup>. Entretanto, quero apresentar aqui, brevemente, as análises de Didier Fassin (2008) como forma de evidenciar como a reflexividade nem sempre é um processo fácil, embora fundamental. Para o autor, atualmente é indispensável, às reflexões epistemológicas e éticas sobre as condições de produção do conhecimento sociológico e antropológico,

---

<sup>21</sup> As reflexões presentes na coletânea organizada por James Clifford e George Marcus (2016 [1986]) são clássicas.

levar em conta as condições de coprodução desse conhecimento. Nossos interlocutores falam de volta, como ele pondera. Sendo assim, é vital levarmos suas vozes em conta. Entretanto, isso apresenta uma série de desafios para o pesquisador, pois nossos interlocutores, segundo ele, não necessariamente obedecem a mesma lógica que nós e/ou defendem os mesmos interesses, pelo contrário, são plurais e sustentam posições diversas. Assim, nossa prestação de contas (*accountability*) – e eu estenderia, também, para o estabelecimento de nossas relações em campo – pode tornar-se difícil. A partir disso, Fassin (2008), seguindo algumas reflexões de Renato Rosaldo, nos apresenta três possíveis formas de a antropologia reagir, por exemplo, às críticas daquelas pessoas que está estudando. Cito-os: a) *Little chicken reaction*, na qual o antropólogo dramatiza a situação, rejeitando os méritos da crítica sob a justificativa de estar preocupado com o futuro da etnografia; b) *Two worlds reaction*, na qual o antropólogo cria uma fronteira intransponível entre ele e seus interlocutores, elaborando uma espécie de cisão entre ciência e experiência prática; e, c) *Conversation reaction*, na qual o antropólogo sublinha as novas perspectivas suscitadas pelo diálogo com seus interlocutores. Fassin (2008), como aponta em seu texto, prefere seguir a última forma de reação, ou seja, comprometer-se em incluir “seus outros”, mesmo que isso apresente desafios em sua pesquisa. Como apontei logo acima, as conversas com meus interlocutores voltaram minha atenção para além dos guias de turismo, inicialmente compreendidos como o grupo privilegiado em minha etnografia. Assim, tal como Fassin (2008), acredito ter me comprometido com a *Conversation reaction*, isto é, ao invés de rejeitar as ponderações de meus interlocutores ou estabelecer uma fronteira entre nossos mundos, eu incluí suas considerações/apontamentos/críticas em minha pesquisa.

Preciso destacar, entretanto, que meus interlocutores não ditaram minha etnografia, pois, embora tenha sempre estado aberto ao diálogo com todas as pessoas, não abri mão das minhas próprias perspectivas analíticas, nem abandonei os caminhos planejados. A execução de minha etnografia é de minha responsabilidade. Como aponta Hine (2015), devemos nos esforçar para deixar o campo falar por si, mas, ao mesmo tempo, reconhecermos nossa agência enquanto etnógrafos. Fonseca (2017) nos apresenta uma perspectiva similar. A partir de sua própria experiência como etnógrafa, a pesquisadora pondera como muitos dos seus *insights* provêm de reedições das conversas com seus interlocutores. No entanto, ela acrescenta que, “mas essa reedição, formulada para contar certa história, implica numa série de opções não só éticas, mas também

políticas, que são minha responsabilidade” (FONSECA, 2017, p. 455). Me parece que esse é o cerne da reflexividade etnográfica: reconhecemos a voz de nossos interlocutores, através da produção de pontes de diálogo, ao mesmo tempo que nos responsabilizamos por nossas escolhas. Quero expor, brevemente, duas situações vivenciadas em campo a esse respeito.

Como se percebe na imagem de número dois, na qual me apresentei ao grupo TRS pela segunda, minha publicação teve mais de 180 comentários. A partir dessa publicação, estabeleci diálogos com diferentes membros do grupo (alguns, inclusive, transformaram-se em meus interlocutores e suas narrativas são apresentadas no último capítulo) através de seus comentários. Um em particular merece destaque aqui. Esse comentário foi realizado por uma participante do TRS, que se apresentou como estudante de Gestão de Turismo. Como ela afirmou em seu comentário, minha pesquisa seria melhor conduzida se eu criasse um grupo no aplicativo de mensagens *WhatsApp* e adicionasse os profissionais a ele. Para a participante, essa seria a melhor metodologia, pois possibilitaria que todas as pessoas do grupo se apresentassem, apresentassem a região do Rio Grande do Sul onde residem (ou trabalham) de tal modo que assim seria possível “alinhar os pontos comuns e identificar casos específicos de cada região” (DIÁRIO DE CAMPO, 2021). E ao final de seu comentário ela afirmava que se assim fosse feito gostaria de participar da pesquisa. Eu respondi seu comentário fornecendo mais algumas informações sobre minha etnografia, inclusive lhe informando que minha metodologia de pesquisa se pautava pela observação-participante no grupo de *Facebook*. Ao final de meu comentário apontei que iria refletir sobre o uso dessa metodologia (que se assemelha muito a uma espécie de grupo focal). A participante então realizou um novo comentário (uma espécie de réplica) na qual novamente afirma que essa metodologia seria a melhor escolha, acrescentando a justificativa de que assim eu seria capaz de captar tanto a dimensão micro quanto a dimensão macro, já que seria possível identificar “todas as regiões que compartilham o mesmo problema e os problemas pontuais de regiões específicas” (DIÁRIO DE CAMPO, 2021). Em meu comentário seguinte sustentei novamente a posição exposta em meu comentário anterior, assim como reafirmei que a metodologia do grupo de mensagens não estava excluída, mas precisaria pensar a respeito disso. Embora tenha tentado estabelecer uma continuidade em nosso diálogo, ela não me respondeu novamente. Nossa breve interlocução foi muito cordial, entretanto, uma coisa me chamou atenção: a) ao final de seu primeiro comentário ela parece condicionar sua

participação na pesquisa à criação por minha parte de um grupo de mensagens no *WhatsApp*, ou seja, desde que eu seguisse sua sugestão metodológica, sua participação estava garantida. Pensando a partir de Fassin (2008), talvez os interesses de minha quase interlocutora não fossem os mesmos que os meus. Quem sabe, enquanto estudante de Gestão de Turismo, ela estivesse mais interessada em catalogar os problemas logísticos de cada região do RS e a partir disso elaborar soluções para esses problemas; assim, o grupo funcionaria como uma ferramenta para um contato mais direto com pessoas de diferentes regiões do RS. Quem sabe ela simplesmente não quis participar. Quem sabe ela própria criou o grupo de mensagens e agora desenvolve seu trabalho. Não dialoguei mais com essa participante, embora ainda fique refletindo sobre o porquê de esse ser seu posicionamento, mas isso faz parte do processo etnográfico.

A segunda situação, diferente da anterior, se desenrolou no aplicativo de mensagens *Messenger*. Uma empreendedora do ramo de ecoturismo havia comentado na minha primeira publicação (novembro de 2020) no grupo TRS mencionado que estava disposta a dialogar comigo e informando que eu poderia lhe enviar uma mensagem via *Messenger*, portanto assim o fiz. Eu lhe contei um pouco mais sobre a pesquisa e logo em seguida ela começou a me contar sobre sua experiência no contexto pandêmico enquanto empreendedora. Ela me informa, por exemplo, que seus rendimentos haviam sido drasticamente reduzidos e que não encontrava amparo por parte do Estado (seja na esfera estadual ou federal). Conversamos sobre mais alguns assuntos e a conversa cessa com o acordo de voltamos a conversar. Entretanto, cerca de 10 minutos depois desse encerramento, minha interlocutora me envia uma nova mensagem. Nessa mensagem, ela me informa que, após conversar com seu sócio sobre minha pesquisa, ambos ficaram com dúvidas sobre o porquê eu havia escolhido conversar com guias de turismo – minha pesquisa àquela altura focava-se nos guias de turismo. Respondi sua mensagem informando o porquê de o recorte inicial focar nos guias. Afirmar, entretanto, que assim como dialoguei com ela, uma empreendedora do setor, também poderia dialogar com outras. Ela não pareceu muito satisfeita com minha resposta e reafirmou a urgência dos empreendedores terem voz. Novamente afirmo os pontos já ditos anteriormente, dessa vez acrescentando algumas informações sobre a Rede Covid-19 Humanidades MCTI e suas pesquisas com alguns grupos específicos: idosos, pessoas em situação de rua, pessoas em isolamento social e trabalhadores da saúde. Ela prosseguiu, mas, dessa vez, afirmando que os guias não deveriam ser meus interlocutores, mas os empresários do

ramo turístico. Foi uma mudança um tanto quanto drástica: os guias, nesse momento, deveriam ser excluídos da pesquisa. Em suas mensagens, ela argumentava em favor disso tendo em vista que os guias são empregados dos empreendedores, que muitos são aposentados<sup>22</sup> e que outros são guias apenas para viajar de graça (DIÁRIO DE CAMPO, 2020). Minha pesquisa deveria, portanto, focar apenas nos empreendedores. Tentei dialogar mais um pouco, reafirmando, mais uma vez, que uma coisa não excluía a outra. No entanto, sua última mensagem foi um “joia” representado a partir de um *emoji*.

Narrei essas duas situações vivenciadas durante minha etnografia como um mecanismo ilustrativo dos desafios que experimentei em campo. A reflexividade etnográfica é vital para nossas pesquisas e para antropologia de modo geral. Escutar nossas interlocutoras é imprescindível, assim como abarcar suas considerações e críticas, pois como aponta Fonseca (2017, p. 460) “saber como assumir sua ignorância, como discordar, como chamar atenção para perspectivas diferentes [...] é, para o pesquisador um elemento fundamental de sua (nunca acabada) aprendizagem”. Contudo, como já argumentei, temos de sustentar nossas escolhas e nos responsabilizar por elas, embora, certamente, esse não seja um movimento fácil, pois muitas vezes a sensação é de estarmos andando em uma corda bamba. Um dos desafios que enfrentei ao longo de minha etnografia foi justamente esse: como ser responsivo com meu campo e meus interlocutores ao mesmo tempo que não abro mão de minhas concepções. Na medida do possível tentei não deixar a corda pender demasiadamente para nenhum lado, se consegui já é outra história.

Ao longo dessa seção, guiei minha narrativa de modo a apresentar três aspectos de minha pesquisa: a) campo empírico; b) ética em pesquisa; e, c) reflexividade etnográfica. Como apontei previamente, escolhi esse estilo de condução como forma de demarcar, outra vez, como os pressupostos clássicos da etnografia permanecem presentes em pesquisas em contextos digitais. Para isso, busquei estabelecer um diálogo entre etnógrafas e etnógrafos de contextos digitais e de contextos não digitais. Por fim, quero reafirmar que os três pontos acima destacados, assim como os desdobramentos por eles suscitados, dizem respeito à minha agência enquanto pesquisador, às minhas escolhas enquanto etnógrafo e que, não necessariamente, seriam as de outro etnógrafo.

---

<sup>22</sup> De fato, duas interlocutoras, que atualmente atuam como guias turísticas, são aposentadas. Entretanto, no último capítulo dessa dissertação procuro refletir sobre como esse fato pode estar muito mais relacionado à precarização da vida do que a uma condição cômoda e de bem-estar.

### 3

## A pandemia no grupo TRS

Neste capítulo, organizei minha narrativa de modo a expor detalhes sobre o grupo, tais como finalidade, organização e as pessoas que participam dele. Como o foco de minha pesquisa envolve refletir sobre turismo e pandemia, vou focar minha análise principalmente nesses dois aspectos. Desse modo, ao longo do capítulo, busco expor como o tema da pandemia de COVID-19 participou das discussões do grupo TRS e, a partir disso, elaborar algumas reflexões antropológicas. Adiantando um pouco minhas elaborações, pretendo demonstrar: a) como a ideia de que na natureza não existe coronavírus foi mobilizada durante discussões no grupo. E a partir disso, estabeleço um diálogo com as proposições de Mary Douglas sobre pureza e perigo; e, b) discursos sobre a pandemia nos quais há a prevalência da assertiva “cada um cuida de si”. Nesse sentido, aponto para a presença de uma perspectiva neoliberalizante presente no grupo e como essa perspectiva faz parte de um contexto sociopolítico mais amplo, no qual o social e o coletivo passam a ser repelidos. Realizo esse movimento traçando aproximações entre os discursos do grupo TRS e os discursos do poder público em relação à pandemia de COVID-19.

### 3.1 Natureza/Cultura

O grupo TRS congrega diferentes pessoas, de diferentes localidades do Rio Grande do Sul. Conforme sua descrição, tem como propósito “auxiliar aqueles que desejam conhecer melhor o RIO GRANDE DO SUL e suas regiões” (DIÁRIO DE CAMPO, 2020). Assim, o TRS é um espaço de compartilhamento de informações a respeito de roteiros turísticos e opções de hospedagem, por exemplo. Essas informações são compartilhadas no grupo tanto por turistas quanto por profissionais e empreendedores do setor. No decorrer de minha etnografia, entretanto, mais do que o compartilhamento de informações turísticas circulou pelo grupo. A pandemia trouxe efeitos econômicos severos para o setor, como já apontei na introdução (falarei mais sobre isso, dessa vez a partir das narrativas de meus interlocutores, no capítulo quatro) e esses efeitos, claro, permearam discussões no TRS. Durante minhas observações percebi como no decorrer da pandemia as publicações no grupo de membros que buscavam informações sobre

localidades turísticas para conhecer não cessaram; ora apresentavam maior quantidade, ora menor, porém não cessaram. Se eu pudesse sintetizar diria que a publicação mais clássica do grupo é aquela no qual o membro afirma que pretende viajar no final de semana e, portanto, procura uma localidade a tantos quilômetros de sua residência para conhecer, finalizando sua postagem com um pedido de indicações de lugares que se enquadrem nesses termos. No entanto, ao longo das observações, dei-me conta de como essas publicações representavam um espaço de disputa entre os participantes a respeito da realização de viagens no contexto pandêmico. Sempre que uma publicação desse tipo apareceu, os comentários eram recheados de posicionamentos favoráveis e contrários às viagens. Diferentes tipos de argumentos eram utilizados para sustentar uma ou outra posição. Um dos argumentos, mobilizado por algumas pessoas favoráveis à realização de viagens na pandemia, teve como cerne a ideia de que *na natureza não existe coronavírus*<sup>23</sup>. Embora esse tipo de argumento tenha se apresentado de forma minoritária nas discussões sobre a realização de viagens, ele é interessante para uma análise antropológica, pois parece confrontar a explicação corrente a respeito da irrupção da pandemia de COVID-19.

De forma hegemônica, a pandemia atual foi inserida em uma narrativa na qual atrela-se diretamente à natureza o risco epidemiológico. A natureza, representada por pelos animais não humanos, passou a ser descrita e apresentada como perigosa para os humanos (essa ideia, claro, é notadamente antropocêntrica), pois a narrativa que ganhou o mundo postula que o vírus pulou da natureza para as sociedades (SEGATA, BECK e MUCCILLO, 2020). Nesse tipo de explicação, a natureza é compreendida enquanto algoz da humanidade. No caso específico do novo coronavírus, ainda podemos verificar doses de xenofobia e orientalismo (COLETIVO CHUANG, 2020) quando analisamos as ideias a respeito dos mercados úmidos chineses. Nesse sentido, Ana Paula Perrota (2020) aponta como a pandemia de COVID-19 estabeleceu uma dicotomia moral entre o consumo de carne de animais domesticados e o consumo de carne de animais selvagens, pois a produção industrial de produtos cárneos é vista enquanto segura, ao passo que a produção artesanal de produtos cárneos é vista enquanto perigosa e originária da pandemia atual.

---

<sup>23</sup> Essa assertiva era utilizada como argumento final sobre o porquê não seria necessário evitar viagens, desde que fossem feitas na natureza. A ideia de ser um tipo de atividade ao ar livre, com bastante espaço e com possibilidade de se realizar distanciamento social, ou seja, em termos dos protocolos sanitários seria uma atividade menos arriscada em termos de contágio, não era acionada; a ideia era que na natureza não existe coronavírus.

Entretanto, como sustenta a autora, na prática essa distinção não se concretiza, vide o surgimento de diferentes doenças zoonóticas desencadeadas pela produção industrial. Esse é, também, o argumento de Rob Wallace (2020) que aponta, de forma mais enfática ainda, como o sistema industrial pautado pela monocultura, tanto da pecuária quanto da agricultura, intensifica e produz novos patógenos. Para o autor, os diferentes surtos de doenças infecciosas que presenciamos (H1N1, Ebola, Vibrião, H5N2, dentre outros) “não são apenas resultado de má sorte. Todos estão ligados, direta ou indiretamente, às mudanças na produção ou no uso do solo associadas à agricultura intensiva” (WALLACE, 2020, p. 527). Essas posições, no entanto, ainda permanecem marginais e os hábitos tidos como exóticos concentram as explicações das origens dessa pandemia e de outras passadas (SEGATA, BECK, MUCCILLO e LAZZARIN, 2021). Voltando ao argumento presente no TRS que afirma a inexistência do coronavírus na natureza, aponto como ele também tensiona – de outra maneira, claro – a explicação corrente a respeito da pandemia. Há uma mudança de interpretação a respeito da natureza: diferente do que ocorre na narrativa científica, ela não se vincula à ideia de perigo. Dito isso, preciso destacar como esse argumento vinha acompanhado de uma contraparte: em nossas casas o coronavírus está presente. A sentença completa então é a seguinte: na natureza não existe coronavírus, mas em nossas casas ele está presente. A noção de risco/perigo se desloca, portanto, da natureza para a casa.

Logo, aponto para o fato de que, embora divergentes, as duas interpretações (a do grupo e a científica) inscrevem seu posicionamento a partir da dicotomia ocidental natureza/cultura. Ambas apresentam uma ideia de cisão entre natureza e cultura, mesmo que suas interpretações a respeito de cada um dos polos sejam distintas. Quero deixar claro, entretanto, que em nenhum momento a nomenclatura cultura foi utilizada pelos participantes do TRS; a palavra não se apresentou em publicações ou comentários no grupo. No entanto, embora a palavra cultura não tenha sido utilizada uma única vez, uma ideia geral sobre essa categoria parece estar subjacente quando ideias sobre natureza e casa foram expostas pelas pessoas do grupo. Como aponta Strathern (2014), a dicotomia natureza/cultura é uma marca do pensamento ocidental, porém, ela não pode ser resumida a uma única acepção, pois elaborações sobre natureza e cultura podem ser diferentes de acordo, por exemplo, com as perspectivas filosóficas envolvidas. Como ela elabora, essa dicotomia “é como um prisma que gera diferentes padrões ao ser girado – por meio dele, natureza e cultura podem por vezes ser vistos como o elemento circunscrito ou

circunscrito” (STRATHERN, 2014, p. 29). Essa imagem de um prisma que forma diferentes padrões ao ser mexido é muito interessante, pois esse parece ser o caso aqui. Os polos natureza e cultura estão presentes em ambas as interpretações, contudo, possuem significados diferentes para cada interpretação. Se na científica a natureza é compreendida enquanto perigosa, na do grupo TRS a natureza passa a ser compreendida, em certa medida, enquanto pura. Ambas as interpretações demarcam fronteiras rígidas entre os polos do binômio, embora de maneira distinta. Para além dessa posição minoritária presente no TRS, quero destacar como ao longo de diversas publicações e comentários no grupo, a natureza sempre foi colocada como uma externalidade aos sujeitos. Para certas pessoas, por exemplo, a natureza era compreendida enquanto um espaço no qual podem realizar trilhas, acampar com seus amigos, desfrutar de momentos com suas famílias. Para outras, era compreendida enquanto um espaço no qual podem encontrar menos poluição. Outros participantes a compreendiam enquanto uma esfera indispensável à formação de seus filhos<sup>24</sup>. Alguns outros membros compreendiam a natureza enquanto um lugar de descanso no qual poderiam fugir de suas rotinas diárias. Nessa mesma linha, é importante destacar, também, que diferentes concepções de paisagens eram acionadas pelos participantes quando se mencionava a natureza. Ir à natureza aparecia como acampar próximo a uma cachoeira distante, realizar uma trilha de difícil acesso, mas também visitar um hotel fazenda para acariciar ovelhas e vacas, visitar vinícolas da serra gaúcha, ou mesmo passar um final de semana em Gramado e Canela.

Como se verifica, há uma cisão entre natureza e cultura sempre presente, embora a interpretação sobre cada um dos polos dessa dicotomia fosse “personalizada” de acordo com os sujeitos falantes. Assim, ainda que ninguém tenha dito algo como “grupo, quero sair da cultura e ir para natureza”, a todo momento a natureza era posta em contraste com o cotidiano dos sujeitos. Para além disso, me parece fazer sentido pensar em termos do binômio natureza-cultura, pois esse dualismo coloniza o imaginário ocidental, como sustenta Strathern (2014). Dessa forma, o grupo TRS, estando inserido nesse contexto ocidental, acaba partilhando desse imaginário. Ingold (2000) também aponta como esse

---

<sup>24</sup> Observei algumas publicações no grupo TRS nas quais pais/mães solicitavam sugestões de roteiros turísticos para realizarem com suas crianças, pois um contato com a natureza era visto como indispensável a sua experiência de vida. Não raras vezes, mães/pais informavam que suas crianças estavam emocionalmente afetadas/abaladas por estarem apenas dentro de casa. Assim, uma viagem – mesmo rápida – poderia ser um alento.

dualismo é corolário do Ocidente (e principalmente da ciência ocidental). Ailton Krenak (2019) também sustenta que o imaginário ocidental cria uma dicotomia entre natureza e cultura. Para o autor, esse imaginário estabelece a natureza meramente enquanto um recurso do qual a humanidade se apropria, justamente, pelo fato da natureza ser compreendida enquanto uma entidade fora da humanidade. A natureza está para além dos humanos, não faz parte destes, e os humanos, claro, não fazem parte da natureza. Entretanto, Krenak (2019, p. 17), articulando seu pensamento às experiências e conhecimentos indígenas (tanto do povo Krenak quanto de outros povos indígenas), se contrapõe a essa narrativa, nos convidando para uma reflexão quando afirma que “eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza”. Essa transformação da natureza em uma nova *commodity* também é apontada por Maristella Svampa (2019) a partir de suas reflexões sobre extrativismo e neoextrativismo e como os Estados latino-americanos passaram a comercializar a natureza nos mercados globais como forma de sair da subalternidade socioeconômica<sup>25</sup>. E isso, claro, só parece ser possível graças ao dualismo natureza/cultura. Em relação ao turismo, Rosaleen Duffy (2015), a partir de trabalhos de campo realizados em Madagascar e na Tailândia, analisa como um processo de neoliberalização, empreendido através da transformação da natureza em uma *commodity*, é efetivado pelo turismo de forma geral e, mais especificamente, pelo turismo que se pauta pela noção de natureza (ecoturismo, turismo de base natural, turismo de natureza e seus correlatos). A autora analisa como esse processo nos dois países foi fortemente realizado pelo Estado, a partir de recomendações e pareceres de organizações internacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas. Embora Duffy (2015) não discuta a dicotomia natureza/cultura, me parece que essa neoliberalização só é possível, justamente, devido a esse dualismo. Nesse sentido, me parece que a ideia de “ir à natureza” institui novamente o binômio natureza-cultura ou natureza-sociedade, reforçando o dualismo corrente. Por fim, quero sublinhar como a ideia de que a casa não é um ambiente seguro tensiona, também, a interpretação hegemônica a respeito da pandemia, pois o espaço doméstico passa a ser compreendido enquanto perigoso. Desse modo, a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e de estados e municípios de “ficar em casa” pode ser subvertida, pois o doméstico é pensado como o

---

<sup>25</sup> Em outro trabalho (LUZ & CAROLY, 2021a) exploramos melhor o argumento de Svampa (2019).

espaço geográfico no qual as pessoas estariam menos seguras e mais propensas ao contágio<sup>26</sup>. E com isso, podemos observar a manutenção da categoria cultura, embora a elaboração proveniente do grupo reinscreva os termos dessa categoria. Assim, ao fim e ao cabo, a narrativa científica é abalada, porém, o dualismo natureza/cultura se mantém intacto.

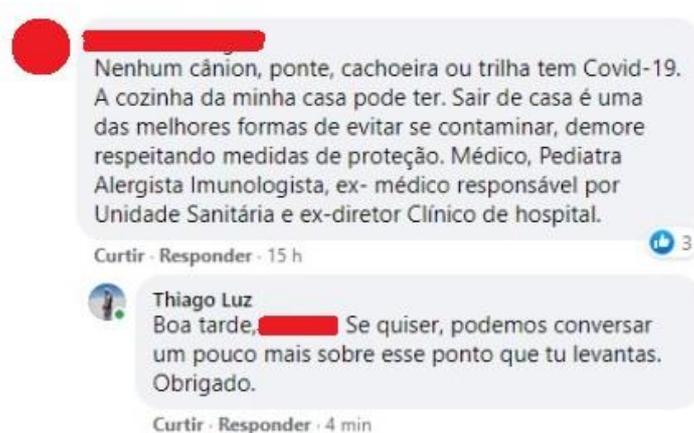
### 3.2 Pureza/Perigo

Acabo de argumentar como a dicotomia natureza/cultura é suscitada a partir das elaborações de alguns participantes do grupo TRS. Chamei atenção para como algumas pessoas a nomeiam de forma implícita, ao mesmo tempo que apresentei pessoas que a nomeiam de forma explícita, estabelecendo rígidas fronteiras entre os dois termos da dicotomia. É digno de nota como estas últimas acabam por utilizar um vírus, nesse caso o novo coronavírus, como o delimitador entre uma esfera e outra. Certamente essa cisão entre natureza e cultura não se apresenta somente a partir disso, mas é intrigante como um ser que se encontra no limiar entre a vida e a não-vida foi mobilizado para traçar a linha de corte entre uma esfera e outra. Quero chamar atenção agora para o fato de como essas elaborações, para além de reforçar o imaginário natureza/cultura, lançam mão também do dualismo pureza/perigo, ecoando algumas das reflexões de Mary Douglas. Nessas elaborações, a natureza é simetrizada com a categoria “pureza” e a casa é simetrizada com a categoria “perigo”. A ideia geral talvez possa ser sintetizada no esquema *Casa : Perigo :: Natureza : Pureza*. Ilustro isso com dois exemplos:

---

<sup>26</sup> Referências ao “contágio dentro de casa” não são novidades, pois essas ideias falaciosas foram disseminadas por meio das redes sociais ao longo da pandemia, por exemplo: <https://g1.globo.com/fato-ou-fake/noticia/2020/07/16/e-fake-que-isolamento-social-faca-contaminados-respirarem-o-proprio-virus-e-assim-aumentam-carga-viral.ghtml>. Entretanto, no caso do grupo TRS entra em jogo a ideia de natureza, anteriormente ausente. Além disso, quero destacar como reflexões feministas que vêm se debruçando sobre a pandemia de COVID-19 também questionam a ideia que vincula o espaço doméstico à segurança das pessoas, embora, claro, de maneira distinta da aqui discutida. Cito, por exemplo, as reflexões de Sophie Lewis (2020) e Mariane da Silva Pisani (2020) como fundamentais para tensionarmos essa narrativa hegemônica.

Imagem 3 – Comentário de um participante do grupo



Fonte: Arquivo Pessoal, 2021

Imagem 4 – comentário de uma participante do grupo



Fonte: Arquivo Pessoal, 2021.

O primeiro comentário exposto foi realizado por um participante do grupo TRS na publicação em que eu me apresentei ao grupo pela segunda vez. Dentre os vários comentários de pessoas se prontificando a conversar comigo, me sugerindo com quem conversar e caminhos a seguir, esse se destaca. O participante realizou apenas esse comentário e não interagiu mais com minha publicação. Como se percebe, eu tentei estabelecer um diálogo com ele, mas não obtive sucesso. Esse comentário, para além de estabelecer uma separação entre natureza e cultura, apresenta, justamente, uma noção de pureza/perigo. Ademais, é interessante notar como o participante não apenas escreveu um comentário com sua posição, mas ao final, ele “assinou” seu comentário com suas credenciais, nesse caso, médicas. O participante não era qualquer pessoa, portanto, era médico. E, além disso, também não era qualquer médico, pois havia sido diretor clínico de um hospital. Não posso afirmar com certeza qual foi seu intuito ao apresentar essas

informações, talvez para fundamentar a veracidade de suas informações, talvez para demarcar o clássico “você sabe com quem está falando?”. Outro aspecto interessante é que seu comentário talvez nem tenha sido direcionado a mim enquanto pesquisador, mas às demais pessoas que estavam interagindo com minha publicação como uma forma de demarcar e expor sua posição em relação à pandemia.

O segundo comentário exposto foi realizado no âmbito de uma postagem de outro membro que fazia um apelo aos demais participantes do grupo para que não viajassem na pandemia, devido às lotações hospitalares e ao crescimento vertiginoso de novas infecções no RS. Alguns membros concordavam com o exposto nessa publicação, outros discordavam. Entre todos os comentários, esse se destacou. Novamente pode-se perceber a dicotomia natureza/cultura e uma noção de pureza/perigo. Em ambos os casos a casa é enquadrada como a esfera perigosa. Destaco, entretanto, como no primeiro comentário o perigo é exposto como podendo estar na cozinha da residência, ou seja, em seu interior, ao passo que no segundo comentário, o perigo é exposto como podendo estar no portão da residência, ou seja, próximo a ela – como se fosse um convidado indesejado. Nos dois casos, porém, o perigo não se apresenta para além do espaço doméstico<sup>27</sup> - está próximo ou em seu interior, mas não além.

A partir desses dois comentários, que demarcam fortemente espaços com vírus e sem vírus, quero pensar em como eles parecem corroborar três ideias de Douglas (1976). A primeira ideia diz respeito à elaboração de Douglas (1976) de que a sujeira é contextual. É isso que se observa nos dois comentários, pois lugares com sujeira e sem sujeira são demarcados. A sujeira, sendo assim, não é absoluta, pois não está na natureza, ou mais precisamente em um cânion ou trilha, mas na cozinha e no portão de casa; a sujeira “existe aos olhos de quem a vê” (DOUGLAS, 1976, p. 12). Esse argumento de Douglas (1976) é muito pertinente, pois como mencionei acima, há diferentes compreensões a respeito da natureza no TRS, isto é, nem todas as pessoas partilham da concepção exposta nesses dois comentários. Quero dizer com isso que o vírus – que em minha argumentação representa a sujeira – é visto por diferentes pessoas de diferentes maneiras. Posto isso, se para alguns ele está presente apenas nas residências, para outros – pensemos no participante que fez a postagem pedindo para que os demais membros não viajassem –

---

<sup>27</sup> Algo a se pensar talvez seja como essa narrativa lida com as propriedades rurais. Há perigo nelas, posto que são residências, ou não há perigo, posto que estão fora das cidades e mais próximas da natureza? Ou, então, quando nos deslocamos até a natureza ela não passa para um estágio de poluição, já que enquanto residentes da casa tida como poluída, somos, nós mesmos, potenciais poluidores?

ele parece não se restringir às residências. Dessa maneira, embora exista no grupo TRS uma compreensão compartilhada de que estamos vivenciando uma pandemia ocasionada por um vírus, há uma discordância em relação aos locais nos quais o vírus persiste, justamente, pelas diferentes noções de im/pureza presentes no grupo. Esse posicionamento particular, exposto nos dois comentários, entretanto, suscita um problema: se a casa não é pura, mas suja, como habitar esse espaço? Nesse sentido, destaco a segunda ideia de Douglas (1976) que diz respeito a como a limpeza é circunstancial. O que é apresentado é que a casa é poluída em relação ao coronavírus, porém outros agentes poluentes não são mencionados. Desse modo, apesar da casa ser entendida enquanto suja em relação ao coronavírus, ela pode permanecer limpa em relação a outros aspectos, já que “o que é limpo em relação a uma coisa pode ser sujo em relação a outra e vice-versa” (DOUGLAS, 1976, p. 21). Assim, mesmo que o paradoxo inicial de se habitar um lugar sujo não tenha sido completamente anulado, habitar o espaço doméstico, mesmo estando infectado pelo coronavírus, não se apresenta como um disparate, pois a casa não é em si mesma poluída, mas está poluída em relação a uma coisa, sem necessariamente estar poluída em relação a outras<sup>28</sup>. Do mesmo modo, poderíamos pensar se a natureza é em si mesma pura e limpa ou se somente em relação ao coronavírus. E isso evidencia como as culturas são dinâmicas e, portanto, noções sobre pureza e perigo estão sempre em movimento (DOUGLAS, 1976). A terceira ideia diz respeito à elaboração de Douglas (1976) de que a sujeira é essencialmente desordem. Assim, podemos pensar em como o coronavírus, enquanto um agente poluente<sup>29</sup>, consequentemente desordena nossas vidas<sup>30</sup>. Nesses termos, penso se os protocolos sanitários não poderiam ser compreendidos não apenas enquanto medidas de biossegurança, mas, também, como práticas de purificação que realizamos para eliminar a sujeira e minimamente restabelecer a ordem em nossas vidas. Estou pensando essas

---

<sup>28</sup> Podemos tentar inverter os termos e pensar, por exemplo, se a natureza, pensada como pura em relação ao vírus, seria vista também como limpa para se viver ou se, embora seja limpa em relação ao vírus, é suja em relação a outros aspectos e, consequentemente, um lugar não adequado para se viver.

<sup>29</sup> Como aponta Douglas (1976) poluir é uma capacidade partilhada por humanos e não-humanos.

<sup>30</sup> Essa ideia de desordem é muito interessante pois parece dar conta de várias experiências em relação ao coronavírus, mesmo aquelas que negligenciam a pandemia. Penso no fato de que mesmo um sujeito com um posicionamento negacionista acaba por experimentar os efeitos da conjuntura pandêmica, pois uma simples ida ao mercado impele tal sujeito a utilizar uma máscara facial. Assim, mesmo que de forma invertida sua vida é desordenada, pois seu posicionamento é cotidianamente interpelado por medidas sanitárias. Logo, mesmo que tal sujeito não as siga conforme as recomendações, viverá experiências nas quais elas estarão presentes. No limite, claro, tal sujeito poderá infectar-se e, consequentemente, sua vida não será a mesma.

práticas como movimento e, além disso, contextuais, isto é, em como novas práticas podem ir se desenvolvendo de acordo com circunstâncias e visões de mundo particulares<sup>31</sup>. Cabe destacar, entretanto, como a efetivação das medidas de biossegurança recomendadas (uso de máscaras, uso de álcool gel, lavagem de alimentos e embalagens recém-chegadas em nossas casas e higienização de nossos corpos, como banho e lavagem das mãos) variam de sujeitos para sujeitos e de espaços para espaços, pois se relacionam com as concepções de im/pureza dos sujeitos – para além do que informam os protocolos e recomendações gerais. Todavia, quero chamar atenção para o fato de que essas diferenças em termos de execução dos cuidados sanitários não podem ser resumidas a uma interpretação que foca exclusivamente nos indivíduos. As diferenças em termos de execução parecem se relacionar, também, com o fato de que o corpo é um símbolo da sociedade (DOUGLAS, 1976) e em nosso contexto social atual diferentes percepções a respeito da pandemia estão circulando. Os posicionamentos do Governo Federal Brasileiro e das agências sanitárias nacionais e internacionais são divergentes. Desse modo, podemos esperar que os posicionamentos divergentes em relação aos cuidados sanitários, propagados pelos agentes políticos, influenciem na vida cotidiana dos sujeitos. Em relação ao Governo Federal Brasileiro, por exemplo, nota-se como uma postura negacionista foi assumida em relação à pandemia de COVID-19, contrariando instituições científicas nacionais e internacionais. O trabalho de Isabela Kalil *et. al* (2021), que analisa a postura do Governo Federal, na figura do presidente Jair Bolsonaro, entre março e dezembro de 2020, evidencia como o presidente propagou uma série de *fake news* e teorias conspiratórias a respeito da pandemia. O trabalho sintetiza como entre março e julho de 2020 diversas narrativas culpabilizando a China sobre a pandemia foram disseminadas pelo presidente e como de julho a dezembro de 2020 as narrativas concentraram-se em atacar as vacinas, disseminando desinformações e pânico morais.

Dito isso, quero pensar aqui se os dois comentários, a partir de uma elaboração particular a respeito da pandemia, não poderiam estar apresentando um novo tipo de medida sanitária e um tipo de prática de purificação em relação ao coronavírus, qual seja, a realização de viagens para a natureza. Arrisco essa especulação, pois ambos os

---

<sup>31</sup> Essa ideia de movimento pode ser visualizada em relação aos cuidados sanitários domésticos para prevenção da COVID-19, isto é, ao longo da pandemia diferentes recomendações foram feitas de acordo com o conhecimento científico mais avançado do momento. Nota-se isso, por exemplo, em como a higienização das compras realizadas nos mercados em um primeiro momento mostrou-se indispensável, porém, posteriormente, essa higienização passa a ser um cuidado secundário, tendo em vista que a contaminação via embalagens é mais difícil, como demonstraram os estudos científicos.

comentários, para além de marcarem posicionamentos favoráveis a viagens – desde que sejam na natureza – deixam entrever um posicionamento que incentiva as viagens, pois sustentam uma argumentação que compreende a natureza enquanto pura, ao passo que compreende as residências enquanto sujas e poluídas. Logo, sair de casa, talvez, possa ser um tipo de prática de despoluição da vida e, conseqüentemente, restabelecimento da ordem, mesmo que momentaneamente, já que “a cozinha da minha casa pode ter [o vírus]”, mas a natureza não, pois é limpa e pura. Como apontei, percebo os riscos dessa interpretação, mas estou pensando aqui com Douglas (1976) quando ela aponta que evitar a sujeira não diz respeito a uma postura de covardia, medo ou fuga, mas a um movimento positivo de organizar o ambiente, ou seja, uma postura ativa dos sujeitos. Assim, o que se apresenta nos dois comentários acima parece ser, justamente, essa postura ativa e positiva de tentar ordenar o ambiente. A realização de uma viagem para a natureza, portanto, é a efetivação por parte de um sujeito desse movimento de tentar ordenar o ambiente a sua volta. Isso porque no caso dos comentários, limpar a casa ou seguir as medidas de biossegurança recomendadas não parece dar conta de efetivar essa ordenação, pois sua interpretação a respeito da pandemia a inscreve em um regime de compreensão no qual o polo natureza e o polo cultura estão invertidos em relação à interpretação científica hegemônica da pandemia, como já mencionei. Essa inversão, portanto, estabelece uma nova prática de purificação: viajar para a natureza.

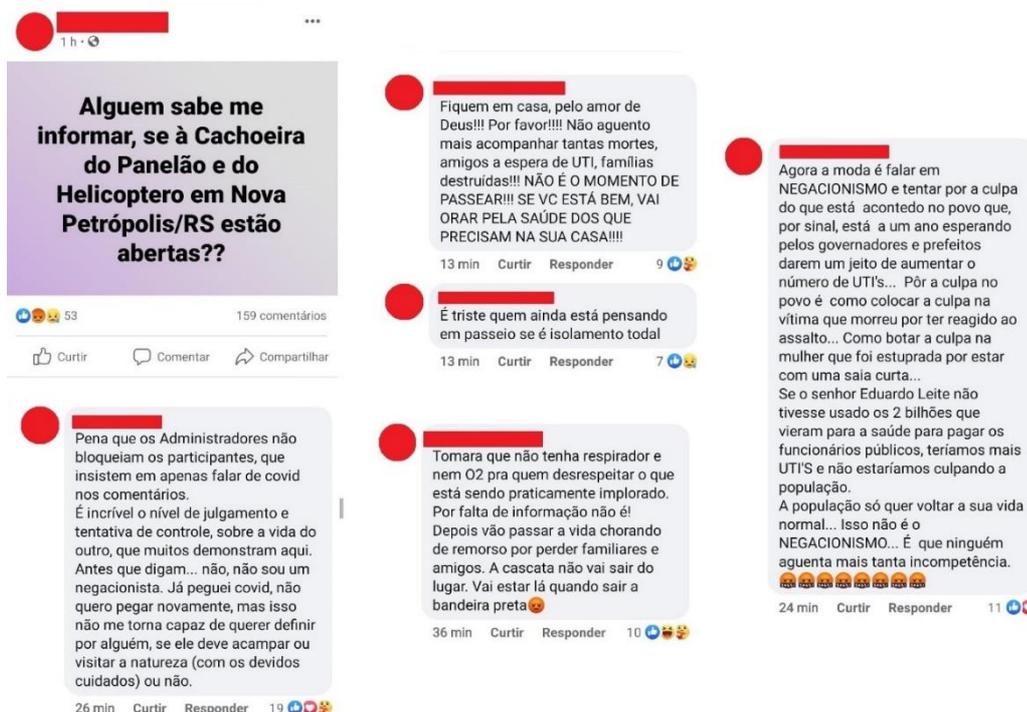
### **3.3 Disputas em torno da noção de político**

Como apontei acima, o grupo TRS é pensado como um local de compartilhamento de informações a respeito do turismo no RS. Todavia, não são apenas informações a esse respeito que circulam pelo grupo. As clássicas publicações solicitando dicas ou sugestões de roteiros turísticos se constituíam como um espaço de disputa entre alguns membros. Minha proposta, portanto, é apresentar de forma mais detalhada como essas disputas apareceram, trazendo exemplos e tecendo algumas reflexões a respeito disso. De imediato, aponto que não me deterei em todo o contingente de publicações/comentários, pois isso sequer seria possível. O que apresento aqui diz respeito a um recorte analítico de cunho temporal: as publicações/comentários, aqui abordadas, apareceram no grupo entre os dias nove e treze de março de 2021. Escolhi esse recorte temporal, pois nesse período o TRS foi inundado por “publicações com temática política” de uma forma que

até então eu ainda não tinha presenciado e que posteriormente a esse período não se repetiu.

No dia nove de março de 2021 me deparei com o primeiro grande confronto entre os membros. Isso se desenrolou na publicação de um membro que perguntava aos outros se sabiam se determinado ponto turístico do Rio Grande do Sul estava aberto a visitas. De imediato, essa publicação não me chamou atenção, pois esse tipo de conteúdo é corriqueiro no TRS. Entretanto, observei que a publicação contava com mais de uma centena de comentários em um curto período de tempo e isso não era corriqueiro. Então, decidi abrir os comentários dessa publicação. A discussão não girava em torno de oferecer respostas ao questionamento do membro, como de costume; as pessoas estavam discutindo a pandemia de COVID-19. Como observei, os comentários podiam ser divididos em dois tipos: contrários e favoráveis a realização de viagens turísticas durante a pandemia. Cada um dos lados desse binômio apresentava justificativas para suas posições (algumas mais razoáveis que outras). Ideias sobre hospitais lotados, aumentos de casos de infecção por coronavírus no estado, perda de liberdade de ir e vir, incompetência dos gestores públicos, entre outras, disputavam espaço entre si.

Imagem 5 – Publicação e comentários



Fonte: Acervo do autor, 2021

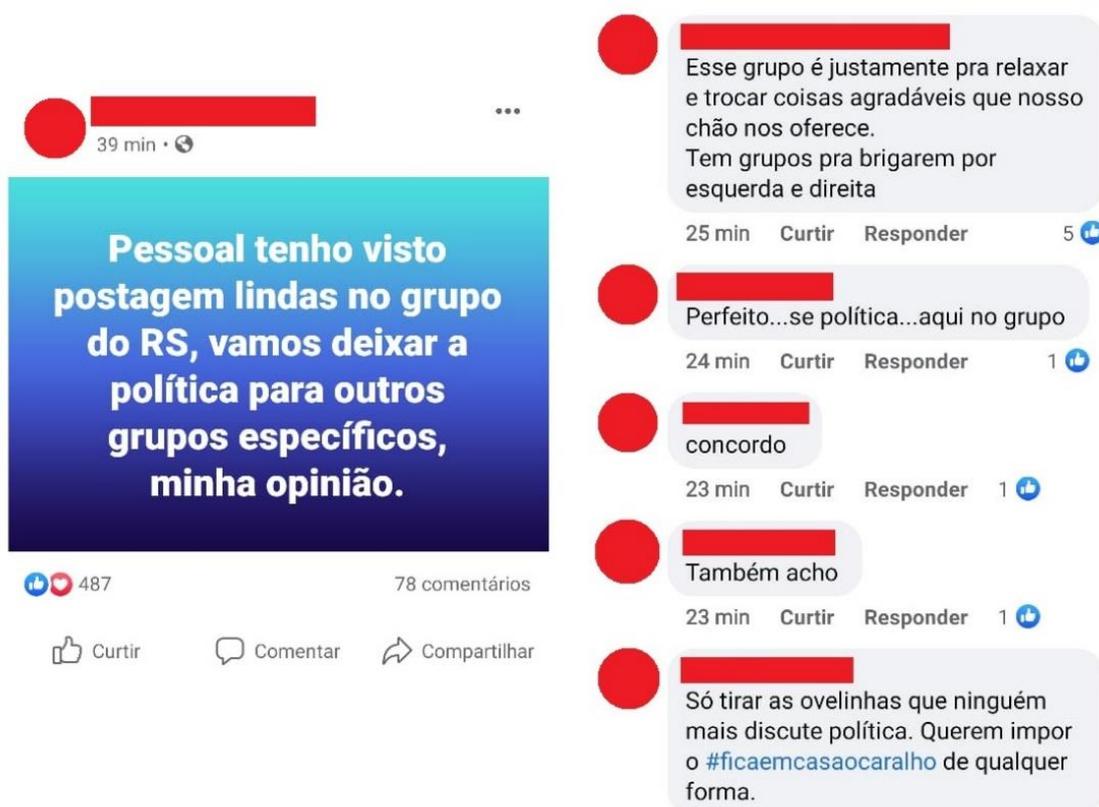
Na imagem acima, pode-se observar alguns dos 159 comentários realizados na publicação antes dela ser apagada pelo administrador do grupo. É interessante perceber como as justificativas, sejam as favoráveis ou contrárias às viagens durante a pandemia, apresentam diferentes tons (ora mais amenos, ora mais agressivos) para sustentar uma ou outra posição. A caixa alta é utilizada em um comentário para demarcar uma posição de forma mais incisiva, outro deseja que não tenha respirador para quem desrespeitar as recomendações sanitárias (há um apelo emocional nesse comentário também, principalmente através da ideia de remorso e tristeza), assim como outro parece culpar os servidores públicos pela situação pandêmica do estado do RS.

Em um comentário, à direita da imagem, a ideia posta parece ser a de que a realização de viagens pelas pessoas não é sinal de negacionismo, mas de cansaço; as pessoas querem voltar às suas vidas “normais”, porém, isso não é possível devido a “incompetência” dos gestores públicos, especificamente o governador do RS Eduardo Leite. Nesse mesmo comentário, podemos observar também uma analogia entre a culpabilização que mulheres sofrem quando são violentadas e a responsabilidade que instituições, sejam científicas ou estatais, solicitam aos cidadãos. Nesse comentário, esse pedido de responsabilidade é compreendido como processo de culpabilização das pessoas, e isso não faz sentido, do ponto de vista do membro, pois os reais culpados não são os cidadãos. Esse comentário dialoga diretamente com a argumentação de Sian Lazar (2016) de que as pessoas comuns interpelam o Estado, assim como são interpeladas por ele. Além do conteúdo dos próprios comentários, podemos ver, também, a recepção de outros membros do TRS a determinado comentário por meio da ferramenta de reações do *Facebook*. (*like/curtir, coração/amei, ha-ha/risada, grr/irritado/zangado e triste*)

Nesse mesmo dia, uma série de outras postagens desse mesmo tipo (solicitando informações sobre pontos turísticos no estado) surgiram no grupo e com isso novas discussões se instauraram. Essas publicações, que antes não apresentavam grande engajamento, passaram a concentrar participantes e embates de posições e, rapidamente, eram excluídas pelos administradores do TRS. Inclusive, entre os comentários realizados, muitos solicitavam aos administradores que excluíssem essas postagens e removessem os membros que teciam comentários de cunho político, pois, em suas palavras, o grupo não era o local para se discutir política. Como li muitas e muitas vezes, o grupo é sobre turismo, não sobre política (existem grupos específicos para esse tópico, quem quer discutir política que se junte a esses grupos, bradavam muitos membros). A partir disso,

publicações específicas nas quais algum membro solicitava que não se discutisse política nesse espaço passaram a compor o *feed* do TRS também e, claro, novas discussões entre os participantes emergiram a partir disso.

Imagem 6 – Publicação e comentários



Fonte – Acervo do autor, 2021

## Imagem 7 – Publicação e comentários



Fonte – Acervo do autor, 2021

Durante uma semana, de forma ininterrupta, o grupo foi tomado por essas postagens “políticas”. Cabe destacar, porém, como essa categorização era quase sempre feita por membros favoráveis às viagens turísticas, pois turismo e política não devem se misturar já que são coisas distintas. Conforme ia analisando os comentários, percebi como a ideia de política, durante essa semana em específico, foi utilizada como uma categoria de acusação a terceiros. Postagens ou comentários sobre a pandemia passaram a ser vistas, por alguns membros, como sendo de cunho político e isso era inaceitável no TRS. À medida que a semana seguia, os confrontos entre os participantes se tornavam mais e mais agressivos; o tom foi subindo. Eu, entretanto, estava imerso nesse fluxo de embates sem entender muito bem o porquê daquilo ou qual havia sido o estopim de tudo, pois meu acompanhamento diário no grupo não me apontava para um horizonte no qual isso fosse acontecer. Claro que as discussões entre participantes ocorriam, visto que, como argumenta Letícia Cesarino (2019), as mídias sociais operam por meio de um hiper-individualismo, mas ocasionalmente, nunca de forma tão explícita, incisiva e duradoura;

as discussões iniciavam e terminavam rapidamente (algumas vezes, inclusive, as opiniões de alguns membros eram simplesmente ignoradas pelos outros, ou seja, sequer iniciava-se uma discussão). Nesse sentido, eu fui pego completamente de surpresa, a enxurrada de confrontos me deixou atordoado. Posteriormente, no decorrer dessa semana, os comentários passaram a me fornecer algumas pistas do que poderia ter ocasionado esse fenômeno. O primeiro motivo, que é o mais óbvio, diz respeito ao fato de que a partir do dia 27 de fevereiro de 2021 todo o Rio Grande do Sul foi colocado sob a bandeira preta pelo Governo do Estado, tendo em vista os parâmetros estabelecidos pelo modelo de distanciamento social que mencionei na introdução. Com a alta das taxas de infecção e internação e a diminuição dos leitos disponíveis nos hospitais, as restrições mais rígidas (da bandeira preta) foram aplicadas a todos os municípios do RS e, conseqüentemente, isso teve efeitos no setor de turismo. Alguns comentários evidenciavam justamente esse fato, pois o conteúdo de muitos deles explicitava argumentos que mencionavam esse período de maiores restrições (na imagem de número cinco é possível observar o termo bandeira preta). Além disso, o estado completava quase um ano de pandemia, que se mostrava longe de ser controlada; os ânimos estavam exaltados, como podemos pressupor. O segundo motivo, entretanto, não é tão intuitivo assim, porém sustento a hipótese de que um episódio em específico exacerbou mais ainda os ânimos dos participantes do grupo. O episódio em questão diz respeito à decisão do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), de anular todas as condenações, impostas pela Justiça Federal do Paraná, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na Operação Lava Jato. Essa decisão monocrática, que mais tarde foi referendada pelo plenário do tribunal, foi tomada no dia oito de março de 2021, isto é, um dia antes do início das movimentações no TRS. Os primeiros comentários, do dia nove, não permitem verificar a influência desse episódio nas discussões do grupo, porém, os comentários realizados entre os dias 10 e 13 parecem deixar isso muito evidente. As discussões entre os participantes não se detinham mais exclusivamente em discutir a pandemia *lato sensu*, os efeitos da pandemia no setor de turismo ou se pessoas/famílias poderiam realizar viagens mesmo em um contexto pandêmico. Muitos comentários passaram a citar o presidente Jair Bolsonaro e o ex-presidente Lula (de forma implícita ou explícita). Se antes o tom dos comentários já era bastante agressivo, do dia 10 de março em diante eles se tornaram mais agressivos ainda. Categorias como esquerda, direita, “petralha” e “bolsominion” figuravam rotineiramente nos comentários de diferentes publicações e o uso de ofensas também esteve muito presente (assim como deboches e ironias). Alguns participantes,

para além da utilização da escrita, expunham também em seus comentários *memes* e imagens. Algumas *fake news* também se apresentavam, a exemplo da ideia de “vírus chinês” que, como apontou Kalil *et al.* (2021), foi propagada também pelo presidente Jair Bolsonaro. Disponho abaixo alguns dos comentários, das centenas que circularam no grupo durante a semana entre os dias 10 e 13 de março de 2021, a esse respeito.

Imagem 8 – Coletânea de comentários

estamos tentando evitar qe o pais seja tomado e novo pelos bandidos ladroes conseguimos escapar mas parece qe tudo voltara ..devido a um povo alienad burro acomodad etc etc

43 min Curtir Responder 4 😂👍

Ver 2 respostas anteriores...

Agora mesmo Curtir Responder

STJ anula quebra de sigilo bancário de Flávio Bolsonaro em caso da rachadinha

Fachin anula condenações de Lula relacionadas à Lava Jato; ex-presidente volta a ser elegível

SE VOCE PASSA PANO PRA UM E ATACA O OUTRO, VOCE TEM POLITICO DE ESTIMACAO E TAMBEM É PARTE DO PROBLEMA.

6 min Curtir Responder 3 😂❤️

O primeiro segmento que foi extinto pelo vírus chinês foi o de eventos, parceiro inseparável do turismo, que é a próxima vítima. Gramado vai enfrentar a segunda Páscoa em lockdown

3 min Curtir Responder

Quem vota em ladrão não pode dar opinião.

5 min Curtir Responder 8 👍😂❤️

Ver 3 respostas anteriores...

Uiiii a esquerdinha tá braba  
Come um pão com mortadela que passa

3 min Curtir Responder 2 😂

2022  
VAI SER ASSIM!!!

Tudo bem q sejam de direita como eu, ou de esquerda, porém, este grupo tem por finalidade mostrar lugares para irmo discontrair. Vamos ter coerencia, por favor

Agora mesmo Curtir Responder

Fonte – Acervo do autor, 2021

Desse modo, a implementação da bandeira preta em todo o estado do Rio Grande do Sul e a atualização do *status* penal do ex-presidente Lula parecem ter sido os dois elementos que construíram o cenário para os confrontos da semana entre os dias nove e 13 de março. E, assim, é interessante perceber como a “política”, que antes deveria estar fora do grupo, passou a fazer parte do TRS, mesmo que momentaneamente. Diferentes membros, claro, ainda permaneceram com suas posições de que não se deveria discutir política no grupo (um comentário acima aponta para isso). Outros, por outro lado, não deixaram de demarcar seus posicionamentos, como fica evidente na montagem na qual Jair Bolsonaro está passando a faixa presidencial para Lula ou no primeiro comentário, à esquerda da imagem, que afirma que “bandidos ladrões” retomarão o controle do país devido a alienação do povo. Outros, ainda, indicam uma posição de neutralidade/isenção política. Isso fica evidente na imagem na qual Jair Bolsonaro e Lula aparecem se beijando, numa espécie de alegoria de que os dois são semelhantes. Além disso, essa neutralidade política pode ser vista, também, no primeiro comentário, à direita da imagem, na qual a ideia de “político de estimação” aparece.

Jéssica Brandt da Silva (2018) aponta como em sua etnografia, em um grupo de *Facebook* sobre cirurgias plásticas, essas disputas entre participantes também ocorreram. A etnografia da pesquisadora foi realizada no período das eleições presidenciais de 2018, marcadas por uma forte polarização política e, como ela aponta, essa polarização também esteve presente no grupo. Postagens a favor de cada um dos dois candidatos que disputaram o segundo turno das eleições presidenciais (Fernando Haddad e Jair Bolsonaro) foram feitas no grupo de *Facebook* onde ela conduziu sua pesquisa e isso, claro, gerou discussões entre as participantes. Assim como em minha pesquisa, na etnografia de Silva (2018) posições de isenção também se apresentaram, com membros afirmando que aquele espaço era para discutir cirurgias plásticas e não política. O contexto de ambas as pesquisas é diferente, claro, porém, ambas demonstram como os contextos virtuais não estão dissociados dos contextos não virtuais – posição sustentada por Hine (2015). Os embates no ano 2018 a respeito das eleições presidenciais tomaram as ruas e, claro, apareceram nos grupos de *Facebook* também. O trabalho de Cesarino (2019) com foco específico nas redes bolsonaristas demonstra como artifícios imagéticos (como imagens e *memes*), assim como ideias conservadoras e neoliberais e *fake news* vêm inundando as redes sociais, especialmente o *Facebook* e o *WhatsApp*. Em meu campo etnográfico, como tentei demonstrar, isso também se fez presente. Sendo assim,

antropologicamente as redes sociais vêm se apresentando cada vez mais como um importante contexto de pesquisa para refletirmos sobre as relações sociais contemporâneas. Os embates de 2020-2021 a respeito da pandemia e do cenário político (inclusive em relação às eleições de 2022) estão se efetivando pelas ruas brasileiras, assim como nos grupos de *Facebook*. E isso aponta para a insustentabilidade da dicotomia real/virtual e como a compressão da internet enquanto um fenômeno extraordinário também não se sustenta (HINE 2015)<sup>32</sup>. Além disso, quero destacar como os comentários no grupo TRS apontam para a importância de uma análise das controvérsias, como destaca Eduardo Dullo (2015). Como reflete o antropólogo, esse tipo de análise propicia uma visão mais ampla da realidade, pois não se foca na visão de mundo de apenas um agente, mas de vários. Desse modo, tal abordagem contribui para a compreensão de “[...] como se constroem as relações (assimétricas) entre eles e o exercício de poder de um sobre o outro” (DULLO, 2015, p. 29). Sendo assim, a exposição dos comentários que trago aqui diz respeito, justamente, a minha tentativa de expor mais de uma visão de mundo sobre a pandemia e o setor de turismo, de modo a tentar demonstrar ao leitor como a realidade pandêmica é complexa, envolvendo diferentes dimensões da vida social.

Como apontei, essa semana foi atípica, pois anteriormente a ela as discussões não se apresentavam dessa maneira e, posteriormente a ela as discussões não se mantiveram dessa maneira. Apresentei dois motivos que podem ter propiciado o ambiente para que essas discussões proliferassem (a bandeira preta em todo o RS e o novo *status* penal de Lula). Agora, quero tecer algumas linhas de hipótese sobre o porquê de as discussões não terem permanecido tão enfaticamente. O grupo TRS, no início de minha etnografia, não apresentava nenhuma regra explícita que proibisse a realização de postagens ou comentários “políticos”, essa regra era muito mais tácita. Como pode-se observar em alguns comentários apresentados acima, a não realização de discussões políticas era algo pressuposto por diversos participantes, assim, quando algo de cunho “político” surgia no grupo, imediatamente diferentes pessoas acionavam a administração para que tomasse as devidas providências: apagamento da postagem e, quem sabe, exclusão do participante. Desse modo, postagens contendo discussões compreendidas enquanto políticas eram rapidamente deletadas pela administração. Assim, as postagens, e conseqüentemente os comentários, não duravam mais do que uma hora até que fossem deletadas pela

---

<sup>32</sup> Os trabalhos de Cesarino (2019; 2020) em relação ao populismo no cenário brasileiro e especificamente sobre a eleição de Jair Bolsonaro são exemplos de reflexões que rompem com o imaginário dicotômico real/virtual.

administração (no decorrer da semana, algumas não duraram nem 10 minutos). Destaco, dessa maneira, como uma vigilância constante se instaurou no grupo. Diferentes participantes acionavam a administração nos comentários e informavam aos demais (através de comentários) que iriam denunciar tal publicação. Cada denúncia gera um aviso à administração do grupo, logo, quanto mais denúncias uma publicação recebia, mais avisos a administração recebia também e, conseqüentemente, mais rápido a publicação era apagada. Por outro lado, não posso afirmar que os participantes que realizavam as publicações ou comentários tidos como políticos eram removidos do grupo, como alguns membros solicitavam. Como apontei, o grupo é muito dinâmico e muitas pessoas são admitidas no TRS diariamente, o que faz com que os números de participantes aumentem cotidianamente, sem que seja possível visualizar a diminuição de participação. Acredito, entretanto, que alguns membros tenham sido excluídos e que alguns tenham se retirado do grupo, como anunciavam em seus comentários. Minha hipótese, então, é que a vigilância constante tenha sido a responsável para que novas semanas de confrontos não emergissem no TRS, pois sequer havia tempo devido a agilidade de apagamento das postagens. Outro fator que certamente influenciou nisso foi que, após essa semana, a administração criou um aviso permanente no grupo demarcando a proibição de conteúdos sobre “futebol, religião, política, *lives* musicais, ensaios fotográficos, fotos sensuais, vendas de produtos, conteúdos fora do RS e qualquer tema que gere desavença” e caso essa diretriz não fosse respeitada “autores serão silenciados ou removidos do grupo” (DIÁRIO DE CAMPO, 2021). Tenho registrado, claro, algumas postagens, de meses subsequentes a março, que envolvem esses temas, porém, são esparsas e também foram rapidamente deletadas do grupo.

Ademais, quero sublinhar um ponto importante sobre a noção de político. Cabe destacar como o político não pode ser pensado como uma categoria genérica. O clássico jargão “tudo é política” em meu contexto etnográfico parece encobrir uma série de nuances que, para análises antropológicas concisas, são imprescindíveis. O trabalho de Matei Candea (2011) é fundamental aqui. Para o autor, o político não deve ser pensado *a priori*, mas enquanto uma categoria etnográfica, ou seja, de que forma o político (ou o não-político) é mobilizado por nossos interlocutores. Para mim, certamente tudo em nossa vida é político, porém, para os membros do TRS isso não é verdade. Há uma cisão entre turismo e política, por exemplo. A categorização de “publicação política” que explorei aqui é êmica, isto é, as pessoas do grupo categorizaram diferentes publicações (e

comentários) dessa maneira. Falar sobre a pandemia é político, como já expus, para muitas pessoas do grupo. Para mim também é. Por outro lado, falar sobre viagens, locais turísticos e acomodações, não era político. Porém, para mim, isso também é político. Para mim, enquanto pesquisador do turismo, o turismo é, necessariamente, político; para meus interlocutores não necessariamente. A saída mais fácil seria ignorar meus interlocutores e assumir que tudo é político e pronto. Todavia, meu trabalho perderia complexidade e seria até mesmo menos ético. Compreender a categoria político enquanto etnográfica, sendo assim, indica perceber que o significado do político não é fixo, antes depende dos próprios sujeitos que estão imersos na discussão. Como aponta Candea (2011, p. 321) “what we lose thereby in instant, out-of the-box critique we gain in ethnographic sensitivity”.

Agora, quero voltar à imagem de número cinco para refletir sobre autocuidado em relação à pandemia. Faço isso a partir de como um membro do TRS se posicionou a respeito da realização de viagens turísticas durante a pandemia. No comentário, à esquerda da imagem, o membro se defende de possíveis comentários contrários à sua posição afirmando que não é negacionista, pois já contraiu COVID anteriormente e não quer contrair novamente. Porém, mesmo não sendo negacionista não se sente “capaz” de definir o que as outras pessoas podem ou não fazer. É relevante percebermos como esse comentário parece ecoar uma narrativa individualista em relação à pandemia no sentido de que cada pessoa deve apenas tomar conta de sua própria vida, sem opinar na vida dos demais (mesmo durante uma pandemia que é, necessariamente, uma questão de saúde pública e, portanto, coletiva). Esse comentário de cunho individualista não representa a posição de apenas um único sujeito que participa do grupo: durante a semana em questão (e em alguns momentos antes e após ela) foi frequente esse tipo de narrativa compartilhada por diferentes pessoas. A assertiva “cada um cuida de si e da sua família” esteve muito presente no TRS. E essa assertiva se manifestava através dos comentários, mas, também, através das próprias publicações: não foram raras as vezes nas quais um membro solicitava alguma informação sobre determinado destino turístico ao mesmo tempo que afirmava que não queria saber a opinião dos demais sobre se deveria ou não viajar, pois cada um sabe e cuida de si e da sua família. É importante notar como esse tipo de discurso não é novo, nem está presente apenas no grupo, pois outros agentes também o propagam. Julia Paley (2002) aponta como essa estratégia, pautada pelo autocuidado, vem sendo frequentemente difundida pelo Estado. A autora cita seu trabalho

no Chile durante uma epidemia de cólera no país para ilustrar como o Ministério da Saúde chileno investiu fortemente em um discurso no qual os cidadãos deveriam se engajar em seu autocuidado. Podemos observar esse mesmo discurso, ainda por parte do Estado, na etnografia de Alex Nading (2013) sobre o trabalho dos agentes comunitários de saúde em campanhas sanitárias na Nicarágua. No Brasil atual, podemos observar essa mesma narrativa, dessa vez em relação ao cenário pandêmico, por parte do governo federal (KALIL et al., 2021). São notórias as declarações do presidente da república que minimizam a pandemia e, além disso, estabelecem discursos individualizantes. Como o presidente afirmou em 08 de abril de 2020 “Devemos, sim, cada família cuidar dos mais idosos. Não pode deixar na conta do Estado. Cada família tem que botar o vovô e a vovó lá no canto e é isso”<sup>33</sup>. Esses discursos fazem parte do que Michel Foucault (2008), Pierre Dardot & Christian Laval (2016) e Wendy Brown (2019) nomeiam como racionalidade neoliberal, uma forma de racionalidade política típica do capitalismo neoliberal que, como aponta Brown (2019), é a atual forma do capitalismo. E como apontamos em outro lugar (LUZ & CAROLY, 2021b), a pandemia do novo coronavírus foi inserida nessa racionalidade.

Aqui, quero chamar atenção para o fato de que a racionalidade neoliberal não está ancorada apenas na ideia de indivíduo nem se restringe a esfera econômica (faces já discutidas por diferentes pesquisadores), mas, também, na ideia de família nuclear heterossexual (Brown 2019; Cooper, 2017). Seguindo Brown (2019), muitas vezes essa face é ignorada ou esquecida (a própria autora reconhece que em seus trabalhos mais antigos não deu a devida atenção a isso), mas ambas constituem o neoliberalismo realmente existente. Ou seja, não são excludentes, antes são complementares, pois operam dentro do mesmo quadro político-epistemológico de esfacelamento do social e do coletivo. Como aponta a autora, a família nuclear, dentro da razão neoliberal, é concebida como a maior entidade existente, sendo capaz de substituir o Estado (e suas políticas de saúde)<sup>34</sup>. Logo, o neoliberalismo não apenas tenta economicizar tudo; o foco não é apenas econômico, mas também moral. Como argumenta Brown (2019, p. 21) “A razão neoliberal [...] coloca o mercado e a moral como formas singulares de provisão de recursos para as necessidades humanas, compartilhando princípios e dinâmicas

---

<sup>33</sup> A frase pode ser conferida em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/26/bolsonaro-diz-que-povo-nao-governo-deve-se-preocupar-com-grupos-de-risco.htm>. Acesso em: 12 de março de 2022.

<sup>34</sup> Isso também fica evidente na frase do presidente Jair Bolsonaro apresentada acima.

ontológicos”. Mas claro, não é qualquer moral, mas uma moral conservadora, de base profundamente familista, como elucidada pela autora. Como Brown (2019) discute no capítulo três de seu livro “Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente”, um dos pilares do neoliberalismo é o princípio de que a “esfera pessoal” deve ser expandida, pois só assim será possível garantir as liberdades individuais contra os ditames do Estado. Nesse sentido, tudo que pode remeter ao social, ao coletivo e à democracia passa a ser depreciado, repellido e demonizado, como as políticas públicas. O “cada um cuida de si” e o “cada família cuida de si mesma” ilustram bem esse ponto. Resumidamente, a coletividade é substituída pelo indivíduo e por sua família. Como Brown (2015) explicitou no título de seu livro, a racionalidade neoliberal está constantemente “Undoing the demos”.

A título de ilustração didática apresento de forma breve uma campanha do Ministério da Saúde, lançada em maio de 2021, que evidencia bem esses dois ideais (do indivíduo e da família)<sup>35</sup>. O título da campanha fala por si só: “O cuidado é de cada um, o benefício é de todos”, então não vou me ater a ele, quero focar no personagem que participa da campanha: Zé Gotinha. Nessa campanha, cujo foco principal é orientar as pessoas sobre medidas não farmacológicas, como o uso de máscaras, Zé Gotinha dessa vez está acompanhado de sua família (Maria Gotinha, Zé Gotinha Jr., Dona Gotinha e Seu Gotinha). Anteriormente aparecendo junto de médicos, enfermeiros e cidadãos, Zé Gotinha agora aparece junto de sua mulher e filho. O personagem, que sempre foi tido como o amigo da comunidade, agora aparece como o líder de sua família. O fato do personagem ter uma família não me parece ser o problema, mas o momento no qual sua família é acionada sim. A gestão, por parte do Governo Federal em relação à pandemia foi notoriamente calcada no “cada um cuida de si” (após inúmeras pressões internas e externas e após centenas de mortes, a gestão foi parcialmente recalibrada, mas ainda permanece dentro do horizonte neoliberal) e a campanha do Ministério da Saúde me parece ser a representação semiótica disso. Além disso, ao final do vídeo da campanha<sup>36</sup>, após encorajar as pessoas a seguirem determinadas medidas sanitárias de proteção individual, Zé Gotinha encerra sua participação com a seguinte frase: “Assim, você cuida

---

<sup>35</sup> Para mais informações sobre a campanha, acessar: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/com-familia-ze-gotinha-campanha-reforca-importancia-da-prevencao-e-da-vacinacao-contr-a-covid-19>. Acesso em: 06 de jun. de 2022.

<sup>36</sup> O vídeo pode ser assistido no Canal do *YouTube* do Ministério da Saúde, disponível em: <https://youtu.be/OA9kMphlBRg>. Acesso em: 07 de jun. de 2022.

da sua família, da sua renda e do Brasil”. Novamente, fica evidente o discurso “cada família cuida de si mesma”. Porém, agora também é adicionada a ideia de que a responsabilidade do emprego e renda é única e exclusivamente dos indivíduos e suas famílias e, claro, de que as pessoas devem cuidar da pátria. Entretanto, em nenhum momento do vídeo o laço do Estado para com as pessoas é mencionado. O recrudescimento ou o controle da pandemia e seus efeitos é de responsabilidade dos indivíduos<sup>37</sup>. O que está sendo difundido aqui é aquilo que Brown (2018) chamou de cidadania sacrificial, no qual a cidadania perde seu caráter público e coletivo e passa a apresentar um viés individual. Todavia, a ideia de “sacrifício cidadão” permanece, vinculando, através da responsabilidade individual, as pessoas à nação. Sendo assim, o que podemos entrever dessa campanha é a inexistência de uma via de mão dupla, pois a via é de mão única.

Por fim, quero pontuar duas coisas: a) não pretendo equalizar as posições do presidente Jair Bolsonaro e do Ministério da Saúde com as posições dos membros do grupo TRS, pois esses agentes ocupam posições assimétricas de poder: de um lado temos o chefe do poder executivo e um dos Ministérios nacionais mais importantes, do outro sujeitos ordinários. Entretanto, todos fazem parte de um *continuum* neoliberal. Assim, sigo Brown (2019, p. 16-17) quando ela afirma que “Meu argumento é que nada fica intocado pela forma neoliberal de razão e de valoração, e que o ataque do neoliberalismo à democracia tem, em todo o lugar, infletido lei, cultura política e subjetividade política”; e, b) como afirma Andrea Muehlebach (2012) não é antropológicamente adequado afirmar que as pessoas são subjugadas ou infiltradas por valores neoliberais, antes as pessoas se envolvem com eles de diferentes maneiras, em diferentes situações e com diferentes objetivos e resultados.

---

<sup>37</sup> E isso vai ao encontro da narrativa dicotômica economia x saúde propagada pelo chefe do poder executivo.

## 4

### **Narrativas e experiências de profissionais do setor de turismo**

Neste capítulo, vou apresentar os desdobramentos e as materialidades da pandemia do novo coronavírus na vida de profissionais do setor turístico gaúcho ancorado em suas experiências durante o período pandêmico. O material aqui apresentado é proveniente de conversas que, como já aponte, desenrolaram-se através de mensagens de texto e áudio por meio dos aplicativos *WhatsApp* e *Messenger* e foram guiadas por perguntas-chave com o propósito de conhecer o profissional e sua atuação no setor.

#### **4.1 Relatos e experiências**

Antes de iniciar com os relatos, preciso redigir algumas linhas sobre os desafios por mim enfrentados na busca por interlocutores. Como é possível visualizar na imagem de número dois, na qual me apresento ao grupo TRS pela segunda vez, muitas pessoas curtiram e comentaram minha publicação. Muitas pessoas afirmavam em seus comentários que estavam muito preocupadas com o setor turístico gaúcho e com suas próprias vidas, já que eram trabalhadores ou empreendedores do setor. Além disso, as pessoas também escreveram em seus comentários que estavam disponíveis para conversar comigo a respeito de suas experiências. Fiz questão de responder cada um dos mais de 180 comentários, no intuito de estabelecer uma ponte de diálogo para que continuássemos conversando a partir dali. Todavia, isso quase nunca se concretizou, pois pouquíssimas conversas se estabeleceram. Em alguns comentários, as pessoas mencionavam que eu as poderia chamar no *Messenger*, no *WhatsApp* (seu número de telefone era mencionado em seu comentário) ou por *e-mail* (seu endereço de *e-mail* era mencionado em seu comentário), mas dos contatos que fiz, poucas respondiam; outras respondiam, mas um diálogo não se estabelecia. Comecei a me preocupar, pois o famoso “ser aceito” do qual muitas pessoas antropólogas escrevem não estava acontecendo comigo. Testei iniciar as conversas ora de forma mais formal, ora de forma mais descontraída, mas nada parecia funcionar. Claro que não imaginei que estabelecer interlocuções seria a tarefa mais fácil de meu percurso etnográfico, mas também não imaginei que seria tão difícil. Acho que o mais complicado de lidar ou de saber interpretar enquanto pesquisador não foram as negativas (das pessoas que me responderam, algumas optaram por não seguir adiante com o diálogo e apresentaram seus motivos), foram as

mensagens ignoradas. Cada mensagem ignorada me deixava mais e mais aflito, pois não sabia o que poderia estar fazendo de errado, embora refletisse muito sobre isso. No fim, não tive outra alternativa a não ser me tranquilizar e aceitar que em alguns momentos seria ignorado; tomei isso como algo que faz parte do processo de pesquisa. Além disso, passei a perceber como muitos comentários em minha publicação não necessariamente indicavam que as pessoas gostariam de estabelecer uma conversa comigo. Minha publicação parece ter aglutinado algumas pessoas que apenas queriam expor suas opiniões ou suas vivências a respeito da pandemia e pronto. Não queriam participar de uma pesquisa, queriam apenas falar e minha publicação talvez tenha oportunizado isso, e após seu comentário sua vida seguiu adiante. E claro, outra coisa que me tranquilizou foi que não tive só negativas ou mensagens ignoradas, algumas pessoas mostraram-se dispostas a conversar comigo.

Quero destacar, entretanto, um ponto relevante a respeito das pessoas que aceitaram dialogar comigo. Foi recorrente o aceite vir acompanhado de uma “ressalva temporal”: meus interlocutores sempre demarcavam que não dispunham de muito tempo para conversar comigo devido a sua rotina. As viagens turísticas diminuíram, então o tempo e a energia de meus interlocutores estava focada em garantir acesso aos escassos turistas e procurar outras formas de gerar renda para si e para suas famílias. Minha ideia inicial era a de conversar com as pessoas via plataformas de vídeo (*Zoom, Teams, Meet*, dentre outros), devido a maior dinamicidade que oferecem em relação a realização de conversas, entretanto, isso não foi possível nenhuma vez por causa da rotina de meus interlocutores. Desse modo, recorri ao uso das plataformas anteriormente citadas. Assim, estabeleci uma dinâmica, em parceria com meus interlocutores, para que nossas conversas acontecessem: eu enviei minhas perguntas-chave para as pessoas para que pudessem ler e se inteirar de seu conteúdo e posteriormente me enviarem suas respostas; a partir de suas respostas eu elaborava algumas outras perguntas e as enviava de volta a meus interlocutores e após recebia suas novas respostas. Não tenho dúvida que essa dinâmica não é perfeita e pode apresentar problemas, mas acredito que a partir dela consegui coletar informações relevantes a respeito dos efeitos da pandemia na vida profissional (e pessoal) desses trabalhadores do setor de turismo do Rio Grande do Sul. Mas, o mais importante foi que essa dinâmica me possibilitou estabelecer um diálogo ético e responsável com as pessoas que se dispuseram a conversar comigo com base no respeito a suas realidades.

Abaixo, portanto, passo a apresentar alguns relatos provenientes de minhas interlocuções com esses e essas profissionais.

A primeira interlocutora que apresento é Tereza e nossas conversas se desenrolaram no período de novembro de 2020 a março de 2021. Tereza é uma professora aposentada e técnica em turismo, atuando há doze anos de forma autônoma, principalmente no sul do Brasil e em localidades da Argentina e do Uruguai. Em nossas conversas, Tereza me contou que é quase impossível sobreviver unicamente do guiamento de turistas (sua renda é complementada por sua aposentadoria), porém, a pandemia intensificou essa situação. Como mencionei na introdução, ao longo da pandemia muitos países fecharam suas fronteiras. Com a Argentina e o Uruguai não foi diferente. Muitas regiões desses dois países estavam completamente paradas em relação ao turismo, o que acabou interferindo diretamente na renda de Tereza. Ainda sobre a renda dos guias, Tereza percebeu como muitos colegas e amigos que também são guias têm diminuído o valor de suas diárias como um mecanismo de sobrevivência em meio à Pandemia: se antes uma diária custava R\$200, muitos guias passaram a cobrar R\$100 ou até menos como forma de garantir algum retorno financeiro. Outro problema enfrentado pelos guias, mas também por turistas no geral, foi o aumento expressivo dos valores dos ingressos para parques localizados nas cidades de Gramado e Canela, assim como o aumento no valor dos ingressos para a realização de visitas às vinícolas ou, ainda, nos passeios de Trem do tipo Maria Fumaça localizados nas cidades de Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa. Esse aumento expressivo durante a pandemia acabava por afastar as pessoas dessas localidades e, conseqüentemente, acabava por diminuir as localidades de atuação dos guias.

A segunda interlocutora que apresento é Maria e nossas conversas se desenrolaram no período de novembro de 2020 a março de 2021. Maria é técnica florestal e sócia de uma operadora de turismo ecológico que atua no mercado há mais de três décadas a nível nacional e América Latina, sendo uma das pioneiras a trabalhar com ecoturismo no RS, ainda na década de 80. Em relação à pandemia, sua empresa sofreu grandes perdas monetárias, pois a procura por viagens turísticas diminuiu drasticamente, mesmo sua empresa seguindo os protocolos de biossegurança recomendados. Percebendo que mesmo avisando sobre os protocolos de biossegurança muitos clientes ainda se mostravam desconfiados, seu sócio e ela tiveram a ideia de criar publicações, na página do *Facebook* de sua empresa, nas quais por meio de vídeos demonstravam os

procedimentos sanitários de limpeza de suas vans realizados antes de todas as suas viagens, tática essa que gerou bons resultados. Como conversamos é o típico ver para crer. Além disso, Maria apontou para o fato de que seus custos aumentaram muito, pois teve de reduzir a capacidade de ocupação dos transportes<sup>38</sup>, o que acabou ocasionando muitas vezes viagens sem lucro algum, mas que ainda eram realizadas pois, embora não gerassem lucros, faziam a “roda girar”, aumentando a circulação de clientes naquele momento e, quem sabe, fidelizando essas pessoas para momentos futuros.

Outra questão mencionada por Maria diz respeito à falta de apoio, por parte do Governo Federal, por meio de linhas de crédito para pequenas empresas do setor como a sua, que sofreu com muitos cancelamentos, tendo de arcar com devoluções monetárias para seus clientes. Maria cita, por exemplo, a FUNGETUR, uma linha de crédito do Ministério do Turismo específica para a área do turismo na qual os valores mínimos disponibilizados para capital de giro não eram inferiores a R\$ 150.000, 000, o que torna inviável para uma microempresa, como é seu caso, aderir a essa linha de crédito. Nos bancos privados a dificuldade permanece, pois havia a exigência de um imóvel como garantia para a aquisição de linhas de crédito. E mesmo os projetos menores dos órgãos governamentais têm sido direcionados para grandes empreendedores, ao passo que empresas de pequeno porte têm sido deixadas de lado, como ela expôs. Por fim, destaco, a assertiva de Maria em relação ao turismo pós-pandemia. A partir de suas experiências em outros momentos de crise, enfrentadas ao longo de suas mais de três décadas de atuação, ela acredita que o mercado turístico pós-pandemia ficará restrito à classe média alta.

Um ponto interessante levantado por Tereza e também destacado por Maria, é a crescente proliferação de pessoas sem formação específica atuando como guias turísticos de forma informal<sup>39</sup>. Minhas interlocutoras têm observado isso em várias regiões onde atuam e exemplificam da seguinte maneira: um morador local de determinada cidade passa a se apresentar enquanto guia turístico e a reunir grupos de pessoas levando-as para

---

<sup>38</sup> Como apontei na introdução dessa dissertação, o sistema de bandeiras – vigente durante minhas interlocuções com Maria – limitava a capacidade de pessoas que as empresas poderiam transportar, sempre de acordo com a cor da bandeira do destino turístico.

<sup>39</sup> Todo guia turístico deve estar cadastrado no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur) para que possa exercer a profissão de forma regular. Esse cadastro permite a emissão do Certificado Cadastur e do crachá de Guia de Turismo. Este último, deve estar sempre em posse do guia para possíveis fiscalizações.

conhecer pontos específicos da cidade. Todavia, como apontam, como essa pessoa não tem formação na área, o trabalho de guia passa a ser resumido a levar e trazer pessoas de determinados lugares, ou seja, resume-se a mera prestação de um serviço, quando na verdade vai muito além de circular com grupos turísticos entre localidades. Quando perguntadas sobre os fundamentos da profissão, as respostas variavam, mas me informavam que: a) há uma ética em jogo; b) guias devem conhecer a história da região; c) guias de verdade são só aquelas pessoas cadastradas nos órgãos governamentais; e, d) guias são pessoas que estudaram e obtiveram competências específicas para atuar na condução de pessoas. Tereza, por exemplo, afirma que um dos maiores problemas dos guias informais é sua frieza. Essa frieza diz respeito, justamente, a falta de formação dessas pessoas, pois sem uma formação específica não há como obter as competências necessárias a esse trabalho – embora ela nunca tenha descrito ou definido tais competências de forma precisa. Essa é também a posição sustentada por Maria quando ela afirmara que o turismo nos últimos anos tem se tornado mera “circulação de gente” e que um dos problemas enfrentados pelas empresas de turismo (como a sua empresa) tem sido a concorrência com empresas de transporte que têm tomado conta do mercado. Essas empresas, porém, não oferecem uma experiência turística “completa”, pois seus profissionais não têm formação na área turística. Aqui, é possível entrever que minhas interlocutoras não estão refletindo apenas sobre o trabalho dos guias, mas sobre o próprio conceito de turismo. Encarar o trabalho do guia como mera circulação, junto de grupos de pessoas de um lugar para o outro, é limitar sua prática. Desse modo, compreender o turismo dessa forma também seria problemático. E isso é interessante, pois como apontam Pereira & Fernandes (2018), a conceptualização do turismo é tema frequente nas ciências. Ao longo das décadas nas pesquisas científicas e, mais especificamente, na pesquisa antropológica há debates em torno da definição de turismo, sendo algumas vezes concebido como um fenômeno sociocultural, outras como busca pela alteridade, outras como uma forma de hospitalidade, outras como espaço de encontro entre locais e visitantes, mas, também, como mera circulação de pessoas. Em nossas conversas não discutimos qual conceito de turismo cada uma acha mais apropriado, mas me parece muito pertinente notar como reflexões sobre o mundo não se restringem à academia ou aos centros de pesquisa. Claro, nem todos os guias podem dar atenção a isso, mas essas duas profissionais dão e, além disso, constroem sua prática a partir dessas reflexões. Ademais, acho importante mencionar que percebi, durante minha etnografia no grupo TRS, alguns embates entre profissionais do turismo e “transportadores de turistas”.

Alguns profissionais do setor turístico se mostravam incomodados com membros que possuíam veículos (carros ou pequenas vans) e que ofereciam serviços particulares de transporte para turistas por meio de postagens no grupo. Esses embates, embora não fossem frequentes, geravam certo burburinho no TRS e discussões acaloradas entre os membros. Uma discussão em específico motivou um membro a criar um grupo específico para os “transportadores de turistas”, pois esse membro, como ele apontou, se sentiu profundamente ofendido com a postura de membros contrários à sua atuação, já que não estava cometendo nenhum crime, estava apenas oferecendo um serviço que beneficiaria ambos os públicos: turistas sem veículos próprios e pessoas com dificuldades financeiras que possuíam veículos próprios<sup>40</sup>.

O terceiro interlocutor que apresento é Guilherme e nossas conversas se desenrolaram, também, no período de novembro de 2020 a março de 2021. Guilherme é morador de Cambará do Sul, na Serra Gaúcha, onde atuou por sete anos como condutor local de ecoturismo. Atualmente, porém, é *maître* de um restaurante na cidade, atuando esporadicamente como condutor local na modalidade *freelancer*. Em nossas conversas, Guilherme conta que a cidade, que normalmente recebia em torno de 1.500 turistas nos finais de semana, chegando às vezes a 3.000 visitantes em feriados prolongados, viu-se quase completamente esvaziada durante os meses do primeiro semestre de 2020<sup>41</sup>. Ele comenta que a cidade teve que estabelecer protocolos de biossegurança, assim, pousadas, restaurantes e *campings* passaram a operar com os padrões sanitários e de lotação máxima elencados pelo “Modelo de Distanciamento Controlado”. Como exemplo do baixo fluxo de turistas, Guilherme comenta que no ano 2019, no qual estava trabalhando como condutor local fixo em apenas uma agência turística, era requisitado para guiar todas às quintas-feiras, sextas-feiras, sábados, domingos e segundas-feiras. Entretanto, no ano de 2020, no qual disponibilizou seu nome em quatro agências diferentes, até o mês de janeiro de 2021 não tinha guiado nenhum turista. Seus amigos que também atuam como condutores locais, também estavam sendo pouco requisitados. Ele mencionou que o mês

---

<sup>40</sup> O foco dessa dissertação não é discutir as múltiplas concepções que diferentes profissionais do setor turístico possam ter sobre o turismo, mas parece interessante refletir sobre as disputas e os embates entre aqueles classificados como guias “de verdade” e aqueles classificados como transportadores de pessoas. Uma questão relevante a se pensar é: a fronteira entre um “tipo” de sujeito e outro se dá, exclusivamente, pela formação técnica?

<sup>41</sup> Cambará do Sul é uma conhecida cidade eco turística do Rio Grande do Sul. Abrigando os Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral, duas Unidade de Conservação gerenciadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a cidade possui o maior conjunto de cânions da América Latina que podem ser visualizados através das várias trilhas abertas ao público.

de novembro costumava ser um ótimo mês para cidade de Cambará em relação ao turismo – devido a períodos mais quentes – mas que em 2020 isso foi diferente: mesmo com alguns ônibus turísticos chegando à cidade, esses ônibus que, normalmente, vinham lotados, acabavam chegando à cidade com apenas 10 ou 15 turistas. Assim como Tereza, Guilherme comenta que tem se tornado cada vez mais difícil trabalhar apenas como guia/condutor local e que muitos guias/amigos – assim como ele mesmo – estão cada vez mais buscando empregos estáveis.

A quarta interlocutora que apresento é Carmen e nossas conversas se desenrolaram no período de janeiro de 2021 a maio de 2021. Carmen é técnica em turismo e atua na área a cerca de 12 anos, principalmente no Rio Grande do Sul e em países do MERCOSUL. Assim como Tereza, é aposentada, mas sua aposentadoria não é suficiente para lhe proporcionar uma vida confortável. Desse modo, ela vem atuando como guia autônoma e, eventualmente, como guia para empresas do ramo. Além disso, no início de 2020 ela iniciou sua própria microempresa de viagens turísticas com foco na terceira idade – um dos principais grupos de risco para a COVID-19. Como ela mencionou, seu trabalho e conseqüentemente sua renda foram drasticamente afetados pela pandemia. Quando conversamos, ela estava sem organizar viagens ou guiar grupos desde março de 2020, tendo como fonte de renda sua aposentadoria e a ajuda de familiares:

Fomos muito prejudicados, principalmente os guias que são autônomos. Não têm vínculo empregatício. Não trabalham, não recebem. Muitos tiveram que procurar outras atividades para sobreviver. Alguns conseguiram auxílio emergencial, outros não. A insegurança é muito grande. O setor está caótico [...]. Existe uma incerteza muito grande pois não se sabe quando retornaremos. Não podemos fazer planejamento pois não temos datas, não temos certeza de adesão aos nossos pacotes. E as agências pequenas estão sofrendo mais pois não têm nenhum capital de giro para aguentar mais tempo. (DIÁRIO DE CAMPO, 2021).

Carmen apontou, também, que tem conversado com clientes antigos e amigos que demonstravam muita vontade de voltar a realizar viagens turísticas, mas que ainda não se sentiam seguros. Sua esperança (e a de seus clientes, majoritariamente idosos) era a vacinação da população brasileira em larga escala. Embora a vacinação no Brasil tenha iniciado em 17 de janeiro de 2021, Carmen comentou que estava achando muito lenta a vacinação da população, o que a deixava ainda mais tensa e insegura a respeito do futuro. Além dos problemas propriamente financeiros, a pandemia estava lhe causando problemas emocionais. Como ela mencionou em nossas conversas, sua atividade de guia de turismo é mais do que apenas sua fonte de renda, pois lhe proporciona a possibilidade

de expandir seus horizontes, conhecer novos lugares, novas culturas e novas pessoas. Faz falta ver e se comunicar com gente nova, ela apontou. Ademais, destaco que, assim como Maria, Carmen sublinhou a falta de suporte do poder público para com os profissionais e as pequenas empresas do setor. Além disso, como fez o registro definitivo de sua pequena empresa – via MEI – em abril de 2020 (um mês após o início da pandemia) ela não estava apta a solicitar qualquer ajuda para microempreendedores devido a entraves burocráticos como a exigência de faturamento anterior ao início da pandemia.

O quinto interlocutor que apresento é Jorge e nossas conversas se desenrolaram no período de maio de 2021 a junho de 2021. Jorge atua como guia há um ano e meio, tendo finalizado seu curso técnico de guia turístico dois meses antes da pandemia. Sendo assim, é o profissional com menos tempo de atuação com quem conversei. Assim como Tereza, Carmen e Guilherme, sua atuação como guia é um complemento de sua renda. Jorge comentou que todo ano de 2020 e o primeiro semestre de 2021 praticamente não realizou viagens turísticas, tendo feito pequenos guiamentos de forma esporádica. A partir de maio de 2021 foi quando Jorge percebeu um ligeiro aumento no número de pessoas dispostas a realizar viagens turísticas. Entretanto, as pessoas passaram a buscar lugares mais afastados das cidades e dos roteiros turísticos rotineiros como Cambará do Sul, Gramado e Canela. As pessoas solicitavam a Jorge que elaborasse roteiros mais próximos da “natureza”. Desse modo, como comentou, ele teve que modificar seus destinos usuais e pesquisar novos. Ele cita como passou a oferecer um roteiro na cidade de Santo Antônio da Patrulha, cuja ideia é visualizar a nascente do Rio do Sinos, como forma de atender essas pessoas. E esse roteiro tem sido um dos mais procurados dentre os que ele oferece.

Acho interessante esse apontamento de Jorge, pois me fez lembrar das discussões no TRS sobre natureza e minha argumentação a respeito da dicotomia pureza/perigo presente nessas discussões. Aqui, parece que visualizamos, novamente, esse paradigma, tendo em vista que os turistas que dialogavam com Jorge a respeito da realização de viagens preferiam realizá-las em lugares mais distantes das cidades e mais próximos da natureza. Fico pensando, até mesmo, se esse novo roteiro de Jorge fez tanto sucesso não apenas por ser na “natureza”, mas por ser próximo à água. Há um simbolismo na água: pureza, limpeza e purificação. Aqui, estou pensando com Douglas (1976) que aponta para o fato de que a água cumpre um papel revitalizante em muitas culturas. Do dilúvio bíblico aos rituais corporais das mulheres Lele, a água tem papel central na purificação (seja do mundo ou do corpo) e na renovação. Ademais, no caso específico do roteiro de Jorge, a

água em questão é corrente, capaz de levar as impurezas para longe. E, além disso, trata-se de uma nascente de rio, ou seja, o início de tudo e o ponto mais limpo desse tipo de curso de água. Nesse sentido, aproximar-se da natureza e dessa fonte de água corrente parece representar uma das formas mais seguras de se afastar da poluição cotidiana, ainda que momentaneamente.

Em relação à atuação do poder público, Jorge – assim como Maria e Carmen – destacou a falta de suporte aos profissionais do setor. Ele demarcou que muitos colegas vinham, desde o início da pandemia, amargando prejuízos financeiros – sua situação não era tão complicada, pois sua atuação como guia era um complemento a sua renda, mas mesmo assim fazia falta. Assim como Carmen, ele se referiu ao auxílio emergencial oriundo do Governo Federal. Ele não buscou esse auxílio, mas colegas e amigos de profissão buscaram, porém, a imensa maioria não obteve sucesso. Como ele destacou, foram raros os casos de guias turísticos que ele conhecia que tinham sido contemplados com esse recurso financeiro. Todos que não conseguiram estavam vivendo de economias do passado ou da renda que obtinham através de trabalhos informais em outras áreas.

#### **4.2 Reflexões sobre precarização, flexibilidade e políticas públicas**

Como foi possível observar, a partir dos relatos acima, quatro das cinco pessoas com quem dialoguei não tem o turismo como única fonte de renda. Duas interlocutoras são aposentadas e dois interlocutores possuem outros trabalhos – todos atuando como guias turísticos como forma de complementação financeira. Como apontei no capítulo dois, uma das pessoas com quem conversei brevemente sugeriu (de uma forma um tanto quanto intensa) que eu abandonasse a ideia de dialogar com guias turísticos e me focasse exclusivamente em dialogar com empreendedores do setor. Um de seus argumentos para que eu realizasse essa mudança estava no fato de que muitos guias são pessoas aposentadas, ou seja, não dependem financeiramente exclusivamente dos guiamentos que realizam. Como apontei em uma nota de rodapé, eu analiso esse fato não como algo positivo, mas como um indício de precarização da vida. Aqui, quero esmiuçar melhor esse argumento.

Ao longo da pandemia, os noticiários nos informaram sobre as altas taxas de mortes ocasionadas pela COVID-19, mas, também, sobre o aumento do desemprego, o

aumento da insegurança alimentar, o aumento do trabalho infantil e, claro, o aumento da fome no país. Isso, contudo, não é novidade, seja no Brasil ou em outros países ao redor do globo; não foi a pandemia que ocasionou isso, ela intensificou esses processos, sem sombra de dúvida, mas eles não são algo novo. Como apontou Segata (2020a), a Covid-19 tem de ser encarada como um sintoma do capitalismo. Estudiosos vêm apontando para o fato de que desde meados da década de 1980 nós viemos experimentando processos de precarização cada vez mais intensos e que esses processos estão entrelaçados à neoliberalização da vida (DARDOT & LAVAL, 2016; BROWN, 2015, 2018, 2019; SENNET, 2021). Ancorado nessa literatura, quero argumentar, portanto, que nosso contexto social acaba por impelir as pessoas a atuarem em diferentes frentes na busca de melhores condições de vida. Duas interlocutoras têm mais de 60 anos e como apontam em seus relatos, embora sejam aposentadas, sua aposentadoria não lhes fornece o necessário, ambas necessitam complementar sua renda com trabalhos de guiamento. Outros dois interlocutores também parecem apresentar a mesma necessidade, pois embora possuam trabalhos formais, complementam suas rendas através de seus trabalhos como guias. Não quero aqui pressupor nada sobre a vida das pessoas com quem conversei, mas seus relatos me fornecem uma base para minha argumentação. Nesse sentido, argumento que a maior incidência de pessoas atuando no setor turístico de forma informal também é um desdobramento da precarização que vivemos. Como apontaram minhas interlocutoras, elas têm visto cada vez mais pessoas sem formação atuando como guias. Os maiores exemplos são os moradores locais que começam a se apresentar como guias e a conduzir turistas por sua cidade. Isso, segundo minhas interlocutoras, é prejudicial, pois essas pessoas não apresentam as competências necessárias, tendo em vista a falta de formação específica. Minhas interlocutoras não indicaram com precisão o período específico de tempo no qual passaram a perceber esse volume maior de pessoas atuando de forma informal no setor, apenas períodos temporais genéricos como “nos últimos anos” e “nos últimos tempos”. Porém, se observarmos os últimos sete anos (2016-2022) podemos visualizar uma elevação acentuada na precarização e na diminuição da qualidade de vida. Os últimos seis anos apresentaram as maiores taxas de desemprego da série histórica (2012 – 2022), conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>42</sup>. De janeiro de 2016 a abril de 2022, as taxas ficaram sempre na casa dos dois

---

<sup>42</sup> Os dados da taxa histórica (2021-2022) podem ser conferidos em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios->

dígitos. O ápice fora da pandemia ocorreu no trimestre de janeiro a março de 2017, com uma taxa de desemprego de 13,9% e o ápice durante a pandemia ocorrendo no trimestre de julho a setembro de 2020 e no trimestre de janeiro a março de 2021, ambos com uma taxa de desemprego de 14,9%. Ainda sobre o mercado de trabalho, é importante mencionar, também, as altas taxas de informalidade no Brasil. Tomando como base os últimos cinco anos, temos 2016 com uma taxa de 38,8%, 2017 com uma taxa de 40,5%, 2018 com uma taxa de 41,2%, 2019 com uma taxa de 41,4 e 2020<sup>43</sup> com uma taxa de 38,8%, sendo as pessoas pretas ou pardas as mais inseridas na informalidade, conforme dados da “Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2021” (IBGE, 2021b). E, claro, não podemos esquecer da alta quantidade de solicitações do Auxílio Emergencial como mais um indicativo da precarização vivenciada pela sociedade brasileira. Conforme dados do Ministério da Cidadania, mais de 68 milhões de brasileiros receberam o Auxílio Emergencial no ano de 2020; isso corresponde a cerca de 1/3 da população brasileira<sup>44</sup>.

Quero chamar atenção, então, para o fato de que o maior contingente de pessoas atuando de forma informal no setor não deve ser encarado enquanto um problema individual, ou seja, de pessoas que simplesmente ignoram as legislações ou os profissionais do setor. Antes, é necessário olharmos para o contexto. Há motivações que levam moradores locais e pessoas aposentadas a tentarem a sorte no turismo e eu não quero ser repetitivo, mas minha hipótese é a de que essas motivações, muitas vezes, se relacionam com a precarização. Sendo assim, pessoas sem trabalho formal (desempregados) e pessoas cuja renda não lhes fornece mais o necessário (aposentados e/ou pessoas em trabalhos precarizados) buscam alternativas trabalhistas e uma delas parece ser guia de turismo; para alguns de forma formal, como para Tereza que é aposentada e guia formada, para outros de forma informal, como para os moradores locais de cidades turísticas que minhas interlocutoras mencionaram.

---

[continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=desemprego](#). Acesso em: 15 de jul. de 2022.

<sup>43</sup> Conforme o IBGE, essa diminuição na taxa de informalidade está diretamente relacionada às medidas de restrição de circulação de pessoas implementadas por estados e municípios.

<sup>44</sup> Os dados podem ser conferidos em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/covid-19/transparencia-e-governanca/auxilio-emergencial-1/auxilio-emergencial-2021>. Acesso em: 15 de jul. de 2022.

Somando-se ao cenário da precarização vivida, é importante também observar os discursos que circulam na sociedade, como os da mídia e os do Estado. Esses dois agentes não ignoram esse cenário, pois mobilizam uma ideia de precarização, porém simplificada, sem os pormenores necessários como por exemplo suas origens. Por outro lado, sempre apresentam sugestões de ações para superação das adversidades enfrentadas pelas pessoas. Essas ações quase sempre podem ser sintetizadas a partir de duas ideias gerais: a) empreendedorismo; e, b) flexibilidade. Desse modo, muitos dos discursos propagados pela mídia e pelo Estado apresentam como resposta à precariedade o empreendedorismo e a flexibilidade. O foco, sendo assim, está no indivíduo e em sua força de vontade para superar as “adversidades” da vida. O conceito de “novo normal”, no qual as pessoas devem demonstrar adaptabilidade, campanhas midiáticas orientando as pessoas a “ativar o empreendedorismo” durante a pandemia ou, então, as frases proferidas pelo Presidente Jair Bolsonaro como “Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas. Temos que enfrentar de peito aberto, lutar”<sup>45</sup> ou “Chega de frescura e mimimi. Vão ficar chorando até quando”<sup>46</sup> são alguns exemplos de fácil reconhecimento. É uma solução quase mágica: para contornar/superar sua precariedade, enfrente a situação, empreenda e seja flexível. Dito de outro modo: por você só há você mesmo, não espere ajuda de ninguém, muito menos do Estado; para não perecer, faça por merecer. Isso só é possível, pois, como já aponte, a racionalidade neoliberal vigente se estrutura a partir de uma lógica individualista, de esfacelamento do social, da coletividade e dos compromissos do Estado com os cidadãos. Ademais, como bem nos lembra Richard Sennett (2021), a flexibilidade é uma das bases do capitalismo contemporâneo. A flexibilidade e o empreendedorismo, sendo assim, entram aqui como dois (de muitos outros) tentáculos do neoliberalismo.

Ainda sobre a flexibilidade, quero pensar em como ela se relaciona com a ideia de que os guias informais são frios, como elencou Tereza. Como aponta Sennett (2021), o ideário da flexibilidade – central para o paradigma capitalista – impacta, além da vida prática e individual dos sujeitos, as relações que estabelecemos uns com os outros. Aqui, quero me atentar para suas reflexões sobre flexibilidade e caráter. Como discute o autor,

---

<sup>45</sup> A frase pode ser conferida em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

<sup>46</sup> A frase pode ser conferida em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2021/03/chega-de-frescura-e-mimimi-vao-ficar-chorando-ate-quando-diz-bolsonaro-apos-recorde-de-mortes-por-covid-19-cklv6cpx7000j01gcq0fmy1bp.html>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

a flexibilidade corrói o caráter dos sujeitos. O conceito de caráter com o qual opera o autor, entretanto, difere-se do senso comum, isto é, o caráter não pode ser resumido à honestidade, ou seja, uma pessoa de caráter é uma pessoa honesta. Caráter, como argumenta Sennett (2021, p. 10), diz respeito ao “valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros”. Nesse sentido, como ele argumenta, o caráter é corroído pela flexibilidade pois ela modifica a dimensão temporal da existência humana. No capitalismo flexível, termo de Sennett (2021), o longo prazo é substituído pelo curto prazo, ou seja, o tempo não é mais interpretado/vivido da mesma maneira, pois os planos, as metas, os desejos e as relações entre sujeitos, antes construídos ao longo de nossas vidas e/ou de forma gradual, são interpelados pelo tempo frenético e impaciente do capitalismo flexível. A ideologia da flexibilidade, portanto, não diz respeito apenas a uma mudança ao nível do sujeito e sua relação consigo mesmo, muito menos se trata unicamente de se tornar uma pessoa mais adaptável aos novos contextos, antes ela modifica as relações entre as pessoas, e as relações das pessoas com seu trabalho. Como sustenta Sennett (2021, p. 27)

Como se podem buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência com a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego [...]. O capitalismo de curto prazo corrói [...] sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável.

Desse modo, ao me voltar para a afirmação de Tereza de que os guias informais são frios, se em um primeiro momento interpretei-a como uma assertiva moral, à luz das discussões de Sennett (2021) isso mudou. O senso comum nos informa que uma pessoa fria é aquela sem sentimentos, calculista, rude e cruel. Entretanto, o que Tereza nomeou como frieza parece estar mais relacionada à falta de vínculos entre os guias informais e os turistas. Trata-se, portanto, do tratamento que as pessoas recebem desses guias, não de possíveis traços de sua personalidade. E digo isso, pois, ao longo dos diálogos com Tereza pude perceber que quando ela utilizava a ideia de frieza estava se referindo a duas coisas: ao distanciamento dos guias em relação aos turistas e à falta de emoção dos guias em relação ao trabalho de guiamento. Não me parece, entretanto, que descobrir quais são os principais problemas dos guias informais e, então, defini-los como distanciamento e falta de emoção encerra a discussão. A questão central para mim está na informalidade enquanto condição de vida, ou seja, é necessário refletir sobre as condições de trabalho

dessas pessoas. Com isso em mente, as elucubrações de Sennett (2021) sobre a flexibilidade e a corrosão do caráter passaram a fazer muito sentido para mim. Como é possível estabelecer um vínculo com um trabalho se ele pode ser apenas momentâneo e, além disso, ele foi escolhido apenas por necessidade? Como é possível estabelecer vínculos com as pessoas em um ambiente de precarização trabalhista? Logo, a falta de formação dos guias informais, apontada por minhas interlocutoras, não dá conta de explicar a dificuldade de estabelecimento de vínculos entre os guias e os turistas, ou nas palavras de Tereza, da frieza dos guias informais. De novo, atentar para o contexto é fundamental.

Ademais, é interessante pensar, também, como a própria falta de formação pode ser interpretada como resultado do ideário da flexibilidade sobre os sujeitos. Digo isso, pois a flexibilidade é contrária à estabilidade – não são novidade os discursos que ligam estabilidade a preguiça e às pessoas “encostadas” e sem propósitos de vida. Porém, sem um mínimo de estabilidade não é possível pensar em uma formação de qualidade. Ou seja, se as pessoas devem estar sempre prontas a assumir novos desafios, como o farão se lhes faltam as competências para tal? E essas competências lhes são ausentes pois não há tempo hábil para adquiri-las. Assim, antes de pensar que os guias informais não têm interesse em realizar os cursos necessários para se formalizarem, tendo a pensar sobre como o tempo frenético do capitalismo flexível os impede. O tempo dessas pessoas é organizado e estruturado para o trabalho, vive-se para trabalhar e trabalha-se para viver. Desse modo, o que lhes resta é a corrosão de seu caráter, por meio do exercício de trabalhos cada vez mais precários.

Aqui uma ponderação é necessária: no limite, nunca saberei se os guias informais são mesmo frios e os guias formais não, isto é, que o problema em estabelecer vínculos está apenas de um lado, pois conversei com guias formalizados. Entretanto, como o capitalismo flexível não faz distinção entre formalizados e não formalizados, não é difícil vislumbrar como o problema de estabelecer vínculos não se restringe a apenas um grupo. Como argumentei acima, a precarização tem se estabelecido de forma generalizada na sociedade brasileira. Além disso, como aponta Sennett ao longo de todo seu livro, a corrosão do caráter diz respeito a um processo geral visualizado no mundo do trabalho como um todo, não se restringindo a profissões específicas.

Como exposto acima, o foco, muitas vezes, passou por delegar aos indivíduos a superação das desigualdades exacerbadas pela pandemia do novo coronavírus. Entretanto, em situações como a vivenciada por todos nós, as políticas públicas têm papel preponderante na mitigação de seus efeitos sobre a população. Como aponta Elenaldo Celso Teixeira (2002, p.02)

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

Aqui, temos uma definição bastante sintética a respeito do conceito de políticas públicas, porém, essa definição demarca como é importante prestar atenção, também, para as “não-ações” e as “omissões”, pois elas também são decisões políticas. Esse ponto é imprescindível, pois como já apontei, não foram raras as não-ações/omissões do Poder Executivo em relação à pandemia de COVID-19. Deboches, ironias, piadas, xingamentos e mentiras fizeram parte do repertório do Chefe do Poder Executivo inúmeras vezes quando ele se referia ao contexto pandêmico, às vacinações ou às medidas de biossegurança e, portanto, não vou me alongar novamente nessas questões. Quero focar agora em apresentar algumas políticas públicas empreendidas pelo poder público federal em relação ao turismo e tecer algumas considerações a seu respeito tomando como base meu campo etnográfico e minhas interlocuções com profissionais do setor. Para tanto, vou utilizar uma versão adaptada da sistematização de Mariana Cristina da Cunha Souza (2021) sobre as políticas públicas voltadas para o turismo<sup>47</sup>.

---

<sup>47</sup> A sistematização que utilizo nesse trabalho é uma versão reduzida da apresentada em Souza (2021). Optei por uma versão reduzida que foca nas políticas que incidem diretamente sobre o setor turístico. Na versão completa, são apresentadas também políticas que incidem indiretamente e que de um modo ou de outro tangenciam o setor de turismo.

## Políticas Públicas

**PORTARIA Nº 15.** Esfera política: Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Contexto: 27/03/2020. Abrangência: Segmentada/fragmentada – Empresas.

Conteúdo: Determina o cadastro de empresas na plataforma Consumidor.gov.br para viabilizar a mediação via internet, pela Secretaria Nacional do Consumidor, dos conflitos de consumo notificados eletronicamente. A portaria foi editada em decorrência da pandemia da COVID-19 e com foco na prevenção do agravamento dos conflitos de consumo que eventualmente não possam ser superados adequadamente em razão da necessidade da imposição do isolamento social. Em parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Ministério do Turismo (MTur) solicitou a adesão dos segmentos turísticos na Plataforma.

Crítérios para efetivação: Devem obrigatoriamente se cadastrar no Consumidor.gov.br, empresas que necessariamente atuem em algum desses grupos: I - empresas com atuação nacional ou regional em setores que envolvam serviços públicos e atividades essenciais; II - plataformas digitais de atendimento pela internet dedicadas ao transporte individual ou coletivo de passageiros ou à entrega de alimentos, ou, ainda, à promoção, oferta ou venda de produtos próprios ou de terceiros ao consumidor final; III - agentes econômicos listados entre as duzentas empresas mais reclamadas no Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública (Sindec), no ano de 2019.

Categorias: Estrutural; conjuntural/emergencial; regulatória.

**LEI Nº 13.982** (REGULAMENTADA PELO DECRETO 10.316, de 07/04/2020). Esfera política: Presidência da República e Ministério da Cidadania.

Contexto: 02/04/2020. Abrangência: Segmentada/fragmentada - Microempreendedores individuais (MEI); contribuinte individual da Previdência Social; trabalhador informal.

Conteúdo: Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao benefício de prestação continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020.

Crítérios para efetivação: Tem direito ao benefício o cidadão maior de 18 anos, ou mãe com menos de 18, que atenda a todos os seguintes requisitos: pertença à família cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo (R\$ 522,50), ou cuja renda familiar total seja de até 3 (três) salários mínimos (R\$ 3.135,00); e que não esteja recebendo benefício previdenciário ou assistencial, seguro-desemprego ou outro programa de transferência de renda federal, exceto o Bolsa Família; que não tenha recebido em 2018 rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 (vinte e oito mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos). Esteja desempregado ou exerça atividade na condição de: MEI; contribuinte individual da Previdência Social; trabalhador informal, de qualquer natureza, inclusive o intermitente inativo.

Categorias: Estrutural; conjuntural/emergencial; regulatória; distributiva.

**CAMPANHA “NÃO CANCELE, REMARQUE”**. Esfera política: MTur

Contexto: 07/04/2020. Abrangência: Segmentada/fragmentada - Turistas.

Conteúdo: Orienta sobre a importância de adiar e não cancelar as viagens, pacotes e eventos culturais contratados, reforçando a manutenção de negócios e postos de trabalho no setor turístico.

Critérios para efetivação: O MTur elaborou um manual com informações sobre as medidas adotadas pelo governo para conter a pandemia, além de recomendações gerais de prevenção. O ministério também divulgou um material publicitário em formato de *cards*, vídeos e/ou animações, que pode ser baixado gratuitamente e postado em sites e redes sociais digitais.

Categorias: Conjuntural/emergencial; regulatória.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 948** (Convertida na **LEI 14.046, de 24 de agosto de 2020**). Esfera política: Presidência da República.

Contexto: 08/04/2020. Abrangência: Segmentada/fragmentada – Prestador de serviços ou sociedade empresária.

Conteúdo: Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Critérios para efetivação: Em seu Art. 2º estabelece: Na hipótese de cancelamento de serviços, de reservas e de eventos, incluídos shows e espetáculos, o prestador de serviços ou a sociedade empresária não serão obrigados a reembolsar os valores pagos pelo consumidor, desde que assegurem: I - a remarcação dos serviços, das reservas e dos eventos cancelados; II - a disponibilização de crédito para uso ou abatimento na compra de outros serviços, reservas e eventos, disponíveis nas respectivas empresas; ou III - outro acordo a ser formalizado com o consumidor. Estabelece que as relações de consumo regidas pela MP caracterizam hipóteses de caso fortuito ou força maior e não ensejam danos morais, aplicação de multa ou outras penalidades, nos termos do disposto no Art. 56º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Categorias: Estrutural; conjuntural/emergencial; regulatória.

**CAMPANHA “O BRASIL ESPERA POR VOCÊ”**. Esfera política: Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur).

Contexto: 08/04/2020. Abrangência: Segmentada/fragmentada – Turistas estrangeiros.

Conteúdo: A Campanha tem como finalidade promover e apoiar a comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional.

Critérios para efetivação: No site do MTur foi criado um espaço para a divulgação de vídeos promocionais elaborados por destinos turísticos nacionais, reforçando mensagens como: “nos vemos em breve”, “esperamos por vocês” e a “pandemia vai passar, o turismo, não”.

Categorias: Conjuntural/emergencial; regulatória.

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 963.** Esfera política: Presidência da República.

Contexto: 07/05/2020. Abrangência: Segmentada/fragmentada – Empresários do setor turístico.

Conteúdo: Visa assegurar os empregos dos trabalhadores que compõem as empresas beneficiadas com os financiamentos que tratam esta MP.

Critérios para efetivação: Abre crédito extraordinário, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para suplementar recursos no âmbito do Fundo Nacional do Turismo (FUNGETUR) para ser aplicado no financiamento da infraestrutura turística nacional.

Categorias: Conjuntural/emergencial; distributiva.

**PORTARIA Nº 232.** Esfera política: MTur.

Contexto: 14/05/2020. Abrangência: Segmentada/fragmentada - Sociedades empresárias, preferencialmente micros, médias e pequenas empresas; empresários individuais e Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada (EIRELI), legalmente constituídas e estabelecidas no setor turístico.

Conteúdo: Aprova as normas gerais e critérios de aplicação dos recursos do FUNGETUR em operações de financiamento.

Critérios para efetivação: Consta no Art. 7º: As operações de financiamentos, tratadas nesta Portaria, deverão ser efetuadas por intermédio de agentes financeiros credenciados ao Fungetur, mediante celebração de contrato administrativo com o MTur.

Categorias: Conjuntural/emergencial; distributiva.

**SELO “TURISMO RESPONSÁVEL, LIMPO E SEGURO”.** Esfera política: MTur.

Contexto: 04/06/2020. Abrangência: Segmentada/fragmentada - Empreendimentos do setor turístico.

Conteúdo: Programa que estabelece boas práticas de higienização para 15 segmentos do setor turístico. A iniciativa integra o Plano de Retomada do Turismo Brasileiro, que busca minimizar os impactos da pandemia e preparar o setor para um retorno gradual das atividades.

Critérios para efetivação: Emissão de selos que atestam a segurança daquele estabelecimento no que se refere a prevenção da COVID-19. O empreendimento solicita a certificação, mediante a adoção de protocolos sanitários básicos e específicos. Os interessados devem acessar o site da iniciativa, ler as orientações previstas no protocolo destinado ao segmento em que atua e estar com situação regular no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR). Em caso positivo, ele adere à autodeclaração que atende aos pré-requisitos determinados e é encaminhado para uma área do site onde pode realizar o download do selo para impressão. O selo, que é totalmente gratuito, deverá ser colado em local de fácil acesso ao cliente e conterá um QR Code pelo qual o turista poderá consultar as medidas adotadas por aquele empreendimento e/ou profissional. Além disso, possibilitará a realização de denúncias em caso de descumprimento, o que poderá resultar em revogação do selo.

Categorias: Estrutural; conjuntural/emergencial; regulatória.

No quadro acima são apresentadas oito políticas públicas que incidem diretamente sobre o turismo, sendo duas portarias, duas leis federais, uma medida provisória e três campanhas de conscientização. Todas foram ações realizadas por parte do Governo Federal e se inserem dentro da proposta Retomada do Turismo, uma aliança nacional que reúne poder público, iniciativa privada, terceiro setor e Sistema S, coordenada pelo Ministério do Turismo, cujo propósito é mitigar os efeitos negativos causados no setor em virtude da pandemia da Covid-19. Como exposto no endereço eletrônico da Retomada<sup>48</sup>, ela está organizada tomando quatro eixos como princípios: a) implantação de protocolos de biossegurança; b) promoção e incentivo a viagens; c) preservação de empresas e de empregos no setor de turismo; e, d) melhoria da infraestrutura e da qualificação dos destinos turísticos. A partir disso, é possível encaixar as políticas supracitadas em um ou outro eixo. A Medida Provisória N° 963 e a Portaria N° 232, por exemplo, podem ser encaixadas no eixo “preservação de empresas e de empregos no setor de turismo”. As campanhas “Não cancele, remarque” e “O Brasil espera por você”, podem ser encaixadas no eixo “promoção e incentivo de viagens”. Assim, podemos observar como os princípios elencados pela Retomada foram transformados em matéria, havendo, portanto, ações efetivas por parte do Estado. Entretanto, é fundamental olhar a realidade para além da criação da lei/portaria/campanha/medida provisória.

A esse respeito, vamos analisar o selo “Turismo Responsável, Limpo e Seguro” mais de perto. O selo pode ser entendido como uma peça chave no plano de retomada do turismo do Governo Federal. Isso porque ele coaduna precisamente três dos quatro eixos supracitados já que prevê a “implantação de protocolos de biossegurança” por parte dos segmentos do setor turístico, o que levaria a “promoção e incentivo de viagens” e, conseqüentemente, auxiliaria na “preservação de empresas e de empregos no setor de turismo”. Tendo isso em vista, podemos concluir que a proposta da campanha é muito interessante. Entretanto, precisamos analisá-la com cautela. Como exposto, ela foi lançada em junho de 2020, momento no qual o Brasil enfrentava forte recrudescimento da pandemia. Em maio de 2020, ou seja, no mês anterior ao seu lançamento, o Brasil registrou o maior número de óbitos da história do país, sendo a principal causa a Covid-

---

<sup>48</sup> O endereço eletrônico da Retomada do Turismo é <https://retomada.turismo.gov.br/>. Acesso em: 14 de jun. de 2022.

19<sup>49</sup>. Já o mês de junho, registrou a maior média móvel diária de óbitos já registrada no país, também em decorrência da Covid-19<sup>50</sup>. Quais foram os parâmetros analisados pelo MTur e pelo Governo Federal de modo geral para a divulgação de uma campanha de incentivo a viagens em um momento de agravamento da pandemia? Como elaborar uma política pública que não esteja atenta ao contexto geral do país? Uma possível resposta para essas perguntas está no fato de que as políticas públicas se relacionam com a cultura política vigente. Como aponta Teixeira (2002, p.02, grifos do autor)

Elaborar uma política pública significa definir *quem* decide o *quê*, *quando*, com que *consequências* e *para quem*. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente.

A cultura política, por parte do Governo Federal e de seus Ministérios – com algumas exceções – foi a do negacionismo. Como já elenquei mais de uma vez, por meio de pronunciamentos de Jair Bolsonaro expostos ao longo desse texto, assim como por meio da pesquisa de Kalil *et. al* (2021), o Presidente da República tem empreendido ações mais do que questionáveis em relação à pandemia. Isso fica evidente porque

Desde o início da pandemia, ele [Jair Bolsonaro] atua com força contra as medidas de proteção sanitária [...]. Ele não protagoniza ações federais que realmente se caracterizem como uma campanha – com políticas e ações – de contenção à pandemia. Enfim, o governo de Jair Bolsonaro atua em favor do desastre [...]. (SEGATA, 2021).

Ainda sobre o negacionismo, ou seja, a cultura vigente em relação à pandemia, isso também fica evidente nos posicionamentos de Gilson Machado Neto, ex-ministro do turismo brasileiro. Em julho de 2021, o ex-ministro participou do G20 da Cultura, em Roma e concedeu uma entrevista à Rádio França Internacional – Brasil (RFI – Brasil)<sup>51</sup>. Nessa ocasião, ele forneceu alguns dados sobre a Amazônia, o percentual de preservação do Brasil e sobre o setor turístico brasileiro. Em relação à Amazônia, ele destacou que “[...] 86% do território da Amazônia está igual quando Jesus Cristo veio à Terra, 86%”. E que o Brasil como um todo “é o país do G20 mais preservado. É o que tem o percentual do seu território igual a quando Jesus Cristo veio à Terra. Para quem não sabe, o Brasil

---

<sup>49</sup> Informações sobre esse fato podem ser encontradas em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/06/25/com-covid-19-maio-se-torna-o-mes-com-mais-mortes-na-historia-do-brasil.htm>. Acesso em 14 de jun. de 2022.

<sup>50</sup> Informações sobre esse fato podem ser encontradas em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/07/19/mortes-dias-covid-19.htm>. Acesso em 14 de jun. de 2022.

<sup>51</sup> A entrevista pode ser conferida em: <https://www.rfi.fr/br/podcasts/rfi-convida/20210730-brasil-tem-66-do-seu-territ%C3%B3rio-igual-a-quando-jesus-cristo-veio-%C3%A0-terra-diz-ministro-do-turismo>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

tem 66% do seu território igual a quando Jesus Cristo veio à Terra”. As queimadas na Amazônia também foram mencionadas e sobre elas ele afirma que “os dados satelitais não mostram que houve um aumento de queimadas este ano e nem no ano passado. Pelo contrário, houve redução”. O ex-ministro, entretanto, não apresentou nenhuma fonte que corroborasse esses dados.

As fontes oficiais e checáveis, por outro lado, apresentam dados que contradizem as afirmações de Gilson Machado Neto. Conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o desmatamento na Amazônia Legal vem crescendo nos últimos anos. Dados de 2021 do Instituto evidenciam que a estimativa da taxa de desmatamento foi de 13.235 km<sup>2</sup> de corte raso no período de 01 agosto de 2020 a 31 julho de 2021, um recorde para o país. E esse valor, segundo o INPE, representa um aumento de 21,97% em relação à taxa de desmatamento apurada no ano anterior<sup>52</sup>. Dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), em parceria com o *Woodwell Climate Research Center*, lançados em junho de 2021, demonstram que mais de 10 mil quilômetros quadrados foram derrubados em 2019 – a taxa mais alta em uma década – e que o mesmo ocorreu em 2020. Além disso, os dados mostram que uma área de 5 mil quilômetros quadrados desmatados na Amazônia estava sob risco de queimada na temporada do fogo de 2021 – cuja fase mais crítica se inicia em julho e se estende por cerca de quatro meses. O levantamento esclarece, ainda, que o fogo na Amazônia não é um fenômeno natural, mas sim provocado, principalmente, pelo desmatamento da floresta – e piorado pelas mudanças climáticas<sup>53</sup>. Dados do INPE também afirmam elevação nas taxas de queimadas. Dados de junho de 2021 detectaram 2305 focos de queimadas na Amazônia, sendo, naquele momento, o maior registro desde 2007<sup>54</sup>. Vale sublinhar que o mapeamento e a estimativa de desmatamento e queimadas são feitos com base em imagens de satélite, de acordo com o IPAM e o INPE. A pergunta que fica, portanto, é quais imagens de satélite o ex-ministro estava utilizando como base para suas afirmações, já que as imagens oficiais demonstram o extremo oposto do que ele afirmava?

---

<sup>52</sup> Os dados podem ser conferidos em: <https://www.gov.br/inpe/pt-br/assuntos/ultimas-noticias/divulgacao-de-dados-prodes.pdf>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

<sup>53</sup> Os dados podem ser conferidos em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2021/06/2021-Amazon-Fire-Outlook-early-pt.pdf>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

<sup>54</sup> Os dados podem ser conferidos em: [https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas\\_estados/](https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_estados/). Acesso em: 25 de jun. de 2022

Como nos lembra Isabelle Stengers (2002), a ciência moderna tem como referência a figura de Galileu e de seu plano inclinado que instituem uma nova forma de verdade, dessa vez calcada na experiência e na prova como artefatos indispensáveis à produção das ciências. Assim, para ciência ocidental moderna, não basta somente uma construção retórica do conhecimento, é necessária uma prova científica validada pelo experimento. Essa ideia de prova é tão forte que ela não fica restrita ao campo científico, mas difunde-se, também, pelo senso comum – claro que de uma maneira diferente, mas permanece presente. O que parece estar acontecendo aqui, então, é que o ex-ministro também se utiliza das imagens de satélite, ou seja, das provas experimentais, porém, retoricamente. Essas imagens que mostram uma diminuição nas queimadas não existem, mas elas sequer precisam existir, isso não é o foco, o foco está em utilizar-se da ideia de prova empírica. O foco é criar uma narrativa, abrindo caminho para dúvidas, criando uma espécie de polarização entre as informações. Vimos muito disso durante a pandemia em relação aos medicamentos, medidas sanitárias de biossegurança e vacinas. Vários “dados” sobre a eficácia do kit COVID, por exemplo, eram lançados nas mídias (*WhatsApp, Telegram, Facebook* e *lives* presidenciais) – mesmo que a comprovação existente, por meio dos testes, fosse a de que o kit COVID não funcionava (e permanece não funcionando, claro). Mesmo quando confrontados com os dados que atestavam a ineficácia do kit COVID ainda era possível questioná-los, por exemplo, por meio da narrativa de que todos esses dados eram manipulados pela indústria farmacêutica *mainstream* e que, portanto, a verdade emanava dos “dados” que atestavam sua eficácia, dados esses que sequer existiam, mas que traziam consigo a ideia de prova experimental, mesmo que apenas de forma retórica. A prova em si, portanto, não precisava existir, era necessário apenas mobilizar a nomenclatura prova. No caso da afirmação do ex-ministro acontece a mesma coisa, ele não possui nenhum dado comprobatório, mas isso não é preciso, a tarefa se cumpre quando ele apresenta uma outra narrativa e aciona a ideia de prova, nesse caso advinda das “imagens satelitais”. A disputa não é científica, é puramente retórica.

Ademais, é digno de nota como seu parâmetro de referência sobre a história das coisas, nesse caso da vegetação do território brasileiro, é a vinda de Jesus à Terra. O que podemos entrever é um apelo a uma moralidade religiosa que remete a uma ideia de sagrado, esta, por sua vez, alia-se, claro, a perspectiva geral do Governo Federal, perspectiva esta manifestada no slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

Associado a isso, há a construção narrativa de um Brasil idílico cujas matas e biomas estão quase completamente intocados. E tudo que for dito ou escrito que contrarie isso é uma afronta ao país. Nessa entrevista, por exemplo, Gilson Machado Neto teceu críticas à Emmanuel Macron, presidente da França, por um *tweet* compartilhado pelo presidente em sua conta no *Twitter*. Nesse *post*, de agosto de 2019, Macron fazia referência às queimadas na Amazônia e convocava a cúpula do G7 a discuti-las. Esse *tweet* foi o atilho para que, conforme a reportagem da RFI, o ex-ministro se aproximasse da câmera que o filmava e afirmasse, intercalando inglês e português, o seguinte:

Vou mostrar aqui para o pessoal da França ver. *French people you can see that, ok? What your president did with my country.* Com isso perdemos bilhões de dólares no turismo, nos cancelamentos de reserva, isso sim é um absurdo. Isso não vai ficar de graça. Isso não pode ficar de graça. Porque isso é uma *fake news*. Depois disso, Madonna, Leonardo DiCaprio, Cristiano Ronaldo, o mundo criou a crise da Amazônia no Brasil.

O que está sendo posto aqui é que as queimadas na Amazônia não existem, ou seja, não há nada com o que se preocupar. As falas a esse respeito são inverdades, portanto. É interessante perceber como o ex-ministro lança mão da ideia de inimigo externo que tenta desestabilizar a imagem do país que, nesse caso, corresponde ao presidente Macron, ao ator Leonardo DiCaprio, a cantora Madonna e ao jogador Cristiano Ronaldo. Essa tática, entretanto, não é novidade. Em relação às questões ambientais, o presidente Bolsonaro também já utilizou essa técnica algumas vezes, assim como o ex-ministro das Relações Internacionais Ernesto Araújo<sup>55</sup>. O vice-presidente Hamilton Mourão também é adepto dessa narrativa, já tendo afirmado que “para mim, no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar aqui para o Brasil. Isso não existe aqui”<sup>56</sup>. Em relação à pandemia, essa tática também fica evidente, como já demonstrei ao longo dessa dissertação.

As afirmações de Gilson Machado Neto, em relação aos percentuais de preservação, suscitam, ainda, outra coisa: a mercantilização da natureza, via turismo, nos circuitos globais. A mercantilização da natureza, pela via que for, conseqüentemente traz capital para o país e, como aponta Svampa (2019), essa ação, categorizada por ela como neoextrativista, tem sido cada vez mais frequente em países da América Latina. Por outro

---

<sup>55</sup> As falas de Jair Bolsonaro e de Ernesto Araújo podem ser conferidas em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/08/22/bolsonaro-ataca-macron-esta-interessado-em-um-espaco-na-amazonia-para-ele.htm>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

<sup>56</sup> A fala do vice-presidente pode ser conferida em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/20/mourao-lamenta-assassinato-de-homem-negro-em-mercado-mas-diz-que-no-brasil-nao-existe-racismo.ghtml>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

lado, aliar a mercantilização ao turismo, principalmente o internacional, produz um fortalecimento do orgulho nacionalista. Como demarca Cynthia Enloe (2014, p. 81, minha tradução), “por mais contraditório que possa parecer à primeira vista, a promoção do turismo internacional pode ser imaginada para reforçar o orgulho nacionalista”. E o nacionalismo, como sabemos, é uma das marcas registradas do Governo Federal atualmente – novamente, o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” sublinha muito bem isso. Ser o país “mais preservado do G20” demarca um contraste entre as demais nações, posicionando o Brasil em uma posição de destaque, destaque este que é e deve ser motivo de orgulho. O resto do mundo é que tem problemas ambientais, nós estamos ótimos aqui, nossa nação, muito bem preservada, é motivo de orgulho, a de vocês, de vergonha. Essa é a mensagem que está sendo passada nas entrelinhas. A construção nacionalista da nação por meio do turismo é demonstrada também por Vera Félix Mariz (2011). A autora, analisando o período do Estado Novo português, aponta para como o turismo foi mobilizado como um dos elementos do plano de propaganda nacional. Ela demarca como uma imagem pitoresca, idílica e bucólica, ou seja, romantizada do país, era frequentemente acionada nas propagandas governamentais. Conforme a pesquisadora, isso, entretanto, “não é mais do que uma simplificação da realidade, ou da melhor parte desta realidade/produto” (MARIZ, 2011, p. 41). Cândida Cadavez (2015) é outra pesquisadora que, analisando também o período do Estado Novo português aponta para como o turismo foi utilizado com fins nacionalistas pelo então governo. Claro que os contextos português e brasileiro são diferentes, não podemos afirmar que tudo é igual. Entretanto, podemos traçar paralelos entre os dois casos que nos permitem ver como os imaginários turísticos estão associados aos imaginários ideológicos (MARIZ, 2011; CADA VEZ, 2015).

É importante, outrossim, fazer-se ver o posicionamento do ex-ministro em relação ao setor turístico brasileiro especificamente:

No Brasil, apesar de tudo, o Ministério do Turismo saiu na frente com o selo de segurança ao turismo, turismo seguro e responsável. Nós habilitamos os hotéis e operadores turísticos a terem os protocolos de segurança. Isso tem dado certo. Isso tem aumentado a confiança do turista e a nossa malha hoteleira e a malha aérea já chega perto da normalidade hoje. Como já estava perto da normalidade. Antes da segunda onda da pandemia em dezembro de 2020, nós tivemos em torno a 85% de malha aérea recuperada. Hoje estamos com 70% da malha aérea interna brasileira recuperada. Tá voltando ao normal a vida no Brasil, como no resto do mundo que já foi vacinado.

Aqui, novamente os dados oficiais contradizem os “dados” apresentados pelo ex-ministro. Como aponte na introdução dessa dissertação, foi somente em abril de 2021 que o setor turístico brasileiro apresentou sua primeira alta, porém, ainda muito aquém do período pré-pandemia. Conforme dados do IBGE (2021), o setor ainda precisaria crescer 53,1% para retomar ao patamar pré-pandêmico (fevereiro de 2020). Esses dados foram lançados em maio de 2021 e a entrevista de Gilson Machado Neto foi em julho de 2021, ou seja, em dois meses o setor de turismo precisaria ter crescido mais de 50% para que a narrativa do ex-ministro fosse corroborada, mas isso não aconteceu. Entretanto, mais uma vez, podemos visualizar como a ideia de prova é mobilizada, dessa vez através da menção a percentuais estatísticos.

Além do exposto acima, mesmo se ignorássemos o que foi apresentado, é pertinente refletirmos sobre o quão confuso é o Ministério do Turismo realizar uma campanha de conscientização sobre protocolos de biossegurança quando o Chefe da Nação não os segue e, inclusive, os recrimina, com recorrentes ataques a eles em seus pronunciamentos públicos dirigidos à nação. Esse tipo de postura impacta negativamente a aderência à campanha – para dizer o mínimo. Outro ponto importante é elencado por Souza (2021) quando ela destaca que

A adoção ao Selo Turismo Responsável – Limpo e Seguro, que é a primeira etapa do Plano de Retomada do Turismo Brasileiro do MTur, prevê para determinados segmentos da cadeia produtiva, a adequação física e estrutural do estabelecimento, bem como a capacitação e qualificação dos recursos humanos. Isso, em um momento em que a maioria absoluta dos empreendimentos estão fechados temporariamente, com drástica redução de receitas e do quadro de funcionários.

O que se percebe, então, é que a campanha do MTur estava em dissonância até mesmo com o momento enfrentado pelas empresas e profissionais do setor turístico, mesmo sendo notório quais eram os efeitos da pandemia no turismo. Desse modo, podemos concluir que as afirmações do ex-ministro e de outras figuras públicas, assim como a maneira como a campanha “Turismo Responsável, Limpo e Seguro” foi efetivada, não são atoas, mas fazem parte de uma narrativa ideológica em execução que une nacionalismo de um lado e negacionismo de outro.

Quero sublinhar, também, como essa política do MTur está ancorada a uma visão liberal de política pública (TEIXEIRA, 2002). E isso ocorre pelo fato de que tudo fica a cargo das empresas e/ou profissionais do setor. O que o Governo fornece aos segmentos

é o desenho pronto do selo, nada além disso. Todo e qualquer protocolo sanitário, mesmo que isso implique custos adicionais em um momento de baixas receitas, fica por conta dos indivíduos. Assim, embora em um primeiro momento o selo pareça representar um mecanismo importante para o setor de turismo, após uma análise pormenorizada de seu contexto, podemos visualizar como na prática as ações governamentais deveriam ter ido por outros caminhos, caminhos estes mais condizentes com a situação do país à época.

Retomando a questão das políticas públicas, é necessário demarcar como uma discussão sobre a materialidade delas, isto é, uma reflexão com foco nos momentos posteriores a sua criação também é fundamental, pois isso implica compreender sua eficácia e seus pontos falhos. Como discorri acima, meus interlocutores apontaram diversas falhas por parte do Poder Público em relação ao setor de turismo. Sempre que questionados sobre ações do Estado em prol dos profissionais e de empresas do ramo, todos me informavam que o que havia era descaso. Entretanto, como podemos observar na sistematização apresentada, ações foram implementadas pelo Estado, inclusive com atenção aos microempreendedores individuais (MEI) e às pequenas empresas. Quais foram os descaminhos que impossibilitaram que meus interlocutores tivessem acesso aos auxílios disponibilizados para os segmentos turísticos, então? No momento, eu não tenho essa resposta, mas entender o que ocorre entre a letra fria da lei e a materialização dessa lei na vida dos sujeitos é imprescindível. E isso é relevante, pois, a indústria do turismo ainda “sustenta profundas clivagens sociais e desigualdades econômicas” (ROBINSON; MARTINS; SOLNET; BAUM, 2019, p. 2, minha tradução). Por isso duas coisas são muito importantes quando estamos tratando de políticas públicas, como indica Teixeira (2002). A primeira diz respeito a uma efetiva participação da sociedade civil em sua elaboração, o que não ocorreu no caso das políticas desenvolvidas durante a pandemia para o setor de turismo. E a segunda é a constituição de mecanismos de acompanhamento e avaliação sistemáticos, em larga escala e ao longo do tempo. Tomando, ao menos, esses dois pontos em consideração, certamente mais efetivas serão as políticas públicas.

Por fim, em relação ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, é necessário apontar que pouquíssimo foi feito também em relação aos profissionais gaúchos do setor. O Governo do Estado lançou em 2021 o programa Avançar, balizado por três eixos de

ações e investimentos<sup>57</sup>. O primeiro eixo é o Avançar no Crescimento, com ações voltadas ao apoio às atividades econômicas, desonerações fiscais, logística e mobilidade. O segundo eixo é o Avançar para as Pessoas, com ações voltadas à segurança, ação social, cultura, turismo e educação. E o terceiro eixo é o Avançar com Sustentabilidade, com ações voltadas à inovação, tecnologia e meio ambiente. Como percebemos, ações para o turismo estão contempladas nesse programa, especificamente no eixo dois: Avançar para as Pessoas. O total de receitas destinadas ao turismo, segundo o Governo do Estado, será de R\$ 131 milhões de reais, sendo R\$ 128 milhões de reais destinados a incrementar a infraestrutura turística e R\$ 3 milhões para desenvolvimento e qualificação regional. Sendo que a maior parte dos recursos (R\$ 65,4 milhões) será aplicada em 57 obras de acesso, pavimentação e calçamento. Como percebe-se, portanto, as ações estão voltadas para a infraestrutura turística gaúcha. Claro que esse tipo de projeto é fundamental, pois a médio/longo prazo os municípios e os profissionais do setor de turismo serão positivamente afetados, pois a geração de receitas será melhorada. Todavia, muitos projetos têm previsão de conclusão para daqui a dois ou três anos – ênfase na palavra previsão. Além disso, o programa Avançar foi lançado em 2021 e os projetos específicos para o turismo somente em janeiro de 2022. Porém, estamos convivendo com a pandemia de COVID-19 desde 2020. É evidente o atraso em efetivar ações para o turismo gaúcho. Meus interlocutores deixaram isso muito evidente, essas pessoas tiveram pouco suporte por parte do Estado, seja na esfera federal ou na esfera estadual. O que lhes restou foi tentar acessar os poucos recursos do Governo Federal ou tentar sobreviver à pandemia por sua própria conta.

Ao longo desse capítulo não tive a pretensão de fornecer um panorama universalizante sobre as experiências de profissionais do turismo em relação à pandemia, mas de apresentar alguns efeitos que determinados sujeitos situados têm experienciado em suas vidas profissionais. O intuito desse capítulo, portanto, foi visibilizar um pequeno conjunto de dinâmicas e processos encarados por essas pessoas para que sejamos capazes de tecer considerações analíticas mais complexas ao invés de nos concentrarmos apenas nas estatísticas e projeções.

---

<sup>57</sup> Informações sobre o programa podem ser conferidas em: <https://www.estado.rs.gov.br/upload/arquivos//apresentacao-programa-avancar.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2022.

## Considerações Finais

Ao longo dessa dissertação eu busquei contribuir para o mapeamento dos efeitos da pandemia de Covid-19 de forma local, nesse caso em relação ao turismo. Para tanto, discuti o binômio pandemia/turismo a partir de três níveis: a) observação-participante em um grupo de Facebook voltado para o turismo no RS; b) interlocuções com profissionais do setor turístico gaúcho; e, c) análise de políticas públicas desenvolvidas pelo Estado para o setor de turismo no contexto da pandemia de COVID-19.

No início da dissertação (capítulo um), fiz uma revisão sobre como o turismo vem sendo analisado pela antropologia, mostrando suas controvérsias, fundamentos e marcos institucionais como forma de demarcar a expressividade de uma antropologia do turismo, mesmo que ela nem sempre figure nos circuitos canônicos do fazer antropológico.

No capítulo dois fiz uma revisão sobre a antropologia do ciberespaço, mostrando seus fundamentos e bases teóricas. Reafirmei, ao longo desse capítulo, como os pressupostos que fazem da etnografia ser etnografia permanecem presentes em ambientes digitais, mesmo ela não tendo sido pensada para esses espaços. Apresentei alguns dos desafios com os quais me deparei ao longo de meu percurso etnográfico e algumas de minhas estratégias para superá-los.

No capítulo três, abordei mais diretamente o TRS, meu campo empírico, focando em como a pandemia apareceu no grupo. De um lado, por meio de discussões que mobilizaram uma dicotomia natureza/cultura ao mesmo tempo que também mobilizavam uma dicotomia pureza/perigo. Aqui, o trabalho da antropóloga Mary Douglas foi fundamental para que eu pudesse refletir sobre essas categorias. De outro lado, discussões mobilizaram a perspectiva – tão presente em nosso cotidiano atualmente – de que cada um deve cuidar de si mesmo/da sua própria família. Como argumentei, essa perspectiva não se faz presente apenas no grupo, mas está difundida por toda a sociedade. Assim, como os ambientes digitais não estão a parte da vida social – algo que Christine Hine e outras pessoas pesquisadoras nos chamam atenção – eu pude verificá-la no TRS também. Essa perspectiva, como pontuei, diz respeito ao processo de esfacelamento do social e do coletivo empreendidos por uma ontologia neoliberal. Apresentei, ainda, como a categoria “político” fora mobilizada em diferentes ocasiões no TRS ao longo de minha presença no grupo.

Por fim, no capítulo quatro, apresentei relatos de cinco profissionais do setor de turismo do Rio Grande do Sul. A partir desses relatos eu elaborei algumas hipóteses sobre flexibilidade e precarização trabalhista. Foi também por meio desses relatos que argumentei como as políticas públicas voltadas para o setor de turismo se mostraram aquém do necessário e do esperado pelos profissionais. Se por um lado políticas públicas estiveram presentes – pelo menos em termos de nomenclatura – elas foram pautadas por um ideário individualizante. Além disso, como evidenciei, a pandemia foi conduzida por meio de uma narrativa flagrantemente negacionista, principalmente por parte do Governo Federal. Sendo assim, o que se viu no setor de turismo não foi outra coisa senão ações – talvez o termo correto seja omissões – pautadas por essa narrativa.

Em síntese, o que pude concluir, por meio de interlocuções com profissionais do setor turístico gaúcho e de análises sobre a condução da pandemia por parte do Governo Federal e do Governo do Estado do Rio Grande do Sul é o seguinte:

- Negacionismo, por parte do Governo Federal, em relação à pandemia de COVID-19;
- Elaboração de políticas públicas com viés liberal com pouca efetividade na vida cotidiana das pessoas trabalhadoras do setor turístico gaúcho;
- Construção narrativa, por parte do Governo Federal, de que a superação da pandemia no contexto social brasileiro viria por meio de ações de empreendedorismo apenas;
- Divulgação de *fakenews* por agentes públicos em relação à pandemia;
- Divulgação de dados falsos e enganosos sobre o setor de turismo por parte de agentes públicos;
- Atraso em relação à aquisição de vacinas contra a COVID-19, ocasionando demora na imunização e conseqüentemente incertezas para os profissionais do setor de turismo;
- Inexistência de participação de profissionais do setor turístico na elaboração de políticas públicas para o setor;
- Dificuldade de acesso às poucas políticas públicas para o setor turístico por parte de microempreendedores;

- Demora, por parte do Governo do Rio Grande do Sul, em elaborar projetos para mitigação dos efeitos da pandemia no setor turístico gaúcho;
- Projetos do Governo do Rio Grande do Sul com foco demasiado em ações de infraestrutura turística, com pouca ou nenhuma atenção aos profissionais propriamente ditos;

A partir dessa sistematização em tópicos, quero destacar três ideias que acredito serem fundamentais para fechar as discussões que venho apresentando ao longo das páginas dessa dissertação: a) capitalismo de desastre; b) potencialidade público-política da antropologia; e, c) coletivismo compartilhado.

a) Muitos dos pontos que elenquei acima são interdependentes, complementares uns aos outros, ligando-se por meio de uma ontologia comum, nesse caso, a neoliberal. Essa ontologia, desdobrada em uma doutrina ávida por oportunidades de se expandir encontrou na pandemia de COVID-19 mais uma brecha para sua amplificação. Como apontam Caetano Sordi, Jean Segata e Bernardo Lewgoy (2022), que retomam elaborações de Naomi Klein, ela opera por meio do capitalismo de desastre, ou seja, “trata-se de explorar crises e eventos disruptivos para implementar medidas impopulares, aproveitando o contexto de caos e desorientação em que os cidadãos estão imersos” (SORDI; SEGATA; LEWGOY, 2022, p. 03, minha tradução). Nesse sentido, a pandemia é uma oportunidade, para aqueles comprometidos com o ideário neoliberal, pois pode ser utilizada como bode expiatório para o afrouxamento – senão a completa dissolução – de arcabouços normativos de proteção social, por exemplo. Isso, claro, não é novidade, basta lembrarmos da Reforma Trabalhista. Se em 2017 a desculpa para as flexibilizações e os afrouxamentos legislativos de seguridade social e trabalhista foram o desemprego, agora é a pandemia e seus efeitos, principalmente a ideia de colapso econômico difundida por grandes empresas, por agentes públicos e por partidos políticos. A frase “passar a boiada” – que já se tornou um marco na política brasileira – proferida pelo ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles em uma reunião interministerial ainda em 2020 é um nítido exemplo do capitalismo de desastre, como demarcam os antropólogos supracitados. Essa doutrina, portanto, ignora completamente e de forma intencional o fato de que as normas e regulações jurídicas de proteção social existem por um motivo, nesse caso, a tentativa de mitigar – mesmo que minimamente – os efeitos de uma geografia desigual que persiste no Brasil. A seguridade social não é importante para essa doutrina,

o importante é o lucro, a geração de capital, mesmo que para isso vidas sejam sacrificadas. Isso ficou muito evidente em meu campo. Em minhas interlocuções com profissionais do setor turístico, escutei muitas vezes que as grandes empresas do setor estavam sendo as mais beneficiadas por auxílios governamentais. Enquanto isso, as micro e pequenas empresas e os profissionais autônomos estavam tendo que buscar outras formas de auxílio, como empréstimos monetários por meio de financiamentos nos grandes bancos, como elenquei no capítulo quatro. Todavia, os acordos oferecidos pelos grandes bancos continham exigências que esses profissionais e essas micro e pequenas empresas não eram capazes de arcar sem se endividarem por longos períodos. Era uma escolha de Sofia: aceite o acordo oferecido e endivide-se ou não aceite o acordo e não tenha capital de giro para seguir em atuação. Como apontou Segata (2020a, p. 282), “caos e perdas irreparáveis para uns, oportunidades para outros”. Esse é um exemplo cristalino de como o capitalismo de desastre trabalha.

b) A precariedade da vida faz parte da existência humana, como muito bem apontou Judith Butler (2019). Porém, como destaca a autora, a condição precária da existência humana difunde-se de formas desiguais. No início da pandemia de COVID-19, as ideias sobre como o vírus era “democrático” espalharam-se através de narrativas e discursos diversos. Entretanto, como podemos observar atualmente, essa tese inicial não se sustentou por muito tempo. As ciências sociais, por exemplo, passaram a questionar essas narrativas e discursos.

As reflexões sobre as epidemias anteriores à atual (Zika, Dengue, HIV-Aids, Ebola, Febre Amarela) provenientes de pesquisas antropológicas passaram novamente a figurar em nosso horizonte teórico, nos ajudando a compreender como as epidemias/pandemias desencadeiam efeitos variados nas pessoas de acordo com o que nomeamos, nas ciências sociais, como marcadores sociais da diferença: raça, classe, região, sexualidade, identidade de gênero, geração, dentre outros. Logo, as vulnerabilidades sociais difundem-se de maneira desigual entre pessoas, comunidades e populações. A Rede Covid-19 Humanidades da qual faço parte tem como base epistemológica, justamente, essa prerrogativa: investigar e compreender os efeitos sociais da pandemia de forma contextualizada. Dessa forma, diferentes análises, com diferentes grupos, estão sendo conduzidas por meio da Rede. Cito, por exemplo, as investigações sobre trabalhadores da saúde, idosos, trabalhadores de frigoríficos, povos indígenas, trabalhadores de aplicativos, dentre outras. Assim, as análises empreendidas por pessoas

vinculadas à Rede vêm buscando compreender como os efeitos da pandemia de Covid-19 estão intimamente conectados às inequidades que operam na sociedade brasileira, pois como já argumentou Segata (2020b, p. 08) “um vírus sozinho não faz pandemia [...]. Há sempre um emaranhado mais ou menos contingente que estabelece condições favoráveis para que um evento como este ganhe forma, extensão e intensidade”. Desse modo, enquanto estudante e pesquisador da Rede, me foquei em compreender quais os efeitos da pandemia nas vidas das pessoas que atuam no setor de turismo e o que pude concluir, por meio de minhas interlocuções com profissionais da área, é a persistência de um cenário de desigualdades. Nesse sentido, meu trabalho de pesquisa, apresentado na forma dessa dissertação, e minhas conclusões provenientes dele, buscam lançar luz sobre esse cenário na tentativa de contribuir para sua atenuação. Ao longo de meu trabalho de campo, portanto, tive sempre em mente a perspectiva da antropóloga Hanna Brown que escreve a respeito da potencialidade da antropologia no estudo das epidemias/pandemia

[...] anthropological attention to the ways that responses to epidemics unfold the ground, and the way in which ethnography is attuned to unexpected dimensions of responses to epidemics constitute important sites at which anthropological work can contribute within outbreak response and public health interventions more widely (BROWN, 2019, p.123).

O que a antropóloga nos convida a perceber é como a antropologia, por meio da etnografia, é capaz de oferecer uma compreensão analítica/científica para além do aspecto biomédico/epidemiológico de uma pandemia, pois é capaz de perceber as realidades sociais vividas pelos sujeitos de maneira complexa e como tais sujeitos defrontam-se com tais realidades. Dessa forma, é capaz de contribuir para a maior eficiência de políticas públicas ou, então, contribuir para a elaboração de novas políticas públicas, dessa vez, mais atentas às vidas das pessoas. Um de meus objetivos durante a condução dessa etnografia foi, justamente, esse.

c) Como já elenquei – muitas vezes, mas acredito que nunca é demais denunciar isso – observei uma prevalência de discursos governamentais (e não governamentais) que operam através de um viés individualizante. Por exemplo, por meio das narrativas que postulam a necessidade de o setor de turismo “reagir à pandemia”. Essa reação que o setor deve desempenhar, entretanto, vem acompanhada de pouquíssimas políticas sociais que auxiliem as/os profissionais do setor. As adaptações ao novo cenário turístico brasileiro devem ser efetivadas pelos próprios trabalhadores ou pelas micro/pequenas empresas turísticas, mesmo que as/os profissionais ou as micro/pequenas empresas tenham

experimentado grandes perdas monetárias. O que está sendo difundido, grosso modo, é um modelo de sociedade cada vez mais pautado em uma lógica empresarial de competição, na qual os sujeitos são os únicos responsáveis por suas vitórias e fracassos – esse binômio vitória/fracasso já é, por si, problemático, pois encobre uma série de variáveis. Esse ideário neoliberal evoca e multiplica cada vez mais a ideia de empreendedorismo a partir de slogans do tipo “você deve se reinventar em momentos difíceis” como o mecanismo mais adequado para superar o atual momento que vivenciamos. Assim, as pessoas devem driblar de forma inventiva e por conta própria seus problemas para que não pereçam, mesmo que para isso necessitem se endividar. Caso não consigam superar esses problemas, os únicos responsáveis são os próprios sujeitos. É uma lógica cruel que abandona ao invés de acolher.

Essa lógica vê, constrói, estimula e sustenta uma visão na qual as pessoas e a natureza são apenas capital. De um lado, capital humano, de outro capital natural. Ambas exploráveis e descartáveis. Ambas redutíveis a meras engrenagens dentro do sistema de acumulação capitalista neoliberal. Ambas ferramentas para a expansão das *plantations* do século XXI. No caso do turismo isso é muito evidente, pois o que está em curso é apostar cada vez mais na venda da natureza nos circuitos globais. Em sua forma mais branda isso traz turistas ao país, em sua forma mais agressiva atrai investidores e grandes corporações internacionais capazes de tudo para aumentar seus lucros. Krenak (2019, p. 19) já nos alertou sobre isso “[...] começa como parque e termina como *parking*”. As reflexões de Krenak (2019), aliás, nos mostram como essa exploração só é possível, pois, há uma cisão entre nós humanos e a terra que habitamos. Há uma cisão entre humanidade e natureza: “fomos nos alienando desse organismo que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra” (KRENAK, 2019, p. 16).

Isso, claro, é proveniente de uma lógica muito específica, não compartilhada por todos os habitantes da Terra. Para diferentes povos, a terra, assim como outros seres que aqui coabitam são parentes. Dependemos uns dos outros, mas como escreve Anna Tsing (2015, p. 184) “o excepcionalismo humano nos cega”. Há, entretanto, movimentos diversos buscando nos lembrar do fato de que não há outra coisa senão relações multiespécies em nosso mundo. Krenak e Tsing são dois nomes importantes desses movimentos e suas reflexões já se tornaram inescapáveis. Donna Haraway é outro nome importante também. Fazer parentes, como ela diz, tornou-se algo indispensável no momento presente (HARAWAY, 2016). Reavivar relações de comunhão, amizade,

compartilhamento, coletivismo, ou seja, lembrarmo-nos que não estamos sozinhos aqui é imprescindível se quisermos sobreviver ao antropoceno/capitaloceno/plantationoceno – ou seja lá o nome que quisermos dar ao que estamos presenciando e vivendo. Fazer parentes, nos termos de Haraway, quer dizer abandonar o individualismo (e seus mantras) e o excepcionalismo humano, significa abraçar as margens e estabelecer relações com humanos e não-humanos. Significa enfrentarmos o neoliberalismo, o fascismo, o racismo, a xenofobia, o colonialismo, o imperialismo, a misoginia, a transfobia, o masculinismo e o militarismo. Como ela escreve: “fazer parte de um bem-estar cada vez maior para os diversos seres humanos e outros seres, agindo como meios e não apenas como fins” (HARAWAY, 2016, p. 142).

Mas quais as implicações de fazer parentes para o turismo? Nesse momento, não posso fornecer respostas prontas ou finalísticas, mas acredito que o chamado de Haraway a fazermos parentes pode ter implicações diretas no turismo como o abandono da ideia de natureza enquanto capital natural, enquanto *commodity* comercializável. Seu chamado implica em reordenar os caminhos das políticas públicas para o turismo e, claro, para o meio ambiente. A tarefa que temos, portanto, é elaborar estratégias cada vez mais inovadoras e capazes de expandir as possibilidades de relações multiespécies tendo como horizonte ético-político mundos cada vez mais cheios de diferença e pautados pela coletividade.

## Referências bibliográficas

- BARRETO, Margarida. Os estudos antropológicos sobre turismo no Brasil: uma história recente. *In*: GRABURN, Nelson; BARRETO, Margarida; STEIL, Carlos Alberto; GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo; SANTOS, José Rafael dos (Orgs.). **Turismo e Antropologia - Novas Abordagens**. São Paulo: Papirus, 2019, p. 65-82. ePub.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.
- BROWN, Hanna. Complexity, anthropology, and epidemics. *In*: KECK, Frédérick; LYNTERIS, Christos; KELLY, Ann (Org). **Anthropology of Epidemics**. New York: Routledge, 2019, p. 121-134.
- BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution**. New York: Zone Books, 2015.
- BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial: neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade**. Zezie Edições (Coleção Pequena Biblioteca de Ensaios): Rio de Janeiro, 2018.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BUTLER, Judith. El capitalismo tiene sus límites. *In*: AMADEO, Pablo (Ed.). **Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias**. Buenos Aires, Argentina: ASPO, 2020. p. 59-65.
- BUTLER, Judith. **Vida precária: os poderes do luto e da violência**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- CADAVEZ, Cândida. Imaginários turísticos no Estado Novo português. **PASOS. Revista de Turismo y Património Cultural**, Santa Cruz de Tenerife v. 13, n. 5, p. 1067-1077, 2015.
- CADUFF, Carlo. **The pandemic perhaps: dramatic events in a public culture of danger**. University of California Press, 2015.
- CANDEA, Matei. “Our Division of the Universe” Making a Space for the Non-Political in the Anthropology of Politics. **Current Anthropology**, Chicago, v. 52, n. 3, p. 309-334, 2011.
- CASTRO, Alexandre Guimarães Só de. **O uso dos recursos naturais e os desafios para a conservação da biodiversidade marinha: mudanças e conflitos em uma comunidade pesqueira na Ilha de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, [s.l.], n. 1, v. 1, fev., p. 91-120, 2020.
- CESARINO, Letícia. Identidade e representação no bolsonarismo. Corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62, n. 3, p. 530 - 557, 2019.
- CHEMIN, José Alberto. **Turismo ecológico e gestão ambiental: diagnóstico ambiental, programa de gestão e zoneamento dos espaços naturais em Torres-RS**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

- CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. *In*: CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George. **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2016.
- COLETIVO CHUANG. **Contágio social: Coronavírus e a luta de classes microbiológica na China**. São Paulo: Veneta, 2020 (Coleção Baderna). E-book.
- COMUNELLO, Felipe José. **Em busca do frio: o turismo na região serrana de Santa Catarina**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- COOPER, Melinda. **Family values: Between neoliberalism and the new social conservatism**. New York: Zone Books, 2017.
- CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. *In*: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2. ed.. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 105-131.
- COUSIN, Saskia; APCHAIN, Thomas. Turismo e antropologia: um tango da alteridade. *In*: RAMIRO, Patricia (Org.). **Turismo e Antropologia – Coletânea franco-brasileira**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019, pp. 13-40.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DINIZ, Debora. **Zika em Alagoas: a urgência dos direitos**. Brasília: LetrasLivres, 2017.
- DINIZ, Débora. **Zika: do sertão nordestino à ameaça global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.
- DUFFY, Rosaleen. Nature-based tourism and neoliberalism: Concealing contradictions. **Tourism Geographies**, London, v. 17, n. 4, p. 529-543, 2015.
- DULLO, Eduardo. 2015. Política secular e intolerância religiosa na disputa eleitoral. *In*: MONTERO, Paula (Org.). **Religiões e Controvérsias Públicas: experiências, práticas sociais e discursos**. São Paulo/Campinas: Terceiro Nome/Unicamp. p. 27-47.
- ENLOE, Cynthia. **Bananas, beaches and bases: making feminist sense of international politics**. 2. Ed. Los Angeles: University of California Press, 2014.
- FASSIN, Didier. Répondre de sa recherche: L’anthropologue face à ses autres. *In*: FASSIN, Didier; BENZA, Alban (Eds.). **Les politiques de l’enquete: Epreuves ethnographiques**. Paris: La Découverte, p.299–320.
- FLEISCHER, Soraya. Como as doenças compridas podem nos ensinar sobre os serviços de saúde? **Equatorial - Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, v. 4, n. 7, p. 24-44, 2017a.
- FLEISCHER, Soraya. Segurar, Caminhar e Falar: notas etnográficas sobre a experiência de uma “mãe de micro” no Recife/PE. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 2, 2017b.
- FONSECA, Claudia. “Lá” onde, cara pálida? Pensando as glórias e os limites do “campo” etnográfico. *In*: BRITES, Jurema; MOTTA, Flávia de Mattos (Orgs.) **Etnografia, o espírito da antropologia: tecendo linhagens - homenagem a Claudia Fonseca**, 2017, p. 438-464.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra - etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2º ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FONSECA, Cláudia. Pesquisa “risco zero”: É desejável? É possível? *In*: GROSSI, Miriam Pillar; SCHWADE, Elisete; MELLO, Anahi Guedes; SALA, Arianna. **Trabalho de campo, ética e subjetividade**. Tubarão: Copiart; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018. p. 195-212.

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso NÃO é um caso. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 58-78, 1999.

FOUCAULT, Michel **O Nascimento da biopolítica - Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. A favela que se vê e que se vende: reflexões e polêmicas em torno de um destino turístico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 61-72, 2007.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Touring poverty**. Routledge, 2014.

FREITAS, Tânia Freitas.; GOMES, Laura Graziela. Uma antropologia da cibercultura. **Vivência: Revista de Antropologia**, [s. l.], v. 1, n. 45, p. 07-10, 2015.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL (FEE). **Atividades características do turismo no RS, em 2013: Valor Adicionado Bruto no Estado, regiões do turismo e municípios**. Porto Alegre: FEE. Disponível: <<https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2016/11/20161110relatorio-atividades-caracteristicas-do-turismo-no-rs-em-2013-valor-adicionado-bruto-no-estado-regioes-do-turismo-e-municipios.pdf>>. Acesso em: 12 de dez. 2020.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Impactos Econômicos da COVID-19: Propostas para o Turismo. 2º Edição**. Rio de Janeiro: FGV Projetos, 2020. Disponível em: <[https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/02.covid19\\_impactoeconomico\\_turismo\\_2\\_v07\\_fichacatalografica.pdf](https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/02.covid19_impactoeconomico_turismo_2_v07_fichacatalografica.pdf)>.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GRABURN, Nelson. Antropologia ou antropologias do turismo? *In*: GRABURN, Nelson; BARRETO, Margarida; STEIL, Carlos Alberto; GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo; SANTOS, José Rafael dos (Orgs.). **Turismo e Antropologia - Novas Abordagens**. São Paulo: Papius, 2019, p. 9-64. ePub.

GRÜNEWALD, Rodrigo. Turismo e Etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, p. 141-160, 2003.

GRÜNEWALD, Rodrigo. Turismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: imperialismo e pós-colonialidade na região do Descobrimento do Brasil. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Santa Cruz de Tenerife, v. 13, n. 2, p. 411-424, 2015.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**, Campinas, v. 3, n. 5, p. 139-146, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

- HELMAN, Cecil. **Cultura, Saúde e Doença**. Porto Alegre: ArtMed, 2009.
- HINE, Katherine. **The ethnography for the internet: embedded, embodied and everyday**. London: Bloomsbury, 2015.
- HORST, Heather. Being in fieldwork: collaboration, digital media and ethnographic practice. *In*: SANJEK, Roger; TRATNET, Susan W. (Ed.). **eFieldnotes - The makings of anthropology in the digital world**, 2016, p. 117-128.
- INGOLD, Tim. **Antropologia: para que serve?**. Petrópolis: Vozes, 2019.
- INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood dwelling and skill**. London: Routledge, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE: pesquisa mensal de serviços (PMS)**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Serviços e Comércio, mai. 2021a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais : uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021**, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b.
- JORNAL DA ONU. **Perdas da Covid-19 para o turismo podem custar US\$ 4 trilhões ao PIB global**. ONU News, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/06/1755282>.
- KALIL, Isabela; SILVEIRA, Sofia Cherto; PINHEIRO, Wesley; KALIL, Álex; PEREIRA, João Vicente; AZARIAS, Wiverson; AMPARO, Ana Beatriz. Politics of fear in Brazil: Far-right conspiracy theories on COVID-19. **Global Discourse**, Bristol, v. 11, n. 3, p. 409-425, 2021.
- KELLY, Ann H.; KECK, Frédéric; LYNTERRIS, Christos (Ed.). **The anthropology of epidemics**. New York: Routledge, 2019.
- KOZINETS, Robert. **Netnography: Doing Ethnographic Research Online**. London: Sage, 2010.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LAKOFF, Andrew. What is an pandemic emergence? *In*: KECK, Frédéric; LYNTERRIS, Christos; KELLY, Ann (Org). **Anthropology of Epidemics**. New York: Routledge, 2019, p. 59-69.
- LAPLANTINE, Francis. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LAZAR, Sian. CITIZENSHIP. *In*: **Cambridge Encyclopedia of Anthropology**. Cambridge: University of Cambridge, 2016. Disponível em: <https://www.anthroencyclopedia.com/entry/citizenship#h2ref-7>. Acesso em: 6 novembro 2021.
- LEAL, Rosana Eduardo da Silva. **“Minha agência é a sua casa!”: uma etnografia do sistema alternativo de viagens e turismo da Região Metropolitana do Recife**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- LEWIS, Sophie. The coronavirus crisis shows it's time to abolish the family. **Open Democracy**, Londres, 24 mar 2020. OURECONOMY: OPINION. Disponível em:

<https://www.opendemocracy.net/en/oureconomy/coronavirus-crisis-shows-its-time-abolish-family/>. Acesso em: 20 abr 2022.

LIMA, Josael Jário Santos. **Etnoturismo comunitário na Lagoa Encantada. Etnogênese JenipapoKanindé/Aquiraz-Ceará**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

LUZ, Thiago. Reflexões em contexto de pandemia - É possível pesquisar o movimento sem sair do lugar? **Kula - Antropologia e Ciências Sociais**, Buenos Aires, n° 25, p. 65-72, 2021.

LUZ, Thiago; CAROLY, Andressa. Olhando ao redor: estabelecendo relações em um mundo multiespécie. Pensata: **Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, Guarulhos, v. 10, n. 2, p. 1-14, 2021a.

LUZ, Thiago; CAROLY, Andressa. Reflexões sobre a Covid-19: pandemia, neoliberalismo e militarização. **Revista Espirales**, Foz do Iguaçu, edição especial: dossiê Covid-19 na América do Sul, p. 67-75, 2021b.

MARIZ, V. O desenvolvimento do Turismo em Portugal pela “política do espírito” de António Ferro (1932-1949). **Revista Turismo & Desenvolvimento**, Aveiro, n. 16, 2011, p. 35-48.

MASON, Katherine A. H1N1 is not a Chinese Virus: The Racialization of People and Viruses in Post-SARS China. **Studies in Comparative International Development**, [s.l.], v. 50 n. 4, p.500-518, 2015.

MUEHLEBACH, Andrea. **The moral neoliberal: Welfare and Citizenship in Italy**. Chicago: University of Chicago Press, 2012.

NADING, Alex M. “Love Isn’t There in Your Stomach” A Moral Economy of Medical Citizenship among Nicaraguan Community Health Workers. **Medical anthropology quarterly**, [s.l.], v. 27, n. 1, p. 84-102, 2013.

NASH, Dennison. **Anthropology of tourism**. Oxford: Pergamon, 1996.

ORO, Ari Pedro; MACIEL, Maria Eunice; VICTORA, Ceres Gomes; OLIVEN, Ruben George (Orgs.). **Antropologia e ética: o debate atual no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2004.

PALEY, Julia. Toward an anthropology of democracy. **Annual review of anthropology**, [s.l.], v. 31, n. 1, p. 469-496, 2002.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 42, p. 377-391, 2014.

PEREIRA, Tércio. Motivações para a prática do dark tourism. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, Cuiabá, v. 7, n. 14, p. 215-230, 2020.

PEREIRO, Xerardo; FERNANDES, Filipa. **Antropologia e Turismo: Teorias, métodos e praxis**. Espanha: Colección PASOS Edita, 2018.

PERROTA, Ana Paula. Serpentes, morcegos, pangolins e “mercados úmidos” chineses: Uma crítica da construção de vilões epidêmicos no combate à Covid-19. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, p. 1-6, 2020.

PINK, Sarah; HORST, Heather; POSTILL, John; HJORTH, Larissa; LEWIS, Tania; TACCHI, Jo. **Digital ethnography: Principles and practices**. London: sage, 2016.

PINTO, Roque. Antropologia e turismo: abordagens e perspectivas. **RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 11, p. 27-57, 2021.

- PINTO, Roque. Luzes e Sombras: notas para um balanço crítico da antropologia do turismo. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p.84-107, 2021.
- PINTO, Roque. O turismo na tradição antropológica brasileira. **PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Santa Cruz de Tenerife, v. 13, n. 2, p. 295-303, 2015.
- PINTO, Roque; PINTO-COELHO, Zara. Entrevista com Carlos Alberto Steil. “O turismo não pode continuar sendo visto como um elemento externo às culturas”. **Revista Lusófona de Estudos Culturais / Lusophone Journal of Cultural Studies**, vol. 5, n. 2, p. 493 – 498, 2018.
- PISANI, Mariane. da Silva. O enfrentamento e a sobrevivência ao Coronavírus também precisa ser uma questão feminista!. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 156-162, 2020.
- RAMIRO, Patrícia Alves; ROMERO, Danielli Granado. O papel do turismo frente às novas ruralidades: o caso dos assentamentos rurais. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, n. 6, p. 93-115, 2012.
- RAMIRO, Patrícia. Olhares antropológicos sobre o turismo: discussões preliminares. *In*: Patrícia Ramiro (Org). **Turismo e Antropologia – Coletânea franco-brasileira**. João Pessoa: Editora UFPB, 2019, pp. 7-11.
- RIBEIRO, Manoel Carlos Sampaio de Almeida; BARATA, Rita Barradas. Condições de Saúde da População Brasileira. *In*: GIOVANELLA, Lígia; ESCOREL, Sarah; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa; NORONHA, José Carvalho de; CARVALHO, Antonio Ivo de. (Orgs.). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. 2ª edição, revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012. p. 143-182.
- RIFIOTIS, Theophilos et al. (Org.). **Antropologia no ciberespaço**. Florianópolis: Editora UFSC, 2010.
- RIFIOTIS, Theophilos. Etnografia no Ciberespaço como “Repovoamento” e Explicação. *In*: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (Orgs). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA, 2016, p. 129-151.
- RIO GRANDE DO SUL. **Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento Governança e Gestão**. Departamento de Planejamento Governamental. 5º Ed. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/inicial>.
- ROBINSON, Richard; MARTINS, Antje; SOLNET, David; BAUM, Tom. Sustaining precarity: Critically examining tourism and employment. **Journal of Sustainable Tourism**, [s. l.] v. 27, n. 7, p. 1008-1025, 2019.
- SANTANA TALAVERA, Agustín. **Antropología y turismo: nuevas hordas, viejas culturas**. Barcelona: Ariel, 1997.
- SARTI, Cynthia; DUARTE, Luiz Fernando Dias (Orgs.). **Antropologia e ética: desafios para a regulamentação**. Brasília: ABA, 2013.
- SCHROOTEN, Mieke. Writing eFieldnotes: some ethical considerations. *In*: SANJEK, Roger; TRATNET, Susan W. (Ed.). **eFieldnotes - The makings of anthropology in the digital world**, 2016, p. 65-74.
- SCHUCH, Patrice. A vida social ativa da ética na antropologia (e algumas notas de “campo” para o debate). *In*: SARTI, Cynthia; DUARTE, Luiz Fernando Dias Duarte (Orgs.). **Antropologia e ética: desafios para a regulamentação**. Brasília: ABA, 2013. p. 31-85.

SCHUCH, Patrice; FLEISCHER, Soraya Resende (Orgs.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres UnB, 2010.

SEGATA, Jean. A pandemia e o digital. **Revista Todavia**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 7-15, 2020b.

SEGATA, Jean. Covid-19, biossegurança e antropologia. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, p. 275-313, 2020a.

SEGATA, Jean. Dos cibernautas às redes. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (Orgs.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA, 2016, p. 91-114.

SEGATA, Jean; BECK, Luiza; MUCCILLO, Luisa; LAZZARIN, Giovana. A Covid-19, a indústria da carne e outras doenças do capitalismo. In: MATTA, Gustavo Corrêa; REGO, Sergio; SOUTO, Ester Paiva; SEGATA, Jean (Orgs.). **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2021. p. 73-83, 2021.

SEGATA, Jean; MUCCILLO, Luísa; BECK, Luiza. A Covid-19 e o capitalismo na carne. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, Pelotas, v. 8, n. 1, p. 354-373, 2020.

SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (Orgs.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA, 2016.

SEGATA, Jean. A pandemia é sintoma de uma catástrofe muito mais ampla. [Entrevista cedida a] João Paulo Charleaux. **Nexo**, São Paulo, 06 de set de 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2021/09/06/%E2%80%98A-pandemia-%C3%A9-sintoma-de-uma-cat%C3%A1strofe-muito-mais-ampla%E2%80%99>. Acesso em: 02 de ago. de 2020.

SEN, Amartya. ¿Por qué la equidad en salud? **Revista Panamericana de Salud Pública**, Washington, v. 11, n. 5-6, p. 302-309, 2002.

SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. 22. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SILVA, Jéssica Brandt da. **“Se não for pra causar nem quero”**: feminilidades naturais e artificiais via cirurgias plásticas. Trabalho de conclusão de curso (Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo**. 3. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SOARES, Laís Góis. **“Turismo de galpão”**: uma etnografia sobre o acolhimento do fenômeno do turismo, nos festejos/festivais tradicionalistas, em Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SORDI, Caetano; SEGATA, Jean; LEWGOY, Bernardo. Covid-19 and disaster capitalism: “Passando a boiada” in the Brazilian meat processing chain. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, Brasília, v. 19, 2022.

SOUSA, Vinícius Venancio de. **“Created in Cabo Verde”**: Discursos sobre a nação na produção de suvenires “genuinamente” cabo-verdianos na ilha de Santiago. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

- SOUZA, Mariana Cristina da Cunha. O Estado e o turismo no Brasil: análise das políticas públicas no contexto da pandemia da COVID-19. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, 2021.
- STEIL, Carlos Alberto; CARNEIRO, Sandra de Sá. Peregrinação, turismo e nova era: caminhos de Santiago de Compostela no Brasil. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 105-124, 2008.
- STEIL, Carlos Alberto; TONIOL, Rodrigo. Ecologia, corpo e espiritualidade: uma etnografia das experiências de caminhada ecológica em um grupo de ecoturistas. **Cadernos CRH**, Salvador, p. 29-49, 2011.
- STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.
- STRATHERN, Marilyn. **O Efeito Etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p.303-329, 1995.
- SVAMPA, Maristella. Neoextrativismo e desenvolvimento. *In*: SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 23-44.
- TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.
- TOMAZIN, Mariana; RAMIRO, Patrícia Alves. Turismo de Base Comunitária: uma possibilidade pensada com os moradores do bairro Alto do Cruzeiro, em São Luiz do Paraitinga/SP. **CADERNO VIRTUAL DE TURISMO**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 155-171, 2016.
- TONIOL, Rodrigo Ferreira. **No rastro das caminhadas: etnografia de uma política de turismo rural no Vale do Ivaí, Paraná**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- TONIOL, Rodrigo; STEIL, Carlos. **Nos rastros da natureza: a conversão da experiência rural em ecológica a partir de uma política de estado**. Curitiba: Appris, 2016.
- TSING, Anna. Margens indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha - Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 177-201, 2015.
- URRY, John. **O olhar do turista**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.
- VARGAS, Elisa Oberst. **Mosquitos, armadilhas e vírus: etnografia de uma política pública de controle ao Aedes aegypti**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência**. São Paulo: Editora Elefante, 2020.